



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 128

IV Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 21 de março de 2012

Presidente: *Deputado Ricardo Cabral (substituído no decorrer da sessão pelo Sr. Presidente, Deputado Francisco Coelho)*

Secretários: *Deputados José Ávila (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado José Lima) e Cláudio Lopes*

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 10 minutos.

Agenda da reunião:

1 - Interpeção ao Governo Regional sobre “O setor do turismo na Região Autónoma dos Açores”, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Jorge Macedo (*PSD*), Francisco César (*PS*), Paulo Estêvão (*PPM*), Artur Lima (*CDS/PP*), Mário Moniz (*BE*), Aníbal Pires (*PCP*), José Ávila (*PS*), Lizuarte Machado (*PS*), José Gabriel Eduardo (*PS*), Duarte Moreira (*PS*), Rogério Veiros (*PS*), Lúcio Rodrigues (*PS*) e Paulo

Rosa (*CDS/PP*), a Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*), bem como o Senhor Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*).

2 – Continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012 – “Estabelece o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, do território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores”.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Paulo Ribeiro (*PSD*) e Artur Lima (*CDS/PP*), a Sra. Deputada Isabel Rodrigues (*PS*), os Srs. Deputados Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*), bem como o Senhor Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*).

3 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012 – “Procede à primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012/A, de 13 de janeiro (aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012) ”.

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

4 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 7/2012 – “procede à primeira alteração do Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012/A, de 13 de janeiro (aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012) ”.

Usou da palavra o Senhor Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

5 - Petição n.º 19/2011 – “alteração das atuais condições de trânsito na Rua da Miragaia, Angra do Heroísmo”, apresentada por Teresa Maria Queiroz Veiga e Mendes, na qualidade de primeira subscritora.

Usaram da palavra os Srs. Deputados António Pedro Costa (*PSD*), Abel Moreira (*CDS/PP*) e António Ventura (*PSD*), as Sras. Deputadas Nélia Nunes (*PS*) e Zuraida Soares (*BE*), e os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*).

6 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 36/2011 – “Regula o exercício de atividade de edição, reprodução, distribuição ou troca de videogramas”.

Usaram da palavra o Sr. Deputado João Costa (*PSD*), a Sra. Deputada Piedade Lalanda (*PS*), os Srs. Deputados Paulo Rosa (*CDS/PP*), João Costa (*PSD*) e Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Senhor Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*).

7 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/2011 – “Regulamento de concurso do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário”.

Usaram da palavra os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Rosa (*CDS/PP*) e Rui Ramos (*PSD*), as Sras. Deputadas Catarina Furtado (*PS*) e Zuraída Soares (*BE*), bem como a Senhora Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 37 minutos.

Presidente: Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional.

O Sr. Vice-Presidente Costa Pereira pediu-me para orientar os trabalhos esta manhã. Logo à tarde, o Sr. Presidente, Dr. Francisco Coelho, vem orientar os trabalhos.

Vamos começar os trabalhos. Vamos proceder à verificação das presenças. Agradecia ao Sr. Secretário da Mesa que fizesse a chamada.

(Eram 10 horas e 10 minutos)

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e **Silva**

António Gonçalves Toste **Parreira**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Benilde Maria Soares Cordeiro de **Oliveira**
Berto José Branco **Messias**
Carlos Alberto Medeiros **Mendonça**
Catarina Paula Moniz **Furtado**
Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Alberto Valadão **Vaz**
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
João Oliveira **Teves**
Joe Valadão **Rego**
José Gabriel **Eduardo**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)
Aida Maria Melo Amaral Reis
António Augusto Batista Soares **Marinho**
António Pedro Rebelo **Costa**
António Lima Cardoso **Ventura**
Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Francisco da Silva Álvares

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Francisco Salvador Fernandes

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Paulo Jorge Silva Ribeiro

Pedro António de Bettencourt Gomes

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

Bloco de Esquerda (BE)

Mário Manuel de Castro Moniz

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Presidente: Estão presentes 53 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão. Pode entrar o público.

Vamos entrar na nossa ordem de trabalhos propriamente dita e, de acordo com o combinado em Conferência de Líderes, vai seguir-se o primeiro ponto da Agenda: **Interpeção ao Governo Regional sobre “O setor do turismo na Região Autónoma dos Açores”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD. Regem nessa matéria os artigos 185.º e seguintes do Regimento da Assembleia. Em Conferência de Líderes, foram fixados os seguintes tempos: PS, PSD (o interpelante) e o Governo Regional dos Açores têm 30 minutos; o Centro Democrático Social tem 15 minutos; o Bloco de Esquerda, 13 minutos; o Partido Comunista Português, 10 minutos e o PPM, 10 minutos.

Para iniciar o debate, dou a palavra ao interpelante, o Sr. Deputado do PSD, Jorge Macedo.

Tem a palavra.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

V. Exa., Sr. Secretário da Economia,...

Deputado Francisco César (PS): Começa logo assim de manhã!

O Orador: ...já se questionou sobre que razão, em 2011, os principais indicadores que medem a evolução do turismo na Região, se situaram ao nível dos registados em 2004 e 2005? Nas dormidas e nos proveitos recuamos 6 anos!

V. Exa. já se questionou por que razão regredimos 6 anos?

Já se questionou, por que razão é que, desde 2008, pese embora um crescimento de cerca de 4% (3,9%) nas dormidas em 2010, os proveitos totais nunca pararam de cair?

Já se questionou por que razão, de 2008 a 2011, o desempenho do sector turístico, medido pelas receitas totais, caiu mais de 14% (14,2%)?

Ah é a crise! Pois, mas numa conjuntura de crise, em 2011, no país, as dormidas cresceram 5,9% e os proveitos 5,7%.

Deputado Aníbal Pires (PCP): *Low cost!*

O Orador: E nos Açores? Aqui as dormidas, apresentaram uma variação próxima dos zero por cento ... e nos proveitos o ano fechou com uma quebra superior a 4% (4,3%).

Numa conjuntura de crise, ... enquanto os outros cresceram ... nós mingamos!
Estes são os seus resultados, Sr. Secretário Regional da Economia!

São estes os resultados de um governo que, ao longo dos últimos 16 anos, incentivou a oferta, mas foi incapaz de promover a procura em linha com o aumento de camas.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Pois é! Os empresários açorianos responderam positivamente e investiram no alojamento, na restauração, nos equipamentos de animação ... ou seja equiparam-se para receber turistas ... mas agora faltam os turistas.

Agora temos empresários com enormes dificuldades para viabilizar os seus investimentos ... e segurar o emprego.

V. Exa. já se questionou, Sr. Secretário Regional da Economia, sobre as razões deste falhanço? Se sim vai ter, neste debate, oportunidade de nos dizer.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas talvez possa começar por explicar por que razão, no “dia antes” de começarem a incentivar a construção de hotéis, não começaram a promover o destino Açores e dar-lhe “músculo”, que o mesmo é dizer dar-lhe notoriedade.

E o que fizeram nesta área? A avaliar pelos resultados medíocres ... V. Exas não conseguiram dar notoriedade ao destino Açores!

Agora, o destino Açores está dependente dos operadores, ... e como todos bem sabemos a promoção por esta via ... consome uma enormidade de recursos!

E agora? Agora o Governo enreda-se em desculpas! A desculpa da conjuntura, a desculpa da crise, a desculpa da austeridade, ... desculpas e mais desculpas.

Agora usa a técnica do costume. Atira dinheiro para os problemas!

Quando em plena crise e austeridade, no país, os números do turismo cresceram ... nos Açores decresceram!

O Turismo nos Açores regrediu para níveis de 2004/2005, porque falhou a estratégia de promoção, falhou a comunicação junto do mercado, e, obviamente, a política de transportes.

Esta política – a política de transportes - e os seus resultados têm um rosto!

Um rosto impresso no retrato desta governação e do seu Secretário Regional da Economia.

Os Açores têm um governo autónomo, não para inventar desculpas, mas para delinear uma estratégia competente, coerente e sustentável, para defender a nossa economia, os nossos empresários e os nossos trabalhadores.

Temos um governo autónomo para governar e não para ser uma “pagadoria” do dinheiro do Orçamento.

Os Açores precisam de um Governo que governe e não de uma tesouraria pública!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

V. Exa. optou por uma política de “zigzagues”; uma política que prefere reagir ... em vez de agir; uma política que gasta o tempo a “correr atrás do prejuízo”; uma política que, à força do desespero, faz promoções e saldos em plena época alta; saldos ... que só descredibilizam o destino Açores.

Foi isso que fizeram em pleno Verão de 2011.

Deputado José San-Bento (PS): Vamos fazer hotéis e dar dois ordenados por cada cama vazia!

O Orador: V. Exa. lembra-se certamente das suas afirmações, em Agosto de 2010, aquando da apresentação dos novos ferries para substituírem os velhos cruzeiros. Falou de uma “revolução silenciosa” (citei) nos transportes açorianos. Os ferries ainda ninguém os viu!

Juntou ao lote das medidas “revolucionárias” a renovação da frota da SATA.

Pois é! Quem fala assim, dificilmente é capaz de encontrar soluções para o turismo açoriano.

É que quem chama “revolução” à compra de 6 aviões e 2 barcos, acredita que, trocando um trem de “tachos de alumínio” por uma “bimby”, o arroz de lapas aparece em cima da mesa sem ser preciso “ir às lapas”!

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Já experimentou, Sr. Deputado?

O Orador: Se uma “bimby” facilita a vida? Dizem que sim! Se é garantia de sucesso gastronómico? Claro que não! No mínimo é preciso arroz e lapas.

Com equipamentos modernos é mais confortável viajar? Claro que sim! Se é garantia de mobilidade e mais turistas a viajar? Obviamente que não!

Os equipamentos de transporte são apenas uma ferramenta, importante sem dúvida, mas não garantem, por si só, o sucesso da política de transportes e muito menos o sucesso da política de turismo.

O sucesso de uma política mede-se pelos resultados. Os resultados da sua política, Sr. Secretário Regional da Economia, são aqueles que os açorianos sentem hoje. Desemprego, empresas em dificuldades e empresários desesperados.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É como as famílias!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A atual política de transporte aéreo inter-ilhas, e com o exterior, funciona como um garrote. Não só dificulta a mobilidade dos açorianos, como nos penaliza enquanto destino turístico.

Em 2010, chegaram as promessas. Os residentes e os não residentes, ... todos teriam passagens aéreas abaixo dos 100 euros.

Deputado Francisco César (PS): Todos?

O Orador: Lembra-se bem disso Sr. Presidente do Governo. Foi no último congresso do Partido Socialista e aproveitou para piscar o olho ao meu colega Clélio Meneses.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Deve estar enganado! Se isso aconteceu, foi só um tique!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Está gravado!

Presidente: Sr. Deputado Jorge Macedo, pode continuar a sua intervenção.

O Orador: Passados 2 anos da promessa e do piscar de olho do Sr. Presidente do Governo ao meu colega Clélio Meneses os açorianos continuam à espera da sua promessa.

Esperavam que as passagens aéreas baixassem, ... mas o que os açorianos viram, em 2011, foi o preço médio das passagens aumentar 14%.

Em 2011 (até 31 de Dezembro), as passagens reservadas com um mês de antecedência ... aumentaram 14%.

Há um ano atrás, o Secretário Regional da Economia afirmava que as novas Obrigações de Serviço Público eram as melhores do mundo e que tinha negociado com Sócrates um serviço que era o melhor que se podia encontrar e os açorianos teriam passagens mais baratas!

Mais uma vez falhou ... Porque mais uma vez V. Exa. hesitou. E sabe V. Exa, Sr. Secretário Regional da Economia ... o que menos precisávamos eram hesitações em dois sectores vitais para a economia açoriana – os transportes e o turismo.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na promoção turística dos Açores conhecemos exemplos que seriam anedóticos, se não fossem muito tristes!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Diga, diga, Sr. Deputado!

O Orador: Começou com um concurso de 30 milhões para a promoção turística, que foi anulado para ser retalhado em 3 concursos de 10 milhões cada. Primeiro, para ser gerido pela ATA, ... mas que depois já era gerido pelo governo, ... para, depois de tanto retalhar, a promoção ficar a cargo de um e outro. Quando não se sabe o que se sequer ... divide-se o mal pelas “capelinhas”! Foi o que fez V. Exa.

Foram festas de bar aberto, ao preço de 250€ por cabeça; foi o *site* milionário “visitacores.com”, feito, segundo as suas palavras pela “melhor das melhores” empresas da especialidade, que ficou “on-line” com erros grosseiros; é a utilização de 36 táxis londrinos, num universo de 22 mil que circulam na capital britânica.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Só os que se incluem na *city*!

O Orador: Tudo serviu para “derreter” dinheiros públicos. Dinheiro que hoje tanta falta faz à economia açoriana.

V. Exa. insiste em usar a SATA como “agência de publicidade”, quando, à SATA deve ser reservada a função de garantir acessibilidades com custo adequado. É isso que a SATA tem de fazer ... é isso que a SATA tem de fazer bem.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Muito antes do fenómeno da globalização, o turismo já era um sector global. Agora, à distância de um clique, o consumidor tem milhares de destinos alternativos ... e milhões de preços para comparar.

Mas sem notoriedade, passamos a vida a pagar aos operadores para nos mandarem turistas.

É a notoriedade de um destino que aumenta a perceção de satisfação do turista e faz com que ele se disponha a pagar para vivenciar essa satisfação.

Deputado Francisco César (PS): O senhor anda a ler os nossos escritos.

O Orador: Claro que compara os custos alternativos. Claro que sem notoriedade e com a fama de termos as passagens mais caras do mundo, o turista escolhe outras alternativas.

Sem notoriedade do destino Açores, os elos mais fortes da “cadeia de valor” esmagam os outros.

O pior é que os números do turismo mostram que os “esmagados” são sempre os mesmos. Os que cá investiram ... os que cá têm de rentabilizar os seus investimentos.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há, neste momento, 6 hotéis fechados nos Açores!

Temos camas, mas faltam os turistas. A consequência é ... perdermos postos de trabalho.

Aquilo que se apresentou, e bem, como uma diversificação da economia regional - a aposta no Turismo - apresenta hoje, uma tristeza de resultados.

As hesitações, os recuos e as indefinições de V. Exa., durante os últimos anos, estão a sair muito caros aos açorianos.

Aos açorianos que vêm as suas empresas em enormes dificuldades financeiras e aos açorianos que vêm ser extintos os seus postos de trabalho.

Em plena avenida marginal de Ponta Delgada é visível o desnorte no setor. O Hotel Casino não anda nem desata.

O Hotel Spa das Furnas é a demonstração...

Deputado Francisco César (PS): Esse não está na marginal, só para sua informação, Sr. Deputado!

O Orador: ...de que V. Exa foi incapaz de, em pleno ex-libris do turismo açoriano, evitar mais uma nódoa, que não só retrata a sua atuação à frente dos destinos da economia açoriana, mas sobretudo mancha o turismo dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): É preciso ter cá uma lata!

O Orador: Se o turismo podia ser um excelente instrumento para oferecer oportunidades de emprego aos jovens que terminam a sua formação? Claro que sim! Mas pelo contrário, o turismo é hoje um “contribuinte líquido” para a taxa de desemprego.

Deputado José San-Bento (PS): O senhor não acredita no que diz, Sr. Deputado!

O Orador: Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD traz hoje aqui o debate sobre a situação do turismo nos Açores.

Esta é uma preocupação do PSD, porque é uma preocupação dos empresários do setor; porque é uma preocupação dos trabalhadores que já perderam o seu emprego e dos que temem perder o seu posto de trabalho; porque a economia açoriana precisa do turismo para aumentar o consumo dos seus produtos; porque o turismo cria riqueza e a riqueza cria postos de trabalho.

Estamos cientes das dificuldades por que passam as economias de alguns mercados emissores. Mas não aceitamos que V. Exa. gaste o seu tempo a arranjar desculpas para “branquear” da sua própria hesitação.

Deputados João Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Somos autónomos, temos competências próprias, temos tido vultuosos meios financeiros, temos profissionais competentes, ... não podemos deixar que a tibieza, a hesitação, a indefinição e a conseqüente falta de resultados positivos, nos deixe de mãos atadas, nem tão pouco nos iniba de afirmarmos a nossa própria política de turismo.

Os resultados do turismo são a marca dos governos socialistas...

Deputado Francisco César (PS): É verdade!

O Orador: ...e da política de V. Exa para o setor. São a marca de V. Exa. ... uma marca de má memória ... para mal dos Açores e dos açorianos.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Conforme a Conferencia de Líderes pergunto ao Governo se quer intervir?

Dou a palavra ao Sr. Secretário Regional da Economia, Dr. Vasco Cordeiro.

(*) Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Julgava eu que vinha para uma interpelação sobre o setor turístico da região.

Afinal, vim para uma sessão de ataques ao Secretário da Economia.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Coitadinho!

O Orador: Mas como o que interessa aqui são os desafios que o setor turístico dos Açores tem, vamos então ao que interessa.

Deputado Rogério Veiros (PS): Muito bem!

O Orador: Nos últimos 10 anos, o turismo nos Açores sofreu uma evolução considerável sobre todos os indicadores.

Para termos uma ideia do caminho já feito, condição essencial para podermos perspetivar o futuro, convém referir alguns dados que considero essenciais.

Entre 2000 e 2011, o número de hóspedes na hotelaria tradicional passou de cerca de 200.000 para cerca de 340.000. No mesmo período, o número de dormidas, também na hotelaria tradicional, passou de cerca de 580.000 para mais de 1.030.000. As receitas totais passaram de pouco mais de 26 milhões de euros para perto de 46 milhões; as receitas por aposento, na mesma referência temporal, passaram de 19 milhões de euros para cerca de 34 milhões de euros.

Por último, quanto ao nosso parque hoteleiro, passámos de cerca de 3.700 camas, em 2000, para mais de 8.000 camas, em 2011.

É certo que essa é uma evolução notável. É certo também que os desafios que o futuro nos coloca não nos permitem contemplanções, nem deslumbramentos, mas sim a necessidade de uma definição estratégica clara e, sobretudo, a identificação de protagonistas, meios e instrumentos que podemos ou devemos mobilizar para ultrapassar estes mesmos desafios.

Assim, se o panorama, há 10 anos, nos dá o quadro que atrás vos referi, o qual é indiscutivelmente notável, também não é menos verdade que uma análise mais aprofundada nos revela sinais ou alertas para os quais devemos estar despertos e agir em conformidade.

Dessa forma, o mérito ou demérito de uma visão estratégica não se concretiza apenas com a definição de metas e objetivos, traduzindo-se também na lucidez que carece quanto ao respetivo âmbito da intervenção.

Vamos, então, a esses alertas ou a esses sinais que associamos a desafios ou objetivos que o turismo dos Açores deve ultrapassar.

Em primeiro lugar, regista-se, sobretudo a partir do ano de 2007, uma queda no número de dormidas. Curiosamente, no mesmo período, a tendência quanto ao número de hóspedes é de subidas, excetuando o ano de 2009.

Mas voltemos às dormidas, as quais constituem o meio mais publicitado e comum de aferir o comportamento do setor turístico. Assim, após termos atingido valores na ordem de cerca de 1 milhão e 200 mil dormidas, em 2007, em 2011, esse número ficou-se por cerca de 1 milhão e 35 mil dormidas. Refiro-me (convém salientá-lo) a uma análise regional, muito embora seja interessante e até importante verificar o comportamento das diversas ilhas quanto a este aspeto. Por exemplo, os casos do Pico, da Graciosa ou das Flores. Contudo, a perspetiva global é aquela que vos acabei de transmitir.

Com este quadro e com estas referências, julgo que os principais desafios estratégicos que o turismo dos Açores enfrenta são: a notoriedade como destino turístico; a identificação e reestruturação de produtos turísticos; a estruturação da oferta hoteleira e sua articulação com os produtos turísticos; a qualidade; a

correta assunção dos mercados prioritários ou estratégicos; as acessibilidades e a concertação dos diversos protagonistas.

Comecemos, então falando da notoriedade turística.

Os Açores têm ainda um grande défice de notoriedade como destino turístico em mercados que nos interessa explorar e que constituem, ou podem constituir, uma oportunidade para o desenvolvimento dessa vertente da nossa economia.

De entre os mercados que temos trabalhado, julgo ser seguro afirmar que aquele em que essa situação se verifica em menor grau será o mercado continental. No entanto, em países como a Alemanha, Itália, Áustria, França, Reino Unido, Espanha, os países escandinavos, a Holanda, a Finlândia ou as províncias do Canadá e alguns estados dos Estados Unidos, o conhecimento dos Açores como destino turístico é incipiente ou mesmo inexistente.

Daqui resulta que uma das prioridades estratégicas para o turismo dos Açores deve ser o aumento da sua notoriedade como destino turístico.

Aqui importa ter presente que duas opções se poderão perfilar. Uma, que se traduz numa aposta exclusiva em circuitos de promoção ligados aos operadores que trabalham estes mercados; outra, uma aposta em circuitos de promoção que têm impacto no público em geral, seja com recurso a instrumentos mais clássicos (como a televisão ou a imprensa), seja com recurso a novas tecnologias.

O nosso caminho deve ser o de, não dando por findo o apoio relativo aos operadores, reforçar fortemente a segunda componente.

Os Açores estão a pôr em marcha campanhas de promoção institucionais que fortalecem a sua imagem de destino turístico, que criam interesse no consumidor final e que, pelas suas características institucionais de transversalidade e de abrangência, acabam por, indiretamente, beneficiar quer os operadores que nesses países trabalham com os Açores, quer os que pretendam vir a trabalhar. Assim se garante, a nosso ver, as melhores condições para a inexistência de bloqueios ou dependência de operadores únicos.

Um aspeto que, no âmbito do apoio aos operadores, me parece sobremaneira importante elencar tem a ver com a forma como estão os mesmos estruturados.

É necessário (mais do que necessário), é imperioso continuar a introduzir uma componente variável nestes apoios. Essa componente, que progressiva, mas rapidamente tem sido introduzida nos contratos que têm vindo a ser celebrados, consiste em dentro de determinados parâmetros fazer depender o apoio, ou pelo menos uma sua componente, do número de turistas que esse mesmo operador é capaz de trazer à região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Obviamente! Isso é *a la palice*. Já devia ter sido feito há muito tempo!

O Orador: Uma última referência, mas uma premissa estratégica, para salientar apenas que esta é, e deve continuar a ser, uma responsabilidade pública e não dos privados. Muito embora, como acontece com o recente esforço promocional da campanha integrada entre a ATA e a Direção Regional do Turismo,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Integrada ou retalhada?

O Orador: ...existe uma articulação e concertação de posições com o setor privado.

Foi, aliás, no âmbito desse objetivo que os Açores concretizaram uma forte aposta no concurso das “7 Maravilhas Naturais de Portugal”, por exemplo. A escolha da nossa região como palco da gala final foi, aliás, um dos exemplos que comprovam que transformar os Açores no principal destino de natureza do país não é uma utopia ou um propósito irrealizável. Muito pelo contrário!

Chegamos, assim, àquele que considero que ser o segundo pilar estratégico.

Como bem sabemos, a questão da notoriedade turística da Região está indissociavelmente ligada à correta identificação e estruturação dos nossos produtos turísticos, bem como à articulação que deve existir quanto àquela que é a nossa oferta hoteleira e as atividades e serviços de animação que temos para oferecer, como é o caso da observação de cetáceos, dos passeios a pé, o iatismo, o turismo de saúde e de bem-estar, por exemplo, sendo que, neste último caso, estamos perante uma aposta igualmente muito forte do Governo, como se comprova pela abertura da exploração das termas em São Miguel e na Graciosa, bem como pelo projeto das termas do Varadouro aqui na ilha do Faial.

A nossa grande aposta só pode ser assim, em termos genéricos, o turismo de natureza, aliás, como já publicamente afirmei, um dos nossos objetivos principais para os próximos anos é o de conseguir que os Açores se transformem no principal destino de natureza do país.

Estou convencido que a nossa oferta é única no panorama nacional e entendemos que, hoje em dia, a nível nacional, somos já reconhecidos pelo que temos a oferecer neste domínio.

Mas o facto de esta ser uma evidência não obsta a que alguns pretendam (permitam a forma coloquial) descobrir a pólvora seca.

Um dos nossos grandes desafios estratégicos não está só no que promovemos, nem só no tipo de promoção que fazemos. Está na correspondência em termos de oferta hoteleira e de serviços, entre aquilo que divulgamos e aquilo que temos para oferecer.

Esta necessidade de ajustamento não se verifica em todas as ilhas, mas, sobretudo, naquelas que, fruto da sua maior dimensão, sofrem de uma ambiguidade de oferta que importa resolver.

Esta versão turística do dilema shakespeariano de “ser ou não ser” verifica-se, essencialmente, ao nível das ilhas cuja aposta flutua entre uma oferta citadina de negócios e uma oferta dirigida ao *core* da atração dos Açores enquanto destino.

Presos entre uma dimensão pouco direcionada para o turismo de lazer e uma necessidade de corresponder a uma procura que se alicerça numa imagem de natureza, bem-estar e tranquilidade, o facto é que constitui um desafio, uma obrigação inadiável, a respetiva definição, ou pelo menos, a definição de medidas que possam atenuar a diferença entre o tipo de efeito e o tipo de procura, ou que possam fomentar a procura correspondente a essa oferta.

Nesse âmbito, o papel principal cabe, clara e inequivocamente, às entidades privadas, sendo certo, porém, que à parte pública caberá garantir o apoio às iniciativas privadas que, nesse âmbito, possam surgir como, aliás, é claramente desejável que surjam.

É isto que fazemos com um conjunto de instrumentos como o Sistema de Incentivos Regional – SIDER – ou os apoios às iniciativas de promoção turística da região.

Às entidades públicas cabe, como acontece e deve acontecer, o apoio a essas iniciativas, não cabe, nem pode caber a definição de medidas que tem a ver com a exploração das unidades ou com a política comercial das mesmas.

Mas tal facto não invalida a constatação de que se torna necessário uma maior pró-atividade e até dinamismo nesta área.

Ainda no que respeita à promoção turística da região, sendo certo que é comumente reconhecido que a nossa aposta deve ser no turismo de natureza ativo, que cativa uma clientela com poder de compra forte, qualificada, desperta e sensível para a mais-valia desse tipo de turismo, essa constatação traz-nos rapidamente a outra que é a da qualidade.

Essa é uma das áreas em que, desde logo, ao nível dos serviços se torna necessário uma maior aposta. O tipo de turismo que queremos oferecer não pode vingar se não tiver associado a uma componente de qualidade de bens e serviços que, neste momento, ainda não está garantida.

A tentação, pelo menos a via fácil, será (reconhecemo-lo) sacrificar alguns aspetos, no sentido de garantir um preço competitivo num segmento de mercado que não se adequa, pelo menos em algumas situações, ao tipo de turismo que queremos e que os Açores têm para oferecer.

Receio bem que, enquanto nos centrarmos a sacrificar elementos ao preço e não acrescentar elementos valorizadores de produtos e serviços que possam justificar o preço, dificilmente faremos a evolução estratégica que o turismo dos Açores tanto reclama.

Não podemos, nem devemos, alicerçar uma estratégia de desenvolvimento do nosso setor que radique na capacidade de sermos um destino mais barato do que outros destinos.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Isso é andar para a frente? E nos últimos 3 anos?

O Orador: É necessário, como opção estratégica, valorizar o destino, desde logo, com uma aposta redobrada, mas absolutamente imprescindível na qualidade.

Estou consciente que este caminho, em especial nesta área, não se consegue percorrer num dia, mas estou convencido que o turismo nos Açores só tem esse caminho para ganhar sustentabilidade.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Muito bem!

O Orador: E, no momento presente, a conjuntura atual exige, mais do que nunca, a necessidade de assumir ruturas com práticas comerciais e de serviço que estão, ou poderão estar, enraizadas.

Terá certamente os seus custos, terá certamente as suas dificuldades, mas a opção que se quer assumir é aquela em que estrategicamente nos posicionamos como destino mais forte e mais sólido, não aquela em que apenas abarcamos a componente marginal dos nossos mercados ou de outros destinos.

Os mercados em que estamos presentes permitem, efetivamente, considerar como possível a realização desta ambição e, se é de mercados que falamos, convém também, a este propósito, clarificar aquele que deve ser o nosso posicionamento e a nossa estratégia futura.

Presentemente, os Açores têm como mercados turísticos cerca de 14 países, incluído aqui Portugal continental. De entre estes mercados, embora por motivos diferentes, merecem uma referência especial os Estados Unidos e o Canadá e o mercado escandinavo. No caso dos Estados Unidos e do Canadá, a referência torna-se necessária para clarificar do que estamos a falar quando falamos desses mercados.

Em primeiro lugar, convém tornar claro que, no primeiro caso, estamos apenas a incidir sobre os estados de Massachusetts, Rhode Island, Connecticut, New Hampshire e Maine, sendo que no caso do Canadá falamos das províncias do Ontário e Québec.

Por que razão estes e não outros?

Essencialmente por duas ordens de razões. Uma, relativa ao facto de aí se concentrar a grande fatia das nossas comunidades emigrantes (o que só por si já

constitui um mercado de importância não despreciable para o nosso turismo), mas, além disso, se considerarmos, como estou convicto que devemos fazer, que os Açores têm todas as condições para se afirmarem como destino turístico de americanos ou canadianos – que não são descendentes de açorianos e que até podem nada ter a ver com os Açores – então a escolha dessas províncias e estados justifica-se pelo fator acessibilidades, do qual releva as ligações diretas aos Açores a partir das cidades de Boston, Toronto e Montreal.

Basta lembrar que as ligações diretas entre os Açores e Boston, ou entre os Açores e Toronto, colocam a nossa região a cerca de 4 ou 5 horas de mercado com uma dimensão muito considerável e com grande potencial de crescimento. Significa isto que um dos desafios futuros que o turismo dos Açores tem para vencer é a afirmação, como aliás já está a fazer, nos mercados canadianos da costa leste e da costa leste dos Estados Unidos.

A este propósito, impõe-se uma resposta à pergunta que bastas vezes é formulada: em que novos mercados vão apostar os Açores?

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Para responder a esta questão importa sublinhar duas premissas.

A nossa aposta estratégica, é certo, a médio prazo deve ser a de consolidar a nossa posição nos mercados que já trabalhamos, quer reforçando a nossa notoriedade, quer agindo para mudar a perceção que atualmente existe do destino em alguns países.

É nesses mercados que a região deve continuar a apostar pelas seguintes razões: primeiro, a nossa divulgação é, em termos do tempo necessário para consolidar o mercado turístico, demasiado recente; em segundo, a disponibilidade de recursos obriga a uma utilização criteriosa dos mesmos, ou seja, devemos continuar a aprofundar o nosso trabalho em mercados onde o percurso já feito até ao momento pode potenciar os esforços que aí venham a ser desenvolvidos; em terceiro, acreditamos que esses países ainda têm potencial.

Significa isto que fechamos a porta a outros mercados ou a propostas de operadores de outros países?

Certamente que não, mas o grosso do nosso trabalho e da afetação dos nossos recursos deve estar exatamente onde este esforço pode ser melhor potenciado, de modo a produzir os resultados que todos queremos.

De seguida, a questão das acessibilidades.

De forma muito sumária, mas esperamos que clara, interessa dizer que a SATA constitui, como tem constituído, pese embora momentos mais ou menos lúcidos com que essa função é assumida, um papel absolutamente essencial nas acessibilidades aos Açores, naquilo que ao nosso tema releva.

Isso acontece quer através de acordos com outras companhias, quer através da contratualização com operadores. Também aqui a SATA assume a natureza de instrumento para a consolidação e fortalecimento do nosso turismo. É por isso que, no que respeita às acessibilidades, o Governo privilegia e privilegiará sempre mais o objetivo de facilitação de acesso e de ligações aos Açores do que o seu papel de acionista da empresa.

Contudo, uma estratégia para o crescimento e afirmação do turismo dos Açores não pode ser separada daquilo que temos vindo a desenvolver a nível interno. Desde logo, uma ousada baixa nas tarifas dos transportes aéreos inter-ilhas, recentemente entre 15 a 20%, e aquela que é a grande concretização do Governo neste domínio, que é o serviço de transporte marítimo de passageiros e viaturas.

Apesar dos críticos que nunca compreenderam a importância deste serviço...

Deputado Francisco César (PS): Nem compreenderão!

O Orador: ...ou de algumas vicissitudes que são conhecidas de todos,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Algumas? Foi um desastre!

Deputado Francisco César (PS): Um desastre!!!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Um desastre! Só não foi ao fundo!

O Orador: ...a verdade é que, graças a ele, foi possível efetuar uma verdadeira revolução.

Sejamos claros. O serviço de transporte marítimo de passageiros e viaturas permitiu que milhares de açorianos se deslocassem entre as nossas ilhas durante os meses de verão, contribuindo para acrescentar ao setor um dos componentes

que sempre lhe faltou: a criação de um verdadeiro mercado interno, responsável pelo aumento considerável de receitas nas ilhas de menor dimensão, essencial para a criação de empresas e de postos de trabalho.

Muitos, normalmente aqueles que residem nas duas ilhas de maior dimensão populacional, não poupam adjetivos para criticar este serviço, normalmente utilizando aspetos colaterais ou até incidentes menores,...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Colaterais! É preciso ter lata! Encomendaram os barcos e são aspetos colaterais!

O Orador: ...mas a verdade é que a generalidade das nossas ilhas não só acarinha esta opção do Governo dos Açores, como tem consciência de que ela foi fundamental para acrescentar riqueza e desenvolvimento a todas as nossas ilhas.

Deputados Rogério Veiros e José Gabriel Eduardo (PS): Muito bem!

O Orador: Não foi de balde que a aposta no pilar do turismo foi tomada.

Na verdade, este setor pode compreender não só uma fonte de emprego e receita direta muito significativa, como representar uma forte alavancagem do setor primário e secundário regional, pelos produtos primários ou transformados de qualidade, como reconhecidamente somos capazes de produzir e, a médio prazo, de fornecer no mercado interno. É para isso que todos os dias trabalhamos e é com essa perspetiva integrada que contamos com os contributos dos vários intervenientes.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados:

O trabalho que temos pela frente não é certamente (todos o saberão) um trabalho nem fácil, nem que produza resultados de imediato. Aliás, hoje, mais do que nunca, poderão perfilar-se essa dicotomia entre soluções estruturais...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Ah! Tem trabalho pela frente! Só que agora vão ser outros a fazer!

O Orador: ...que constituam alicerces sólidos para o crescimento do nosso turismo, e as soluções que, podendo privilegiar soluções miraculosas, são pouco sustentáveis e, em última instância, prejudicam o destino. É, pois, no equilíbrio entre a satisfação das necessidades a curto prazo e a construção de alicerces

para a sustentabilidade duradoura do turismo dos Açores que trabalhamos. Não é uma tarefa só do Governo, não é também uma tarefa só dos privados, é por isso que digo que se cada um fizer bem a sua parte todos sairemos a ganhar.

O mesmo é dizer que são os Açores que ganham.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Passo a palavra para o Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Economia:

Uma interpelação muito rápida para lhe referir apenas que a estratégia de vitimização já não cola...

Deputado Francisco César (PS): Não, não!

O Orador: ...porque todas as vezes que o PSD confronta V. Exa. com o currículo de insucessos da sua política, V. Exa. arma-se em vítima.

A estratégia de vitimização já não cola. O teatro do costume já não cola.

V. Exa. é que é o responsável pela Secretaria Regional da Economia há três anos e meio e, como tal, tem de responder pelos resultados da sua política.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor não ouviu!

Deputado José Rego (PS): Esse discurso já estava preparado!

O Orador: Não foi isso que o senhor veio aqui fazer. Não respondeu pelos resultados da política. Dirigi-lhe questões concretas que V. Exa. não respondeu. Falou de introduzir componente variável na promoção através de operadores? Mas isso não era já feito? Agora é que vão fazer uma componente variável por cada turista que vem para os Açores?

Sr. Secretário Regional da Economia, este é um princípio básico para que os operadores e o dinheiro que nós despendemos aos operadores produza resultados.

Falou de uma definição de uma estratégia clara, mas essa estratégia já não devia estar definida? Ou essa estratégia vai funcionar como o POTRAA que apareceu quando todas as infraestruturas, ou praticamente todas as infraestruturas, já estavam concluídas?

Sr. Secretário Regional, o senhor aqui desta tribuna limitou-se a fazer um relatório que qualquer aluno de um curso de turismo não faria melhor.

“Descobrir a pólvora”, vem dizer que alguém quer descobrir a pólvora. Sr. Secretário, durante três anos e meio o senhor andou a tentar descobrir a roda e inventar a roda...

Deputado José Rego (PS): Essa já é velha!

O Orador: ...e os resultados que nós apresentamos, que o PSD aqui apresentou, foi que desde que V. Exa. se sentou na Secretaria Regional da Economia o turismo nos Açores, a medir pelos proveitos, mingou 14%.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, não gaste as metáforas!

Deputado Lizuarte Machado (PS): O senhor já disse isso umas 10 vezes!

O Orador: Sr. Secretário, agora é que vai ser?

Deputado Francisco César (PS): Ele é que fez a crise!

O Orador: É nos próximos 100 dias?

Sr. Secretário, ainda tem 200 dias para governar. A estratégia do “agora é que vai” já ninguém acredita, porque não conseguiu ser e fazer nos últimos três anos e meio.

Muito obrigado.

Deputados Clélio Meneses e João Costa (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra de imediato, sem demoras, para o Sr. Deputado Francisco César.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista preparou-se para uma intervenção sobre turismo e aquilo que assistiu nesta bancada foi um espetáculo lamentável de campanha eleitoral, de ataque ao Secretário da Economia, de ataque ao candidato do Partido Socialista a Presidente do Governo.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: O Sr. Deputado vem falar de vitimização!

O Sr. Deputado falou de insucessos, falou de decréscimos ao nível das dormidas desde 2007. Pois bem, Sr. Deputado, explique a este plenário e aos açorianos por que é que só se lembrou de fazer uma interpelação do turismo a 6 meses das eleições.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Agora temos de fazer quando os senhores querem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É quando é possível! Vamos fazer quando os senhores quiserem!

O Orador: Sras. e Srs. Deputados, podemos discutir o turismo, podemos analisar a conjuntura, podemos e devemos, porque nós acreditamos no que dizemos e dizemos o que acreditamos. Nós vivemos uma enorme crise a nível internacional, a nível nacional que, obviamente, contingencia a situação...

(Apartes inaudíveis)

O Orador: Peço desculpa, Sr. Presidente, posso estar a perturbar os apartes.

Presidente: Faça favor de continuar com a sua intervenção.

O Orador: Vivemos uma enorme crise a nível nacional e internacional que, obviamente, contingência o turismo nos Açores.

Se nós verificarmos concretamente os dados do turismo, o que nós verificamos é que no sítio, ou os locais, ou os mercados emissores onde há crise, nomeadamente no mercado nacional, o turismo e as dormidas provenientes destes mercados têm vindo a diminuir progressivamente.

Mas se nós verificarmos também ao nível daquilo que são os dados do turismo relativos aos mercados internacionais, os mercados emissores internacionais, verificamos que, no ano de 2011, nós crescemos cerca de 5,4% nas dormidas.

Este trabalho deve-se pela perceção que o Governo Regional teve desde cedo de que a prioridade devia, onde é mais fácil, de uma forma sustentável, trazer fluxos turísticos de mercados, como a Alemanha, como a Holanda, como a Espanha, que hoje já têm um peso muito significativo no turismo regional. E temos conseguido fazê-lo sustentadamente.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Sim, sim!

O Orador: E isso é algo que eu lamento que o Partido Social Democrata não tenha tido a hombridade de reconhecer que, devido à crise nacional, o turismo tem vindo a descer, em termos do mercado nacional, e do estrangeiro tem vindo, paulatinamente, a subir...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Mas lá, o país cresce! Aqui decresce!

O Orador: ...e tem sido feito graças ao esforço do Governo Regional, ao nível daquilo que é o aumento da notoriedade do destino Açores. Tem-no feito e nós temos tido já resultados.

Hoje os Açores têm um conjunto diversificado de prémios que o Sr. Deputado esquece de salientar: “Segundo destino do ano”, da revista *Budget Travel*; somos considerados pela CBS um dos oito “*Exotic Warm-Weather Destinations to Try*”; somos um do “*Best Trips of Summer*” da *National Geographic*; somos um dos cinco “*Volcanic Vacations*” pelo *World Travel Guide*; a Aldeia da Cuada das Flores foi considerada um dos “*World’s Most Romantic Hotels*” pela revista *Travel and Leisure* e é também esta mesma revista que considerou a ilha do Pico como uma das “*Best Secret Island on Earth*”.

Deputado João Costa (PSD): Tem que melhorar o seu inglês!

O Orador: Aqui estão resultados do aumento de notoriedade dos Açores. Resultados do aumento da qualificação da oferta hoteleira dos Açores, isto feito em parceria com os operadores turísticos, isto feito em parceria com a nossa companhia aérea.

São resultados concretos de um esforço que, obviamente, neste cenário de crise, sofrem muitas contrariedades.

E o que é que o Partido Social Democrata propõe para o turismo?

Este debate, provocado pelo Partido Social Democrata, o que é que vem trazer de novo para o turismo?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mais um prémio!

O Orador: Nós não temos uma única proposta do Partido Social Democrata para além do facto de ...

Nós procurámos saber quais eram as propostas do maior partido da oposição.

Deputado Berto Messias (PS): Esperávamos que hoje dissessem!

Deputado António Marinho (PSD): Não sabe dizer outra coisa!

O Orador: Dificilmente conseguimos perceber.

A única coisa que conseguimos encontrar, Srs. Deputados, foi tentar criar nos Açores ou propor aos turistas estrangeiros que venham visitar o anticiclone dos Açores, como se fossem as pirâmides do Egito ou como se fossem as gondolas de Veneza.

Sr. Deputado, quando tiver, e quando o vosso partido tiver alguma proposta mais concreta sobre o turismo, venha falar connosco.

Deputado Jorge Macedo (PSD): É preciso muito tempo para explicar isso, tem de ser ao café!

O Orador: Entretanto, o Partido Socialista, este Governo, o Secretário da Economia, Vasco Cordeiro, irão continuar a trabalhar para conseguir com que o turismo, paulatinamente, sustentadamente, consiga enfrentar estas contrariedades.

Tenho dito.

Voices dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra à Representação Parlamentar do Partido Popular Monárquico. Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Antes de passar a questões mais genéricas, na medida em que estamos a trabalhar no âmbito duma interpelação, vou interpelá-lo diretamente sobre uma questão que interessa particularmente à minha ilha.

Portanto, nesse sentido, a questão que eu lhe quero referenciar é...

Posso mostrar aqui o gráfico da Direção Regional do Turismo. Depois, temos aqui os diversos postos de turismo que estão em funcionamento na região.

Falta aqui, como acontece tantas vezes noutras estruturas da administração regional, um posto de turismo na ilha do Corvo.

Considero que o turismo é um setor absolutamente essencial, um motor económico fundamental, mas que deve ser um motor económico colocado à disposição de todas as ilhas e com oportunidade de crescimento, de contribuir para o crescimento económico regional e de contribuir para o aumento da capacidade turística da região e para a atratividade.

Deve ser um trabalho de todos os concelhos, de todas as ilhas.

Por isso, Sr. Secretário da Economia, o que eu lhe peço é que, de facto, observe, reconheça que existe aqui uma lacuna que nós podemos corrigir todos em conjunto (obviamente, se estiver de acordo) e que, de facto, a ilha do Corvo necessita para crescer, para lhe serem dadas as mesmas oportunidades de crescimento, de um posto de turismo que possa desenvolver o seu trabalho e contribuir para o crescimento deste setor, que é também um setor fundamental, porque nós não temos muitas outras alternativas, como se sabe.

Portanto, o que lhe peço é se está na disponibilidade de criar este posto de turismo na ilha do Corvo, em colaboração com, nomeadamente, o município da ilha.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado Artur Lima.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também julgava que vínhamos assistir aqui a uma interpelação ao Governo sobre turismo. Afinal de contas parece que não foi bem isso que aconteceu, de maneira que vou tentar interpelar o Sr. Secretário da Economia sobre algumas questões do turismo que preocupam, desde há muito tempo, o CDS e que temos feito propostas, como todos nesta casa se lembram, sobre essa matéria.

Estamos esperançados que as propostas que apresentamos e que reiteramos aqui não sejam amanhã anunciadas por um qualquer partido, ou propostas como manifestamente inovadoras e que os outros nunca as tenham feito.

O Orador: E começo obviamente pela última intervenção...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Isso é mais do PCP!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Isso já está ultrapassado há algum tempo.

(Apartes entre o Presidente do Governo Regional dos Açores e o Deputado Aníbal Pires)

O Orador: Já lá vamos, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, faça favor de dar continuidade à sua intervenção.

O Orador: O grande problema do turismo, hoje em dia, é o mesmo de há 4 anos, é o mesmo de há 8 anos, Sr. Secretário.

Aliás, basta comparar o Programa do Governo de 2004/2008 e o de 2008/2012 e V. Exa. notará, com certeza, que as preocupações e a estratégia eram exatamente as mesmas.

Sr. Deputado Francisco César, dizia o Programa do Governo 2004/2008 o seguinte: “em 97, cerca de 71% das dormidas da Região Autónoma dos Açores eram de origem portuguesa [continental, naturalmente!]. Este mercado representa já só 52%, em 2004.”

Ou seja, em 2004 relativamente às descidas no turismo continental para os Açores, se constatava o facto que o senhor aqui referiu. Portanto, não serve de desculpa.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Nesse caso, é como as subidas do estrangeiro. Não é em número, é em percentagem. Em número só se justifica a partir daquela data!

O Orador: Espere!

Sr. Presidente, não vos interessa? Era!

E aqui se justificava a necessidade...

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Em número só se justifica a partir daquela data!

O Orador: Em percentagem é o que aqui está.

E aqui se justificava os novos mercados com uma grande saída para esta quebra.

Hoje qual é a justificação?

Exatamente a mesma. Portanto, continuamos na mesma, como em 2004, como em 2008. Continuamos na mesma!

Deputado Francisco César (*PS*): Continuamos, não! Temos resultados!

O Orador: Os senhores agora vêm apresentar com uma diferença, que é isso que os senhores têm de justificar. O problema do turismo nos Açores é que não há uma estratégia de turismo para os Açores. O turismo nos Açores classifica-se exatamente como as nossas condições meteorológicas: vento variável, com rajada forte de vez em quando.

Deputado Francisco César (*PS*): O senhor não ouviu a intervenção do Sr. Secretário!

O Orador: Não há uma estratégia focada e aos senhores, de vez em quando, dá-lhes para investir num determinado setor.

Agora é interessante também verificar que (e o Sr. Secretário explicará isso) entre 2000, inclusive, até 2012, inclusive, na promoção turística, oferta, animação turística e investimentos estratégicos foram e vão ser investidos 203 milhões de euros, mais de 200 milhões de euros.

Sr. Secretário, onde é que estão os resultados?

E propostas temos, Sr. Secretário? Vou-lhe deixar uma e gostaria que o senhor se pronunciasse sobre ela, porque há quase dois anos que defendemos essa proposta. Essa, sim, é uma aposta para dinamizar o turismo, é uma aposta para os nossos hotéis, é uma aposta para os nossos açorianos, que é o turismo interno, que o CDS defende há muito tempo e que até hoje não foi feito e essa, Sr. Deputado Francisco César, é uma boa maneira de colmatar a falta de turistas de outros mercados emissores. É o turismo interno, Sr. Deputado Francisco César.

Portanto, cá está uma proposta, Sr. Secretário Regional, e obviamente uma pergunta.

Agora devo-lhe dizer Sr. Secretário, explique-me também, se for possível, já aqui foi referido o caso do casino (mas preocupa-me quando são feitos investimentos com dinheiros públicos, embora os senhores considerem privados nalgumas situações) o que se vai fazer do Hotel dos Franceses, na Terceira, aquela extraordinária infraestrutura?

E por que nunca se recuperou, o que podia ser o ícone turístico e visita obrigatória, a Estalagem da Serreta, Sr. Secretário?

E digo-lhe mais: por que é que não se apostou no termalismo na ilha Graciosa, quando aqueles empresários, que exploram o hotel e as termas, apenas pediam do Governo Regional mil euros para a deslocação de um médico? Mil euros mensais, Sr. Secretário!

Deputado João Costa (PSD): É verdade! Apoiado!

O Orador: Era isso que tinha que se fazer e não se faz, porquê?

Olhe Sr. Secretário, aquela campanha que o senhor fez no continente “Mãe, leva-me aos Açores”, que custou 70 mil euros, dava para financiar a ilha Graciosa durante 5 anos com o turismo de termalismo e isso também não foi feito.

Sr. Secretário Regional, para já eram estas as perguntas que gostaria que o senhor me respondesse.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Mário Moniz.

(*) **Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, sistema integrado de transportes que o Bloco de Esquerda tem questionado e que o Sr. Secretário sempre se comprometeu a apresentar.

Escusamos de voltar a expor a sua fundamental importância numa região arquipelágica como a nossa, com repercussões quer na dinâmica interna, quer no desenvolvimento harmónico do turismo.

Mas não prescindimos de voltar a perguntar: para quando o sistema integrado de transportes nos Açores?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do Partido Comunista Português, Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD trouxe-nos aqui uma oportunidade importante de podermos, hoje, interpelar o Governo sobre o setor do turismo, que é, com certeza, um setor importante da economia regional, apesar de alguns altos e baixos – mas já lá iremos – mas (como dizia), em boa hora, o Grupo Parlamentar do PSD nos traz aqui esta possibilidade, até porque se nota perfeitamente a articulação que há entre a liderança do PSD e o Grupo Parlamentar do PSD, uma vez que a Dra. Berta Cabral tem feito, nas últimas semanas, um grande esforço de promoção do turismo interno na região.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

(Risos dos Deputados da bancada do PS)

Deputado Clélio Meneses (PSD): O que é que isso tem a ver com o Secretário Regional da Economia?

Deputado Francisco César (PS): Por essa reação, até parece que o incomoda!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Nada!

O Orador: Portanto, sim senhor, é, de facto, uma excelente estratégia, bem articulada, que eu não poderia deixar de registar.

Deputado Clélio Meneses (PSD): A interpelação por acaso é ao Sr. Secretário da Economia!

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de continuar a sua intervenção, se faz favor.

Se o senhor começar a falar... Peço aos Srs. Deputados que façam um pouco de silêncio, que prescindam dos seus apartes e dos seus diálogos.

Sr. Deputado, faça favor.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Com certeza que o setor do turismo é um importante setor da economia regional.

(Aparte inaudível do Deputado Hernâni Jorge)

Deputado Clélio Meneses (PSD): Isso vai ficar registado!

O Orador: Sr. Presidente, eu apelava...

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor de dar continuidade à sua intervenção e agradeço que todos os Srs. Deputados tenham em atenção a sua intervenção.

O Orador: Muito obrigado.

Para o PCP/Açores constitui, ou pode vir a constituir-se, como um importante setor da economia regional. Tem já um peso importante. Temos vindo a fazer críticas à forma como o modelo veio a ser desenhado, até porque nós podemos

ser, e somos ainda um destino singular, um destino de excelência e nós não precisamos propriamente de acrescentar ao nível das infraestruturas, porque aquilo que nós temos, que nos torna um destino de excelência e um destino singular foi construído ao longo de séculos.

Temos uma paisagem natural e humanizada única, temos uma qualidade ambiental de excelência e temos uma cultura singular, uma cultura muito própria, moldada por estes séculos do viver ilhéu.

Portanto, a nossa crítica vai muito para alguma tentativa de uniformização do modelo de turismo na região.

Julgamos que houve aqui um sobredimensionamento de algumas infraestruturas, o que acarreta algum tipo de problemas para os empresários hoteleiros e, portanto, há aqui um conjunto de circunstâncias que leva a que, da forma como o modelo do setor foi desenhado, esteja a atravessar, neste momento, algumas dificuldades, porque se esperava ou foi desenhado para que houvesse um fluxo de turistas massivo para a região.

Julgo que os fluxos massivos de turistas procuram outros destinos com características bem diferentes daquelas que nós temos. Os turistas em massa procuram, normalmente, sol e praia, que é uma coisa que efetivamente nós não temos para oferecer, mas temos para oferecer diferente, melhor, único, singular. É isso que nós temos de valorizar.

Portanto, quando aqui há alguns anos se iniciou e se deu prioridade a este setor, penso que aí a raiz do problema...

O contributo que o PCP quer dar para esta reflexão é este: houve, de facto, alguns erros que foram cometidos e a grande questão é esta. Errou-se, mas então vamos avaliar o que é que está mal, vamos procurar emendar e não insistir no erro.

Pessoalmente (e o PCP pensa assim), ancorar o turismo quer, por exemplo, no golfe, quer no jogo de casino, não nos parece que essa seja a melhor medida. Aliás, o passar do tempo veio comprovar exatamente isso, a falência desses dois setores ou duas dessas âncoras.

Para já, porque há necessidade de avultados investimentos e depois porque a procura de turistas quer para o jogo de casino, quer para o golfe, é relativamente reduzida, sabendo-se que a oferta a nível global é muito competitiva. Portanto, aquilo que nós devemos procurar é avaliar o histórico desde que o turismo foi tomado pelo Governo Regional, liderado pelo Partido Socialista. Lembro-me perfeitamente do discurso de tomada de posse do Sr. Presidente do Governo Regional, em 2000, que se centrou exatamente à volta disto, deixando (e até a meu ver mal) de parte, porque não houve nenhuma referência, por exemplo, ao setor produtivo nessa altura, e julgo que o turismo, sendo importante, não pode ser substituído, tem de complementar a atividade económica regional.

Portanto, aquilo que é importante para o PCP é valorizar aquilo que nós temos e se é verdade que estamos a atravessar um período de crise, também é verdade que, se olharmos para determinados nichos, para determinados segmentos não há diminuição.

Quem vem aos Açores para fazer mergulho, quem vem aos Açores para os trilhos pedestres, para o *geocaching*, que são pequenos segmentos, são nichos, não há diminuição. Aí não há diminuição. Esses turistas continuam a vir.

Sr. Secretário, o contributo que a Representação Parlamentar quer dar, e posso fazê-lo até sob a forma de pergunta, é se, de facto, o Governo Regional está na disposição de reavaliar o modelo, de reorientar o investimento neste setor, procurando, de facto, diversificar, em termos de pequenos nichos, mas nichos que trazem muito valor acrescentado, porque são turistas com um alto poder de compra e que representam, nomeadamente para ilhas de pequena dimensão, valor acrescentado, muito importante para as pequenas economias locais, e é evidente que todos esses pequenos contributos somados serão importantes para o setor do turismo na região.

Portanto, a questão, Sr. Secretário, é se, de facto, há aqui uma intenção de reavaliar o modelo, de reorientar investimento e de procurar valorizar aquilo em que nós somos únicos. De facto, somos únicos e somos um destino de excelência, acrescentando também aqui que, independentemente do facto de considerarmos que as acessibilidades são caras, que os preços praticados na

hotelaria também são muito elevados, que os preços praticados no aluguer de automóveis também são muito elevados (mais elevados do que noutras regiões do país, é evidente que são), mas também consideramos que, pela excelência que tem este destino, que tem o destino turístico Açores, será certamente sempre um destino com um preço mais elevado do que são outros destinos onde os fluxos turísticos atraem em massa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Não tenho mais inscrições para a discussão.

Sr. Secretário da Economia, Dr. Vasco Cordeiro.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Algumas questões que foram colocadas aqui e que são comuns a várias intervenções têm a ver com a questão da estratégia.

Não percebo que parte da estratégia é que não foi percebida e acho que, neste momento, o que é necessário é trabalhar, como tem sido feito na concretização desta estratégia, do que propriamente estarmos a definir algo que já está perfeitamente definido e já está perfeitamente assente, como aspetos que são fundamentais para a sustentabilidade do setor turístico da região.

Em relação a algumas das intervenções que aqui foram feitas e a relevância da comparação com a *performance* do setor turístico a nível nacional, gostava só de referir o seguinte: não me parece que seja muito abonatório, na coerência de quem acusa a região com base neste critério, esquecer que quando o número de dormida no país cai, nos Açores não cai, ninguém fala.

Quando os Açores crescem do ponto de vista de turismo externo na ordem dos dois dígitos, como tem crescido ultimamente, ninguém tenta valorizar isso.

Esta é a grande transformação que está a ser feita do ponto de vista da estruturação dos mercados e é isso que está a ser feito.

Deputada Benilde Oliveira (*PS*): Muito bem!

O Orador: Não é isso que está a ser proclamado, está a ser feito.

Aumentar o peso dos mercados externos para compensar a quebra que está a acontecer no mercado interno, e isso faz-se com campanhas de promoção, isso faz-se com apoio a operadores, isso faz-se com um conjunto de medidas que estão a ser implementadas e que visam exatamente dirigir-se a esse objetivo.

Obviamente que só quem não percebe do que é que estamos a falar é que pode dizer que os Açores estão dependentes de operadores.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Não estão dependentes, estão dependuradíssimos!

O Orador: Nós não podemos esquecer o seguinte.

Esse setor turístico, pelo menos com alguma dimensão, é muito recente. Veja-se aquilo que é, nomeadamente, a consolidação de outras regiões do país como destinos turísticos, e aquilo que isso traz do ponto de vista da *performance* desse setor, nessas regiões. Mas mesmo assim, o facto é que está a ser feita uma caminhada de afirmação crescente do setor turístico da nossa região.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Os resultados comprovam!

O Orador: O Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico coloca a questão do posto de turismo na ilha do Corvo.

A prioridade para o Governo não é ter uma infraestrutura ou não ter uma infraestrutura no Corvo. É melhorar a informação para todos os turistas que visitam a ilha do Corvo e as nossas ilhas também.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não foi isso que lhe perguntei!

O Orador: O Sr. Deputado Artur Lima fala numa estratégia de 200 milhões.

Sr. Deputado, se recuar atrás, aos 30 anos da autonomia, teremos gasto mais do que 200 milhões.

Deputado António Marinho (PSD): Se for para a frente vai ser complicado! Mas isso é um problema seu!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Se for para a frente, o senhor vai sentir-se incomodado!

O Orador: A questão que está aqui em causa é ...

(Aparte inaudível do Deputado Artur Lima)

O Orador: Ora aí está!

Portanto, esse critério, numa interpelação ao Governo, a este Governo, tem o valor que tem. Tem o valor de demonstrar que efetivamente foi feito um investimento para afirmar o setor turístico como um setor que não contradiz outros setores tradicionais da nossa economia, mas que exatamente coabita com eles.

Sr. Deputado, em relação ao turismo interno, o que é que nós estamos a fazer com o transporte marítimo de passageiros?

Deputado Jorge Macedo (PSD): Consegue dizer isso sem se rir!

Deputado António Marinho (PSD): Não fale nisso!

(Risos dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: Então não é o fortalecimento do mercado interno?

O que é que nós estamos a fazer com programas, como por exemplo, o 60+?

Deputado Jorge Macedo (PSD): O senhor consegue dizer isso sem se rir?

Deputado João Costa (PSD): O senhor está a falar de coisas sérias!

O Orador: Não é fortalecer o mercado interno?

É claramente o fortalecimento do mercado interno e é claramente uma medida que contribui para o fortalecimento do mercado interno.

Se o senhor me perguntar assim: mas o senhor acha que está tudo feito do ponto de vista do mercado interno?

Não, não está. Claramente não está. Nós podemos ainda capitalizar isso, mas o mercado interno não é a solução para um setor que já atingiu a dimensão do nosso.

Quanto ao Hotel dos Franceses, está a ser feito um levantamento, neste momento, para a recuperação daquela infraestrutura e, tendo em conta, aquelas que são as condições deste processo, nomeadamente o facto de correr termos no tribunal, eu remeto-me apenas a esta informação.

Quanto à questão da deslocação do médico à Graciosa, Sr. Deputado Artur Lima, a deslocação de um médico à Graciosa não serve nada do ponto de vista turístico.

Deputado João Costa (PSD): Não diga isso. Fica mal!

O Orador: E não é apoiada do ponto de vista turístico.

Deputado João Costa (PSD): Não? Andaram a levar lá médicos durante anos!

O Orador: Aquela infraestrutura está concessionada a privados, os quais, para além daquilo que têm feito, é também do interesse deles rentabilizá-la desse ponto de vista.

Não percebo essa visão, Sr. Deputado Artur Lima, perdoar-me-á o Sr. Deputado Aníbal Pires, demasiado comunista para si, que agora o Governo deve subsidiar um empreendimento que está concessionado a privados...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é isso!

O Orador: ...para que possam, com mil euros, segundo as suas palavras, levar os médicos de reumatologia para lá.

Sr. Deputado, do ponto de vista de política de turismo e de objetivos da estratégia de turismo que está a ser feito, não se justifica esse apoio.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É conforme a cor!

O Orador: Poderá justificar-se segundo outros critérios, não ponho em causa.

Do ponto de vista de política de turismo e de rentabilização do turismo de saúde e de bem-estar, não faz sentido.

Deputado João Costa (PSD): Por que será que ninguém concorreu?

O Orador: Sr. Deputado Mário Moniz, para dizer-lhe que o plano integrado de transportes está em fase de ultimização. Não está esquecido de forma nenhuma. Está em fase de ultimização e será presente a esta Assembleia.

Sr. Deputado Aníbal Pires, relativamente às questões da reavaliação dos nichos, foi este Governo Regional que suspendeu a aplicação do POTRAA, criando medidas cautelares bastante restritas em ilhas, ou nomeadamente numa ilha, em São Miguel, que leva exatamente a uma reavaliação da situação que conduz à aplicação das regras do POTRAA.

É este Governo que está a apostar em nichos de mercado, como é o caso do turismo (para salientar apenas um) de mergulho, no caso da ilha de Santa Maria. Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Vamos fazer o intervalo da manhã.

O Sr. Secretário Cláudio Lopes vai informar os tempos ainda disponíveis para os Grupos e Representações Parlamentares.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O PSD dispõe de 14 minutos; o Governo de 12 minutos; o PS, 25 minutos; o PPM, 8 minutos; o CDS, 9 minutos, o Bloco de Esquerda, 12 minutos e o PCP, 1 minuto.

Presidente: Vamos fazer um intervalo de meia hora, até ao meio dia.

Peço desculpa pela falta de informação.

Bom intervalo. Até já.

(Eram 11 horas e 23 minutos)

Presidente: Agradecia que os Srs. Deputados reocupassem os seus lugares para continuarmos a discussão da interpelação ao Governo.

(Eram 12 horas e 05 minutos)

(Após o intervalo, o Deputado José Ávila foi substituído na Mesa pelo Deputado José Gaspar Lima)

Tenho inscrito o Sr. Deputado do Partido Popular Monárquico.

Dr. Paulo Estêvão faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Economia, o Sr. Secretário não respondeu à questão que lhe coloquei.

A questão que lhe coloquei é muito direta. Demonstrei-lhe que existem postos de turismo em todas as ilhas, aos quais são dados estes instrumentos, que são instrumentos de valorização, instrumentos fundamentais do ponto de vista da promoção turística e da informação turística.

A questão que eu aqui lhe referenciei é que é uma injustiça deixar uma das ilhas do arquipélago, que também tem de crescer nesse setor como nos outros (somos todos filhos de Deus). O que lhe disse é que é uma injustiça que isto não seja feito. O senhor chutou para canto.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Secretário joga futebol?

O Orador: Disse que o que é importante é a informação.

Não! Nas outras ilhas já existe, na ilha do Corvo não existe.

Não estou a pedir nada que os outros não tenham e nada que não seja justo.

Portanto, estou aqui apenas a referenciar-lhe algo que é uma profunda injustiça e o Sr. Secretário da Economia fez como o Partido Socialista fez no ensino secundário.

O PPM apresentou a proposta. Chumbaram. Depois, quando o Sr. Secretário da Economia chega ao Corvo, “afinal o ensino secundário é importante. Chumbámos a proposta do PPM, mas agora aprovamos a nossa própria proposta”.

Isto não é um diálogo sério!

Isto não é o Sr. Secretário vir aqui pedir ideias; o Sr. Secretário vem aqui pedir um diálogo institucional. Acha que isto é uma atitude correta?

Daqui a dois ou três meses, chega ao Corvo antes das eleições e diz: “Posto de turismo é muito importante, somos nós (nós!) que o vamos implementar e criar”.

Deputado Francisco César (PS): Pensávamos que o Sr. Deputado queria o posto turístico!

Afinal é uma questão de eco!

O Orador: Responda-me à questão: é ou não é importante, é ou não é uma prioridade, é ou não um compromisso que assume?

Deputado Francisco César (PS): Mas o senhor ficava satisfeito com o seu posto de turismo!

O Orador: É esta a questão que lhe coloco e é uma questão muito direta. Espero que me responda também, olhos nos olhos, com a frontalidade que eu tive de lhe colocar a questão.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tenho inscrito o Sr. Deputado Artur Lima.

Tem a palavra.

(* **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, camarada Aníbal Pires...

(Risos da Câmara)

Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro): Esteve bem!

O Orador: Sr. Secretário da Economia, vou dizer-lhe uma coisa.

Se chamar-me comunista, quer dizer defender os interesses da iniciativa privada, se quer dizer apoiar empresários em dificuldades, se quer dizer apoiar uma ilha que definha de dia para dia, então eu sou comunista, Sr. Secretário da Economia.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Registe-se!

O Orador: Portanto, é isso que V. Exa. tem que saber.

A Graciosa poderia ganhar muito com o aumento de turistas, até de turismo interno, como o CDS defende há muito tempo e agora o PSD vem defender tardiamente, mas que nós defendemos há muito tempo. Essa é uma das valências do turismo de saúde, Sr. Secretário da Economia.

Com uns míseros mil euros...

Defina a forma de apoio: se é pagar o médico, se é dar ao empresário. O senhor defina o apoio que quiser. Agora vir dizer que isso não é importante e depois vir ali, daquela tribuna, dizer que vai promover o turismo de saúde, “não bate a bota com a perdigota”, Sr. Secretário Regional da Economia.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): O senhor acredita que por causa de mil euros um privado deixa de fazer negócio?!

O Orador: Portanto, é por causa dessa visão errática do turismo, onde se andou há bem pouco tempo a promover campos de golfe (alguns deles falidos), onde se mete lá quantos milhares de euros por ano, Sr. Secretário?

Golfe falido!

Mas tem uma coisa: é a diferenciação ilha. E há ilhas e ilhas nos Açores, Sr. Secretário da Economia, e faça-lhe esse reparo e acusação direta.

Portanto, para salvar um campo de golfe ou dois há dinheiro; para promover o turismo de saúde e o termalismo, mesmo para os açorianos, o senhor não tem mil euros por mês e despreza uma ilha que está a definhar de dia para dia.

Veja lá quantas centenas de dormidas poderia ter na Graciosa por ano, Sr. Secretário da Economia.

O turismo é golfe, Sr. Secretário?

O que falta para o turismo dos Açores é uma visão estratégica para o turismo e essa o senhor ainda não disse qual é. O senhor repetiu aqui o que é.

Vem-se aqui falar dos Estados Unidos e do Canadá, mas temos um outro mercado emissor nos Estados Unidos e no Canadá que tem dinheiro, que já não quer ficar em casa da família, que prefere um hotel, que prefere conforto, mas quando chegam cá o senhor brinda-os sabe com quê? Com uma taxa de excesso de bagagem inaceitável, Sr. Secretário...

Deputado Francisco César (*PS*): Outra vez!

Deputado Luís Silveira (*CDS/PP*): Muito bem!

O Orador: ...descriminando mais uma vez ilhas e o Sr. Secretário, enquanto não promover os nossos atributos naturais, os nossos atributos culturais, enquanto não promover o destino Açores como destino único e nomeadamente (que já defendemos também) o triângulo...

O senhor próprio diz que vir aos Açores visitar uma ilha ou duas é uma visão extraordinária. E por que não visitar três ilhas, Sr. Secretário Regional da Economia?

E por que não promover os Açores como um todo e não apenas sectorial e parcelarmente como tem sido o erro?

Os turistas já não vão com rabos de baleia nem com lagoas da maneira que estão. Já não vão dessa maneira, Sr. Secretário.

O senhor tem de ter um fator de diferenciação dos Açores que, aliás, é conhecido na gíria do turismo como o fator único para promover uma região, e isso o Governo foi incapaz de o fazer até agora.

Muito obrigado.

Voices dos Deputados da bancada do CDS/PP: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado José Ávila.

(*) **Deputado José Ávila (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se calhar vou dizer aqui alguma coisa que não vai ao encontro do que foi dito anteriormente, mas isto é o meu pensamento pessoal relativamente ao turismo na Graciosa.

Eu acho que tem sido uma aposta ganha. Tem sido uma aposta ganha muito por conta dos diversos empreendimentos que foram feitos nos últimos quase 16 anos, que são importantes e que já tenho referido aqui várias vezes, mas que é sempre bom referir, até porque eles no passado tinham sido esquecidos. Foram muitas vezes falados, mas foram também muitas vezes esquecidos.

Estou-me a referir ao novo hotel naquela ilha, que havia quem pensasse que era preciso fazer grandes estudos para perceber que nós precisávamos de um hotel e o Governo fez-se substituir à iniciativa privada que, na altura, não tinha capacidade para fazer aquela estrutura.

Tem a ver também com a remodelação das termas, que é uma instalação que pode prestar um bom serviço àquela ilha e às pessoas que nos visitam.

O Centro de Apoio aos Visitantes na Caldeira, que era uma coisa prometida pela Câmara já há mais de 20 anos, e que só foi conseguido agora pelo Governo Regional.

O próprio Centro Hípico que está instalado na Associação...

Deputado João Costa (PSD): O Governo a substituir-se à câmara!

O Orador: Sr. Deputado, inscreva-se! Faça o favor de se inscrever. Está sempre a falar. Inscreva-se!

O Centro Hípico da Associação Equestre também é uma estrutura importante. A própria reorientação do porto comercial também faz parte da estratégia ou fez parte da estratégia para melhorar a acessibilidade àquela ilha. Aliás, até tem evitado muitos cancelamentos dos ferries e também tem a ver com a própria capacitação da restauração naquela ilha.

Deputado Francisco César (PS): Muito mau turismo nos Açores!!!

O Orador: Estes empreendimentos que estou aqui a referir fazem tornar evidente a evolução do turismo naquela ilha.

Aumentámos a capacidade de alojamento de 84 camas para 175 camas só na hotelaria tradicional. Temos aqui a acrescentar também as unidades de turismo rural que foram feitas e que são de muito boa qualidade naquela ilha e os resultados não se fizeram esperar.

Só para terem uma ideia, em 1996, nós tínhamos 6.442 dormidas; hoje, aliás, em 2011, no ano que terminou, passámos para 16. 449. Vejam só esta diferença! De 6.442 para 16.449.

Portanto, isto tem a ver realmente com o grande esforço que este Governo tem feito naquela ilha.

Mas é evidente que não está tudo feito. Concordo quando dizem que não está tudo feito. Não está tudo feito!

É por isso que o Governo está a trabalhar e está a trabalhar muito bem.

Está a trabalhar por exemplo...

Vamos lançar em breve a marinha da Barra, que é uma estrutura importantíssima para o desenvolvimento do turismo naquela ilha e também vai ser lançada a obra da rampa *roll-on/roll-off*.

Só queria dizer também que a aposta deste Governo naquela ilha (e agora, Sr. Secretário Regional da Economia, isto também é para si) tem sido uma boa

aposta quando faz a promoção daquela ilha na organização de eventos importantes que promovem aquele destino em vários sítios.

Só para lhe dar uma informação, que não sei se a tem, Sr. Secretário, há uma revista espanhola, a maior da Península Ibérica em termos de mergulho, que dedica 10 páginas à Graciosa e tem a ver com o evento que foi apoiado pelo Governo Regional.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Portanto, Sr. Secretário, o senhor está no caminho certo.

Relativamente a isso, Srs. Deputados, quero dizer que assim, passo a passo,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E as termas?

O Orador: ...Sr. Deputado, vamos chegar lá.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do PSD, Jorge Macedo.

(*) Deputado Jorge Macedo (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Neste debate, e na primeira parte deste debate de interpelação sobre turismo, o que se verificou, a conclusão que se pode tirar até agora...

Deputado Francisco César (PS): Qual conclusão?

O Orador: ...é a que V. Exa e o Partido Socialista continuam, usando linguagem tauromáquica, “encostados às tábuas”.

Mas, Sr. Secretário Regional da Economia, são precisas respostas, são precisas justificações muito claras para o conjunto de insucessos desde que V. Exa. chegou à Secretaria Regional da Economia.

Deputado Berto Messias (PS): Tem que se esforçar mais! Essa cassete já não cola!

O Orador: E é legítimo porque, neste momento, os resultados da sua governação são que nós regredimos 6 anos. Neste momento, os proveitos e as dormidas estão ao nível dos anos 2004 e 2005.

Deputado Berto Messias (PS): Essa cassete está gasta!

O Orador: Regredimos 6 anos. Ainda não ouvimos uma palavra de V. Exa. acerca desse retrocesso.

Temos 6 hotéis fechados nos Açores e 2 provavelmente, um dia, para abrir.

Desde que V. Exa. chegou à Secretaria Regional da Economia os proveitos regrediram 14%, mais de 14%, e é legítimo perguntar, e V. Exa. vai ter a amabilidade de responder neste debate, porque é legítimo que os empresários se questionem, por que é que a política de promoção e comunicação ao mercado para aumentar e dar notoriedade ao destino Açores não funciona?

Deputado Francisco César (PS): Como não funciona? Os resultados estão à vista!

O Orador: Por que razão é que não consegue rentabilizar os seus investimentos?

Responderam a um desafio, mas não conseguem, neste momento, rentabilizar os seus investimentos.

Vai ter também de responder por que é que a comunicação ao mercado não é feita focando aquilo que se chama a “vivenciação de experiências”...

Deputado Francisco César (PS): Está noutra mundo!

O Orador: ...só essas é que são capazes de nos diferenciar no mercado.

Há pouco dizia-se que os Açores (e bem!) têm tido prémios internacionais e distinções internacionais. Pois essa é mais uma razão para provar que, de acordo com esses prémios a comunicação ao mercado para a “vivenciação de experiências”,...

Deputado Francisco César (PS): O senhor não percebe!

O Orador: ...não é feita com resultados que as próprias distinções o justificariam.

Por que é que, tendo nós excelentes infraestruturas para o turismo de congressos, faltam os congressos?

Por que é que, existindo camas e equipamentos de animação turística, faltam os turistas?

Por que é que Vs. Exas. não cumpriram a promessa que fizeram há dois anos: baixar as tarifas aéreas?

E há uma razão muito forte, para além de todas aquelas que são conhecidas, para que esse abaixamento das tarifas seja altamente produtivo para os Açores. É porque temos tarifas muito elevadas às expetativas – e naturalmente o destino é caro – do cliente. As expetativas do turista são muito elevadas e são, neste momento, os empresários do turismo, que fizeram os seus investimentos (já com os rácios no vermelho que atualmente têm, face a essas expetativas elevadas do turista), a fazer das tripas coração para conseguir satisfazer as expetativas elevadas e fidelizar os clientes.

Deputado Francisco César (PS): O senhor não sabe do que está a falar!

O Orador: Sr. Secretário, vou pedir-lhe que se desencoste das tábuas e venha discutir esses assuntos, porque são assuntos que preocupam os empresários, são assuntos que preocupam os trabalhadores que veem os seus postos de trabalho já extintos e outros em perigo, a economia dos Açores que precisa que V. Exa. se assuma como Secretário Regional da Economia.

Obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do Partido Socialista, Lizuarte Machado.

(*) **Deputado Lizuarte Machado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Jorge Macedo, a conclusão que até agora se pode tirar é que, apesar da crise verificada nos mercados emissores de turismo, o turismo nos Açores é um setor que se afirma cada mais como fundamental para o desenvolvimento da economia açoriana.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Apoiado!

O Orador: Não são as vozes, que por mais que bradem, de alguns velhos do Restelo que o conseguem contrariar.

Deputados Rogério Veiros e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Isto é verdade em todas as nossas ilhas.

O Pico não é exceção.

Há meia dúzia de anos, ou há pouco mais de meia dúzia de anos, tínhamos meia dúzia de estabelecimentos em atividade, hoje, temos cerca de 45, a maioria dos quais turismo rural de grande qualidade. É um excelente exemplo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): Um excelente exemplo!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Porque foi o contrário da estratégia que tinham montado!

O Orador: Não é um bom exemplo, é um excelente exemplo.

Turismo rural de grande qualidade com mais de 600 camas e, em 2011, com mais de 55 mil dormidas.

Deputado Jorge Macedo (PSD): O Sr. Secretário da Economia vai pedir a defesa da honra!

O Orador: Destas 55 mil dormidas, cerca de 30 mil eram de turistas portugueses e 24 mil de turistas estrangeiros. Destas cerca de 31 mil dormidas de turistas portugueses incluem-se, naturalmente, por via do funcionamento do transporte marítimo de passageiros inter-ilhas, alguns turistas também açorianos.

De realçar, no caso do Pico, que o mercado alemão é a fonte emissora mais importante do turismo estrangeiro...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Até agora vou aplaudir a sua intervenção!

O Orador: ...e isto tem muito a ver com uma forte comunidade alemã que vive na ilha e que faz passar a mensagem e vende a imagem da ilha nas suas terras de origem.

A estadia média é ligeiramente inferior à média regional, mas isso também se compreende por via do efeito triângulo e da movimentação dos turistas pelas 3 ilhas do triângulo que só é possível, quer o Sr. Deputado queira, quer não

queira, por via do funcionamento do transporte marítimo que, em 2011, funcionou com toda a regularidade e com toda a normalidade.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Essa parte da normalidade...

Essa parte já não aplaudo!

O Orador: Só essa regularidade e essa normalidade permitiram a circulação de todos estes turistas, neste caso em particular, por estas ilhas do triângulo.

O turismo é um forte pilar do desenvolvimento da economia açoriana. Vai continuar a ser um forte pilar do desenvolvimento da economia açoriana e as apostas que Sua Exa. o Secretário Regional da Economia está a fazer nesta matéria são as apostas corretas, são as apostas que nós apoiamos e é o caminho que temos de seguir.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo de imediato a palavra para o Sr. Deputado do Partido Socialista, José Gabriel Eduardo.

(*) **Deputado José Gabriel Eduardo (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para participar neste debate sobre turismo, pois entendo ser esta uma das áreas onde os Açores, e nomeadamente a ilha das Flores, têm uma grande capacidade de se afirmar e tem sido uma área onde, através de um árduo esforço, por vezes não tão rápido como aquele que desejaríamos e com alguns entraves, tem vindo a revelar-se uma aposta no bom sentido.

Neste caso em particular da ilha das Flores, gostaria de salientar alguns dos investimentos que se têm realizado naquela ilha e também não só naquela ilha, como nas acessibilidades àquela ilha,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Tem melhorado muito!

O Orador: ...nomeadamente o reforço das ligações aéreas, mas não só.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E marítimas!

O Orador: E marítimas, é verdade!

As condições da ilha das Flores, nomeadamente o Centro de Interpretação Ambiental, a gare marítima de passageiros, a própria ligação nas duas ilhas que

formam o Grupo Ocidental com a lancha Ariel, possibilitam a circulação do turismo naquelas ilhas.

Além de salientar a importância dessas políticas que o Governo Regional dos Açores tem realizado para as ilhas do Grupo Ocidental, nomeadamente para as Flores, gostaria de salientar o aumento substancial das dormidas na hotelaria tradicional, sabendo que naquela ilha existe um dos espaços de turismo rural mais referenciado em tudo o que seja revista mundial de turismo.

Ao contrário de muitas aves agoirentas que, na anterior legislatura – e que hoje e ainda ontem falavam muito nas Flores pela negativa –, agoiravam sobre a construção de mais uma unidade hoteleira para aquela ilha, hoje não são capazes de dizer (isto é que é ser verdadeiro, Srs. Deputados!) que afinal veio a revelar-se num grande desenvolvimento para o turismo das Flores. Veio a tornar-se uma mais-valia, até um polo de alavancagem para as unidades que já existiam, e não uma asfixia do investimento particular, como se dizia na anterior legislatura.

Para finalizar, os investimentos no setor do turismo para as Flores têm sido uma aposta ganha e o caminho, Srs. Deputados, faz-se caminhando. Esperamos que este caminho seja para seguir em frente.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Isto é que é uma abordagem séria!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra ao Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Mário Moniz.

(*) **Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Bandeiras do nosso turismo como turismo rural e turismo natureza.

Os trilhos pedestres são parte fundamental do turismo natureza. Estamos a vender estes trilhos quando grande parte deles (por exemplo, atualmente, dos 32 em São Miguel, 10 estão encerrados; dos 4 das Flores, um está encerrado; bem como os dois do Corvo) estão encerrados por falta de manutenção e segurança e

nenhum deles tem essa indicação no local. E mais não estão encerrados neste momento, por iniciativa de cidadãos e associações ou câmaras municipais.

Há uma proposta do PS para o regime jurídico destes trilhos que deu entrada nesta Casa em fevereiro de 2011, ou seja, há mais de um ano. Está em banho maria.

Deputado Berto Messias (PS): Não está não!

Já não depende de nós. A proposta já está relatada e fechada. É uma questão de agendamento!

O Orador: Mas a questão mantém-se: de quem é, neste momento, a responsabilidade dos trilhos que se encontram encerrados e/ou em más condições por todas as ilhas dos Açores, defraudando as expetativas de quem os procura?

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do Partido Socialista, Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quero aqui apenas dar um testemunho como mariense, e também como Deputado pelo Partido Socialista, daquilo que é a evolução do setor turístico na ilha de Santa Maria.

De facto, se compararmos o passado com o presente, vemos que isto é qualquer coisa como comparar a noite com o dia ou a água com o bom vinho.

De facto, os investimentos realizados na ilha de Santa Maria pelos Governos do Partido Socialista têm demonstrado bem o interesse e a importância dada pelo setor em todas as ilhas e, no caso concreto, relativamente à nossa ilha.

Quero aqui só realçar alguns daqueles que são considerados os mais importantes investimentos realizados na ilha e que potenciam o desenvolvimento turístico na ilha de Santa Maria.

Começo, desde logo, pelo cais ferry e pelos transportes ferries que permitem deslocar à ilha de Santa Maria um conjunto bastante significativo de pessoas durante o verão, nomeadamente de muitos jovens.

Quero aqui também destacar o investimento feito na excelente estrutura da marina de Vila do Porto, que é uma porta de entrada e que potencia enormemente o turismo e um turismo com qualidade na ilha de Santa Maria.

Quero referir-me a outros investimentos internos na própria ilha que vêm dar uma qualidade à procura turística, nomeadamente, a requalificação (embora não diretamente) de São Lourenço, que não só protege a orla costeira, mas também potencia o turismo numa das baías mais emblemáticas da nossa ilha.

Refiro-me ao apoio importante e à iniciativa, através da API, da Secretaria da Economia, da instalação, em Santa Maria, do Hotel de Charme e Centro de Mergulho que vem dar uma qualidade e uma visibilidade internacionais à nossa ilha que merece destaque.

Quero falar de todas as apostas, incentivos e apoios às diversas atividades das nossas associações que promovem e dinamizam atividades, nomeadamente no verão, de todos os nossos festivais, que fazem atrair a Santa Maria milhares de jovens, sendo Santa Maria, hoje, reconhecida como uma ilha da juventude, uma ilha muito procurada nesse aspeto.

A ilha de Santa Maria, derivada deste conjunto enorme de investimentos, é, hoje, uma ilha que também começa a oferecer atividades diversificadas para quem nos procura. Por exemplo, já no ano passado, o Campeonato Nacional de Fotografia Subaquática, com o apoio do Governo Regional, foi uma mais-valia na divulgação e incremento de uma atividade que em Santa Maria tem uma enorme potencialidade (aliás, o Campeonato Nacional de Fotografia Subaquática irá decorrer este ano em setembro), referia-me ao Master de Fotografia Subaquática ocorrido o ano passado.

Temos também um outro investimento que, quanto a nós, também é muito importante e poderá ser chamado como turismo profissional, com a instalação, em Santa Maria, e decisão por parte da SATA, do centro de treinos que irá fazer aportar à ilha, durante muitas horas, um conjunto enorme de pessoas que irá

potenciar o turismo, não só pela sua presença, mas também porque indiretamente (obviamente) essas pessoas consumirão os nossos produtos, utilizarão os nossos hotéis, utilizarão os nossos restaurantes e ficarão com saudade e provavelmente voltarão à ilha, aí sim, já de férias.

Realmente, hoje, a ilha de Santa Maria tem, à semelhança do que acontece em todas as outras ilhas, um conjunto de oferta turística. Basta ver aquilo que era o turismo (ou que não era turismo) antes de 96 nos Açores, na ilha de Santa Maria, e aquilo que é hoje.

É óbvio que isto é um processo recente. O turismo dos Açores foi colocado no mapa das atividades económicas pelos Governos do Partido Socialista.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Qual mapa? Qual turismo?

O Orador: É uma atividade que pode ser considerada recente, quando comparada, por exemplo, com o turismo na Madeira que é centenário, mas este é o caminho.

Nós temos vindo a desenvolver um trabalho que irá colocar, e que coloca, o turismo, nas ilhas, e também Santa Maria, no mapa das atividades económicas que potenciam o nosso desenvolvimento.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do Partido Socialista, Rogério Veiros.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Tentarei ser breve nesta intervenção.

Gostaria de falar sobre a realidade que nós todos vivemos e que afeta também, como é óbvio, todos os setores da atividade económica.

Gostaria de relevar alguns pontos da evolução turística da ilha de São Jorge e de fazer uma pequena abordagem àquilo que aqui hoje assistimos.

Deputado João Costa (PSD): A melhor maneira de fazer desaparecer o Secretário da Economia!

O Orador: E sobre essas matérias gostaria de dizer, Sr. Deputado, que os problemas do turismo dos Açores não se resolvem com o discurso que o senhor aqui acabou de fazer, nem com os caminhos que o PSD aponta para o futuro dos Açores.

O turismo nos Açores resolve-se com políticas concretas e concertadas entre o Governo Regional, os agentes de promoção e os agentes económicos, como aqui temos feito, e tem sabido dar respostas às diferentes mutações e evoluções do mercado internacional e dos mercados emissores.

Por isso, Sr. Deputado, aquele caminho que nós fizemos ao longo dos últimos anos, criando um setor verdadeiramente dinâmico, que é o setor do turismo nos Açores, fez-se com o Governo Regional, mas também com muitos agentes económicos ao longo das nossas ilhas, que hoje, é certo, vivem também momentos de dificuldade. Como em todos os setores existem momentos de dificuldade, este ano temos uma nova dificuldade no turismo nos Açores. Um dos nossos principais mercados emissores, que é o mercado do continente, vai ressentir-se certamente na emissão de turistas, porque, como o senhor sabe, a austeridade pela austeridade também vai afetar o mercado turístico e, nomeadamente, o turismo nos Açores.

Também gostaria de convidar o Sr. Deputado a visitar São Jorge e verificar a quantidade de oferta que hoje existe no alojamento, fruto de empresários que acreditam e de novos projetos que irão surgir brevemente e serão implementados na ilha. Porquê?

Porque nós temos um Governo que tem um caminho, que apontou um caminho, que apontou incentivos para que a indústria do turismo se desenvolva, porque nós temos também aquilo que chamamos melhores acessibilidades a São Jorge...

Deputado António Marinho (PSD): Numa coisa superaram-se: têm muita mais lata!

Deputado Berto Messias (PS): Inspirámo-nos em si!

O Orador: ...porque nós temos um Governo que recentemente está a concluir a obra de ampliação do aeroporto, uma obra fundamental para melhorar a segurança e operacionalidade do aeroporto de São Jorge.

Também temos melhorias ao nível das acessibilidades. Nós, hoje, temos acesso a São Jorge duas vezes ao dia no transporte marítimo de passageiros.

Sr. Deputado, isso é um salto, um salto muito grande que São Jorge está a dar e isso tem tido reflexos, reflexos ao nível dos turistas que nos vistam e das pessoas que visitam São Jorge.

Mas, hoje, o PSD anunciou uma interpelação ao Governo e, para isso, convocou o seu especialista em aviões, barcos, transportes marítimos, terrestres, aéreos e afins para vir aqui fazer uma interpelação ao Governo.

Pasme-se!

Deputado João Costa (PSD): Pelos visto não têm ninguém à altura para responder às pessoas!

O Orador: Se os açorianos estiveram a ouvir, se ouviram com a atenção que nós, Deputados, ouvimos a interpelação do Sr. Deputado Jorge Macedo – ilustre representante do PSD – ao Governo, sobre o setor do turismo, certamente ficaram desiludidos, porque, como diz o Sr. Deputado Artur Lima, o ainda maior partido da oposição...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Apoiado!

O Orador: ...apresentou aquele que é o seu especialista numa interpelação, que de interpelação nada teve.

Pensava que era hoje que o PSD nos ia presentear com o trabalho do seu gabinete de estudos, ...

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: ...com a apresentação de novas propostas para dar um novo rumo à candidatura da sua líder, a candidata a presidente do Governo, mas, Sr. Deputado, nós ficámos hoje muito desiludidos.

Uma interpelação ao Governo não houve. Houve, sim, um discurso de ataque ao Sr. Secretário da Economia e a resposta do Sr. Secretário da Economia com um discurso concreto, com um discurso sistematizado, com aquilo que são os

verdadeiros caminhos para o desenvolvimento do turismo nos Açores, Sr. Deputado.

Notou-se hoje bem a diferença entre aquele Governo suportado por esta maioria e o discurso da minoria do PSD.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado António Marinho (PSD): O senhor gosta muito de falar, não gosta?

O Orador: Sr. Deputado, a sua interpelação chegou ao cúmulo de vir aqui utilizar os tachos, o arroz de lapas e a *bimby*, e eu quero aqui agradecer ao Sr. Secretário da Economia. Quero agradecer ao Sr. Secretário da Economia, porque este Grupo Parlamentar, esta maioria reconhece o trabalho e o esforço que este Governo e que o Sr. Secretário da Economia fazem no desenvolvimento do turismo e reconhece a elevação do discurso do Sr. Secretário da Economia e a elevação do projeto e das ideias do Partido Socialista.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Sabe porquê?

E quero agradecer, como a maioria dos açorianos certamente agradecerão ao Sr. Secretário da Economia, o facto do Sr. Secretário da Economia ter vindo aqui hoje responder a uma interpelação do PSD com elevação, sem fazer como o PSD fez.

Sr. Secretário, obrigado por não ter vindo aqui “bimbalhar” o discurso do turismo, como veio o PSD.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Risos dos deputados da bancada do PSD e do Deputado Paulo Estêvão)

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do Partido Socialista, Lúcio Rodrigues.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS)**: Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pedi a palavra, pois parece-me pertinente realçar a importância dos investimentos do Governo Regional no turismo açoriano e, neste caso, no turismo na ilha do Faial.

Gostaria de destacar a melhoria das unidades hoteleiras, o crescimento acentuado das unidades de turismo rural, sendo que a maioria das freguesias da ilha do Faial já possuem uma unidade desse género e de grande qualidade. Isto só foi possível com os incentivos do Governo Regional.

Gostaria de destacar também o grande investimento que foi feito no parque natural da ilha do Faial, sendo que este parque foi galardoado com o prémio “Destino Eden”. O parque natural da ilha do Faial possui infraestruturas que valorizam claramente o turismo e o desenvolvimento turístico que queremos para a ilha do Faial.

Destacava o Jardim Botânico e a sua recente ampliação. Destacava também o Centro de Interpretação do Vulcão dos Capelinhos, sendo uma infraestrutura ímpar na área da vulcanologia e sismologia na ilha do Faial.

Também destaco a recuperação da casa dos Dabney,...

Deputado Costa Pereira (PSD): Essa não acabou ainda!

O Orador: ...a criação dos trilhos, destacando também aquilo que nós queremos para os Açores, que é turismo de qualidade, turismo de natureza, de bem-estar e de ambiente.

E, mais recentemente, a criação dos Charcos de Pedro Miguel, que se destacam por serem...

Deputado Luís Garcia (PSD): Esse é um grande ponto turístico!

É fenomenal!

O Orador: Sr. Deputado Luís Garcia, se quiser inscrever-se!

...a criação de um destino ímpar para a observação de aves e de espécies migratórias.

Mas não queria deixar passar essa...

Sr. Presidente!

Deputado Luís Garcia (PSD): É preciso emigrar, é! Melros pretos!

Presidente: Sr. Deputado, continue a sua intervenção.

O Orador: Gostaria de destacar a grande dinâmica implementada no turismo relacionado com o mar e não foi por acaso que a Horta foi integrada no clube das mais belas baías do mundo; não é por acaso que a Horta recebe todos os anos regatas internacionais,...

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso foi depois de 96!

O Orador: ...nomeadamente a de 6,5 metros que é uma das mais importantes regatas de vela ligeira e de vela de cruzeiro.

Deputado Mário Moniz (BE): Isso não tem a ver com o Governo, tem a ver com a localização da Horta!

Deputado Luís Garcia (PSD): Fale no campo de golfe, das termas do Varadouro!

Presidente: Sr. Deputado, pode continuar.

O Orador: Gostaria também de destacar as regatas internacionais que são feitas cá. As regatas internacionais de botes baleeiros feitas com a cidade irmã de New Bedford.

Deputado Luís Garcia (PSD): Não se esqueça do Peter!

O Orador: O turismo cultural com a construção da casa Manuel de Arriaga, criando roteiros culturais acompanhados de áudio e vídeo.

Em suma, podemos dizer que no Faial existem cerca de, e mais concretamente, 47 estabelecimentos em atividade; existem mais de mil camas;...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quantos hotéis vazios?

O Orador: ...em 2011, recebemos cerca de 100 mil turistas. Isso demonstra claramente, Sr. Deputado,...

Deputado Luís Garcia (PSD): O que representa isso em termos percentuais?

O Orador: O senhor inscreva-se se quiser falar!

Deputado Luís Garcia (PSD): Os apartes são regimentais!

O Orador: ...o percurso que o Governo Regional traçou para os Açores, a estratégia, o rigor, a ambição para aqueles que nos visitam, para os açorianos e para todos os faialenses.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Luís Garcia (PSD): E o campo de golfe do Faial?

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do PP, Paulo Rosa.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, falou em ligações marítimas e aéreas para a ilha das Flores.

Diga-me, Sr. Deputado, à exceção das ligações efetuadas na embarcação Ariel com a ilha da ilha do Corvo, quantas ligações marítimas de passageiros tem as Flores anualmente? Quantas tiveram em 2011, comparando com ilhas de dimensão semelhante, como por exemplo, a Graciosa e Santa Maria?

Diga-me, Sr. Deputado José Gabriel Eduardo, se souber, ...

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isso não é comparável. A Graciosa liga com a Terceira!

O Orador: ...por que é que não é possível viajar da Horta para as Flores à sexta-feira, sendo que, ironicamente, até o Hospital da Horta é o hospital de referência das pessoas da ilha das Flores?

Falou das aves agoirentas, que eu presumo e de bom grado enfio esse barrete em nome da bancada do CDS/PP, que na legislatura anterior se insurgiram contra o novo hotel da ilha das Flores.

Diga-me, Sr. Deputado, se souber, quantos meses por ano essa unidade está aberta e se ela era viável se não fosse pela mão do INATEL?

Deputado Lizuarte Machado (PS): Isto é uma interpelação ao Governo!

O Orador: Falou da asfixia das unidades particulares de hotelaria na ilha das Flores. O Sr. Deputado ou não perguntou, ou não quis perguntar aos hoteleiros se realmente há ou não asfixia. São as pessoas mais indicadas para lhe responder a isso, não vamos ser nós, mas obviamente que nós sabemos o que eles dizem e sabemos que assim é.

E depois, a questão da visão do turismo na ilha Flores, que é uma ilha que, dada a sua distância em relação ao demais arquipélago, tem que ser promovida de uma forma diferenciada.

Não é com um roteiro da faina baleeira, duplicando o roteiro existente no Pico, que se promove a diferenciação da ilha das Flores como destino turístico.

Tem que se apostar nessa diferenciação e tem que se apostar em qualidades únicas que a ilha tem, por exemplo, para a prática do *canyoning*. O facto de ser uma ilha Reserva da Biosfera, essa diferenciação e promoção das particularidades da ilha das Flores não têm sido feitas por este Governo Regional por uma questão de aposta, por falta de visão e de uma estratégia de concentrar o turismo noutras ilhas da nossa região.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Secretário Regional da Economia, Dr. Vasco Cordeiro.

(*) **Secretário Regional da Economia** (*Vasco Cordeiro*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a algumas das questões que foram aqui colocadas, gostava de dizer o seguinte.

Em primeiro lugar, Sr. Deputado do PPM, eu não chutei para canto, poderei é não ter sido suficientemente claro.

A questão prioritária para o Governo, no que tem a ver com a ilha do Corvo e o turismo é esta: levar turistas para o Corvo ou ao Corvo.

Esta é a nossa prioridade.

Não é a construção de uma infraestrutura para servir de posto de turismo.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Mas qual construção?

O Orador: Aliás, sobre essa matéria devo até dar uma novidade ao Sr. Deputado Paulo Estêvão, que são as conversações que, neste momento, decorrem com a Câmara Municipal do Corvo a fim de se reforçar a componente de informação em articulação com a Câmara Municipal do Corvo.

Portanto, a sua pergunta tem esta resposta muito clara: prioridade é levar turistas ao Corvo e nisso se inclui ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): E às outras ilhas também. Não inviabiliza o posto de turismo!

O Orador: Estou a responder à sua pergunta.

Em relação ao Sr. Deputado Artur Lima, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não faço mais nenhuma pergunta, a partir de agora são afirmações!

O Orador: ... gostava de dizer-lhe o seguinte:

Em relação ao apoio, ao investimento privado, ao apoio àquilo que é a rentabilização das Termas do Carapacho, na ilha da Graciosa, eu peço imensa desculpa, Sr. Deputado Artur Lima, mas o senhor não tem razão. Aquilo que o Governo fez em relação às Termas do Carapacho, na ilha Graciosa, fala por si. O Governo assumiu um investimento de 3 milhões de euros, aproximadamente, que está concessionado à iniciativa privada pelo valor de 1.500 euros de renda anual. Está assim exatamente para permitir aos privados que rentabilizem agora, em benefício da economia da ilha da Graciosa, este tipo de investimentos.

Portanto, quanto ao apoio, à rentabilização privada do turismo de saúde e de bem-estar na ilha Graciosa, estamos conversados.

Deputado João Costa (PSD): Não estamos não!

O Orador: Quanto à questão do golfe, Sr. Deputado.

Os Açores não são um destino de golfe.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Aleluia!

O Orador: Os Açores são um destino com golfe e isso, para quem percebe, faz toda a diferença daquilo que de estamos a falar.

Os Açores são um destino com golfe. Neste momento, não temos condições para nos afirmar como destino de golfe.

Deputado José Ávila (PS): Faz toda a diferença!

Deputado Anibal Pires (PCP): Isso é uma grande evolução. Registo!

O Orador: É tão simples quanto isso.

Gostava de hoje, aqui, dizer que temos, efetivamente, nessa perspetiva, dado passos muito significativos na rentabilização daquele que é o nosso potencial nesta matéria, fruto, em larga medida, daquele que é o trabalho que, sob a supervisão da Ilhas de Valor, tem sido desenvolvido pela equipa comercial, nomeadamente da VerdeGolf, e fruto daquilo que tem sido desenvolvido pelo Club de Golf da Ilha Terceira, em termos de rentabilização desse investimento.

Fica aqui o reconhecimento, em nome do Governo, ao trabalho que esses profissionais têm desenvolvido.

Em relação à promoção do triângulo, aproveito também para responder.

Tenho-o dito em várias circunstâncias, e repito aqui: a promoção dos Açores deve ser feita na base do produto.

Isso não é uma conversa que diga agora aqui. Isso é uma conversa que os senhores encontrarão já há muito tempo dita pelo Governo e é isso que nós temos que fazer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas não se faz!

O Orador: Do ponto de vista de localização, temos que promover o destino Açores e a partir daqui temos que promover os produtos turísticos, porquê?

Porque são essas atividades que deixam riqueza nos Açores, que criam riqueza nos Açores e que podem e criam postos de trabalho.

Desse ponto de vista, Sr. Deputado, gostava de salientar esse aspeto que me parece importante.

Depois há um conjunto de considerações que foram aqui tecidas a propósito da política de promoção turística e que não está a resultar...

Pior cego é aquele que não quer ver!

Vozes dos deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Deputado Duarte Freitas (PSD): É verdade!

O Orador: Quando nós temos um crescimento nos mercados externos na ordem dos dois dígitos (em finais do ano passado oitenta e tal por cento, no mês

de janeiro trinta e tal por cento de crescimento nos mercados externos) isso não acontece por obra e graça do Espírito Santo. Isso acontece também porque há um trabalho muito concreto, muito dirigido por parte do Governo Regional, não apenas das entidades públicas, mas também dos privados. Os operadores turísticos estão a assumir esse desenvolvimento e estão a corresponder a essa opção estratégica do Governo Regional.

Por exemplo, já este ano, iniciam-se duas ligações: uma para a Bélgica e outra para a Polónia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Para?

O Orador: Uma para a Bélgica e outra para a Polónia...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A partir de?

O Orador: ...e isso tem a ver exatamente com essa orientação estratégica que está a ser desenvolvida.

Sr. Deputado Mário Moniz, nós temos cerca de 100 trilhos pedestres na nossa região.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Mal sinalizados!

O Orador: Cerca de 30 estão encerrados. As causas do encerramento desses trilhos são um mau sinal; o facto de estarem fechados é um bom sinal. Explicolhe porquê.

Quer dizer que os serviços que têm a competência de zelar pela qualidade da nossa oferta turística nesse produto estão efetivamente a trabalhar.

Quando há trilhos com lixo, são fechados;...

Deputada Zuraída Soares (BE): Isso é verdade! Muito bem!

O Orador: ...quando há trilhos com carcaças de carros abandonados, são fechados; quando há trilhos que constam, por exemplo, como trilhos em piso térreo e que já estão asfaltados, são fechados, mas isso é o que deve ser feito.

Deputada Zuraída Soares (BE): E bem!

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O problema não é fechar. É reparar!

O Orador: Além disso, há aqui outra questão, sem querer entrar na questão estrutural que consta desta proposta de decreto legislativo regional que está

nesta Assembleia. Cada promotor de um trilho turístico, seja ele autarquia local, uma entidade ou uma associação, tem que assumir a responsabilidade de que, se se propõe a abrir um trilho, tem que o manter em condições e quando isso não acontece, esse trilho deve ser encerrado.

É por isso que lhe digo que as causas são um mau sinal. O facto de estarem encerrados e em avaliação (a maior partes deles está nessa situação, em avaliação) é um bom sinal.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do Bloco de Esquerda, Mário Moniz.

(*) **Deputado Mário Moniz (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em 2010, faltou o apoio para a realização, na ilha do Faial, da final do Campeonato Europeu de Esgrima, que iria trazer a esta ilha, durante vários dias, 400 atletas de 27 países.

No entanto, recentemente, uma das entidades beneficiárias do regime de financiamento público de iniciativas com interesse para a promoção do destino turístico dos Açores foi o grupo desportivo do Santander Totta, que recebeu 90 mil euros para apoio da sua reunião anual.

Que impacto se obteve dessa reunião na atividade turística da região?

Muito obrigado.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Boa pergunta!

Presidente: Sr. Secretário da Economia, Dr. Vasco Cordeiro.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Mário Moniz, como essa situação do Campeonato Nacional, aqui no Faial (era de esgrima?)...

Deputado Mário Moniz (BE): Europeu de esgrima!

O Orador: ... como essa situação, Sr. Deputado, há muitas.

Quisera eu ter condições para apoiar todos, mas os recursos são limitados.

Deputados Costa Pereira e Luís Garcia (PSD): Para alguns!

O Orador: Portanto, temos que gerir esses recursos e reparar: os recursos são limitados.

Deputado Mário Moniz (BE): 250 mil euros!

O Orador: Exatamente.

Sobre essa matéria, gostava de dizer-lhe o seguinte: há efetivamente iniciativas e há apoios que nós não temos condições para dar. Não temos recursos que nos permitam acolher todas as iniciativas.

Quanto à questão do Grupo Santander Totta, tivemos cerca de 400 pessoas (não lhe posso precisar os dias), julgo eu, na ilha Terceira, na realização desse evento; da mesma forma que tivemos cerca de 800 pessoas, com o apoio à Associação Sindical dos Juizes Portugueses, para a realização do congresso em São Miguel; da mesma forma que há muitas outras atividades realizadas por todas as ilhas da região que também contam com o apoio do Governo.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Passo a palavra para o Sr. Deputado Paulo Estêvão.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário da Economia, não lhe coloco mais questões, porque o Sr. Secretário não responde.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Foram respondidas!

O Orador: Portanto, não vale a pena. É um exercício inútil colocar-lhe questões. Depois não venha dizer que está à espera que lhe coloquem questões e que responda às interpelações.

Não responde, não lhe coloco.

Vou fazer uma série de afirmações.

Vou-lhe dizer o seguinte: a nível mundial o turismo aumentou 4,4%; na Europa, cresceu 6%.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): E cá?

O Orador: Quais são as zonas do mundo que, em 2011, registaram maus resultados e um decréscimo significativo?

Foi no Médio Oriente, porque está em guerra; na África do Norte, porque também registou uma série de guerras; e nos Açores, que não estão em guerra, mas parece, porque os nossos números são péssimos e vou dar-lhe alguns elementos.

O número de dormidas, em Portugal, cresceu 5,8%, em 2011, no conjunto do país, 5,8% e a receita por quarto disponível cresceu 7,6%.

Nos Açores, a nossa taxa de ocupação média por quarto, em empreendimento turístico, foi a segunda mais baixa do país, apenas 43%, em 2011. Mas, por exemplo, a Madeira cresceu 2%.

Digo-lhe também que as dormidas baixaram, nos Açores, em 2011, 0,1%, e que a receita disponível por quarto baixou 8,5%, também em 2011.

Estes números demonstram um claríssimo retrocesso deste setor nos Açores em completo contraciclo, do ponto de vista nacional,...

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): Pois está! Olhe para os números de janeiro!

O Orador: ...do ponto de vista europeu, do ponto de vista internacional. É isto que estes números demonstram.

Portanto, a explicação não é a crise económica; a explicação é a incompetência do Governo Regional em, de facto, potenciar o crescimento deste setor. Cresce em todos os sítios, menos nos Açores e menos nos sítios e nos locais que conhecem conflitos bélicos.

Portanto, Sr. Secretário Regional da Economia, o Sr. Secretário está a perder, com a sua estratégia, esta guerra.

Quero dizer-lhe também o seguinte: num momento em que a taxa de desemprego aumenta da forma explosiva que está a aumentar nos Açores, o que o senhor deveria fazer no âmbito da sua Secretaria era promover, de facto, as empresas açorianas e, sempre que existisse uma oportunidade de negócio no âmbito do turismo, como em muitos outros setores, deveria privilegiar as valências que nós temos instaladas na Região Autónoma dos Açores. O que nós

vemos é o senhor a conceder ajustes diretos a empresas que não pertencem à região, a empresas que têm as valências que nós aqui também temos e muitas vezes com condições muito melhores de execução.

O senhor não privilegia a economia regional, o senhor não privilegia o crescimento do emprego nos Açores, o senhor não privilegia os interesses dos Açores nesta, como em muitas outras áreas.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Passo a palavra para o Sr. Deputado do PSD, Jorge Macedo.

Deputado Francisco César (PS): Sr. Presidente, peço desculpa, mas gostávamos de saber os tempos sobrantes.

Presidente: O Sr. Secretário vai informar os tempos de todas as Representações e Grupos Parlamentares, já que o senhor solicita só para o Partido Socialista. Ficam todos informados.

Faça favor, Sr. Secretário.

Secretário: O tempo do Partido Socialista, acabei de informar ao Sr. Presidente do Grupo Parlamentar.

O Governo dispõe de 4 minutos; o PS, 3 minutos; o PSD, 9 minutos e 40 segundos; o CDS, 3 minutos; o Bloco de Esquerda, 10 minutos; o PCP, 1 minuto e o PPM, 2 minutos e meio.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário, pela informação dos tempos ainda disponíveis.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Jorge Macedo.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Se alguém aterrasse agora aqui neste plenário, teria, provavelmente, a perceção de que, nos Açores, o turismo é um setor pujante.

Se tudo corre bem em cada uma das ilhas, naturalmente o mérito é do Secretário Regional da Economia. O problema é que, quando todas as ilhas somadas, o panorama e os resultados do turismo açoriano não são aquilo que cada um dos senhores acabou de referir.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muita parra e pouca uva!

O Orador: Atualmente, tudo o que corre bem é responsabilidade do Secretário Regional; tudo o que corre mal é responsabilidade da crise. É o costume!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Secretário, falta capacidade deste Governo e da sua Secretaria para dar notoriedade ao destino Açores.

Só assim é que se compreende que nós estejamos completamente pendurados e esmagados pela promoção que o senhor faz através dos operadores, porque essa promoção, através dos operadores, custa e gasta uma enormidade de recursos.

Falta, inclusive, uma estratégia para essa notoriedade.

Vou dar-vos um exemplo. No passado dia 29, foi comemorado o Dia dos Açores e uma rádio nacional fez um passatempo, passatempo esse que até era interessante quando comecei a ouvir.

O passatempo seria mais ou menos assim. De hora a hora, no dia 29, apareceria o canto (dito pelo locutor da rádio) das baleias e quem telefonasse rapidamente para essa rádio tinha (era sorteada) uma passagem aérea para os Açores. Penso mesmo que era oferecida uma passagem aérea para os Açores.

Acho a ideia interessantíssima, porque nos diferencia relativamente a um produto que não existe em muitos mais sítios da Europa, nomeadamente, a observação de cetáceos.

Mas depois tudo foi estragado, porque o lema da campanha, sabem qual era? O locutor acabava o fim da explicação do passatempo a dizer “Venha espairecer aos Açores!”.

Sr. Secretário, “Venha espairecer aos Açores!”. Espairecer vai-se à Serra da Arrábida, vai-se ao Gerês, vai-se ao Guincho, vai-se ao Alentejo.

Sr. Secretário, isso é a prova provada de que a vossa estratégia para dar notoriedade aos Açores não nos diferencia.

(Apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PS)

O Orador: Espairecer não diferencia o destino Açores. Espairecer pode ser feito em qualquer das regiões, por exemplo, de Portugal continental.

Começaram tudo muito bem, estragaram tudo na ponta final. “Venha espairecer aos Açores!”

Mas, Sr. Secretário, essa estratégia é consubstanciada em 6 hotéis fechados; essa estratégia é consubstanciada numa nódoa na Avenida Marginal de Ponta Delgada, o Hotel Casino.

Até agora, de V. Exa., responsável pelo turismo, mas pelos vistos só daquilo que corre bem, nem uma palavra.

Deputado José Ávila (PS): E nas Sete Cidades?

O Orador: Nem uma palavra relativamente ao Hotel Spa das Furnas, um ex-libris e marca de imagem dos Açores na área do turismo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Diga, Sr. Secretário!

O Orador: Tudo corre bem em cada uma das ilhas, mas quando somamos tudo, só com o milagre da multiplicação do turismo é que Vs. Exas. conseguem convencer que os números que as vossas estatísticas apresentam não são os números corretos; só assim é que se compreende que, com tudo a correr bem, desde que V. Exa. chegou à Secretaria Regional da Economia, o turismo, pelos proveitos, medindo, baixou 14%.

Falta uma visão global, falta uma visão que permita dar tranquilidade e, disso, nem uma palavra de Vs. Exas. aos empresários, que têm as suas empresas em enormes dificuldades, e aos trabalhadores, que veem os seus empregos ameaçados, ou que mesmo já foram despedidos.

Deputado José Rego (PS): O senhor não ouviu a intervenção do Sr. Secretário!

O Orador: Os resultados da sua atuação são mais do mesmo. Nem uma palavra, nem uma novidade. Tudo continuou da mesma maneira e V. Exa. permaneceu todo este debate encostadinho às tábuas.

Provavelmente, sei porquê!

Muito obrigado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Dou a palavra, antes do intervalo para almoço, ao Sr. Deputado Mário Moniz.

(*) Deputado Mário Moniz (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, já que falamos de recursos e de números, tenho duas perguntas para lhe fazer.

No plano regional para 2011, aprovado em novembro de 2010, estava orçamentado para a ação “Iniciativas diversas” 7 milhões, 864 mil, 560 euros.

Como se explica que se tenha fixado, em março de 2011, em 9 milhões, o limite máximo global para as participações financeiras respeitantes aos contratos programa de investimento com interesse para o desenvolvimento do turismo dos Açores, ultrapassando assim o valor aprovado no plano regional?

E ainda: considerando que, entre 2008 e 2012, se orçamentaram à volta de 70 milhões e 500 mil euros em campanhas publicitárias para fomento do turismo, quais os indicadores e respetivos resultados do impacto dessas campanhas na promoção do destino Açores?

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos fazer o intervalo para almoço. Retomamos os trabalhos às 15 horas já com o Sr. Presidente da Assembleia, Dr. Francisco Coelho.

Um bom almoço para todos e obrigado pela colaboração de todos os Deputados neste dia e meio.

Muito obrigado.

(Eram 13 horas e 06 minutos)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, muito boa tarde.

Vamos continuar os nossos trabalhos.

(Eram 15 horas e 11 minutos)

(Após o intervalo, o Sr. Presidente e o Sr. Deputado José Ávila ocuparam os seus lugares na Mesa)

Sei que se ficou na interpelação e que ainda há inscrições. Por isso mesmo, vamos continuar por essa ordem.

Dou a palavra para tal à Sra. Deputada Zuraida Soares. Tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Economia, peço desculpa por interromper, mas a pergunta é diretamente para o Sr. Secretário. Faço questão de lha fazer também diretamente.

Penso não estar a extrapolar a sua esfera de competências (sinceramente espero não estar a fazer retórica) se lhe perguntar o que é que vai acontecer e qual é o destino a dar àquilo que nós já nem podemos considerar um elefante branco, porque é qualquer coisa que está cada vez mais preta, aquela construção na Calheta, em Ponta Delgada, que era um hotel, que era um casino, que era uma quantidade de coisas, mas que, na realidade, está numa degradação acelerada e está a ser um foco de degradação do espaço circundante, nomeadamente de casas onde habitam pessoas.

Portanto, isso também é preocupante sob vários pontos de vista e, como nunca mais ouvimos nenhuma referência, uma solução, enfim, tão célere quanto possível, era isso que gostaria de lhe perguntar e de obter informação.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Resta apenas ao Partido Socialista cerca de 3 minutos. Neste sentido, a bancada do PS pede desculpa se não conseguir responder a algumas das questões que foram postas por parte dos restantes partidos, mas permitam-me, em jeito de conclusão, salientar que ninguém, de boa-fé, pode achar que esta interpelação do Partido Social Democrata se destinou a discutir e apresentar propostas para o turismo dos Açores.

Deputado Aníbal Pires (PCP): É muito diferente!

O Orador: Seria importante nós termos o principal partido da oposição, ou o maior partido da oposição, a discutir e a apresentar propostas sobre os momentos difíceis que atravessamos no nosso país.

Todos nós, nesta Casa, percebemos quais os principais e reais objetivos do PSD.

Felicito os restantes partidos presentes neste plenário por se terem distanciado dessa pobreza franciscana do Partido Social Democrata em termos de propostas sobre o turismo.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

O Orador: Este partido reduz tudo a campanhas eleitorais e a propaganda eleitoral.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Minhas senhoras e meus senhores, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Foi um mau momento para o parlamento e foi um mau momento de campanha eleitoral do Partido Social Democrata; de um partido que não consegue lidar com o seu passado de falhanço em termos de turismo (até tinham um Secretário Regional para o Turismo); de um partido desnorteado que chegou ao ponto de acusar o Governo de, em 2009, ter reduzido as verbas para a promoção turística e que hoje considera que o dinheiro gasto nesta mesma promoção é derramar sobre um problema sem lógica nenhuma; de um partido que acha anormal que

quando o país está completamente falido, cheio de medidas de austeridade, sem saber o seu destino próximo, que os continentais não queiram viajar; de um partido que ignora propositadamente o trabalho feito pelo Governo em trazer turistas estrangeiros para os Açores com taxas de crescimento que, em certos meses, ultrapassam os 80%, este último mês, cerca de 38% e a maior parte das vezes acima dos 20%; de um partido que até há pouco tempo não conhecia nos Açores, ou nunca se lembrou de trazer para os Açores, conceitos como o *whale watching*, o mergulho com tubarões, o mergulho propriamente dito, os trilhos pedestres, o *birdwatching*, o surf, a espeleologia e os vulcões; e de um partido que a única coisa que nos consegue criticar é a utilização de uma palavra (imagine-se só!) de que não conhece provavelmente o seu significado, que é a palavra espairecer. É isso que os senhores nos souberam criticar.

E a única coisa que nos propõem para solucionar os problemas que atravessamos é a criação (imaginem onde é que já ouvimos falar disso!) de um Conselho Consultivo para discutir o turismo.

Bom, Srs. Deputados, já existe um Observatório do Turismo, já existe quem provoque o debate sobre o turismo. Os senhores o que nos sabem trazer é algo que já existe, há semelhança do que têm feito: mais conselhos consultivos.

Ou então para transportes aéreos...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

...a proposta para baixar os transportes é um programa à semelhança do programa POSEI que o Partido Socialista e o Governo já tinham promovido e já tinham proposto há muitos e muitos anos.

Deputado Luís Garcia (PSD): São os resultados!

O Orador: Portanto, o que nós temos é um debate, da parte do maior partido da oposição, completamente vazio.

O resultado desta interpelação acabou por ser aquilo que todos nós já suspeitávamos: o PSD foi buscar lã e saiu tosquiado, e quem falha nos momentos difíceis não merece confiança dos açorianos nos momentos mais decisivos.

Tenho dito.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, não tenho mais inscrições.

Para um esclarecimento?

Sr. Secretário Regional da Economia tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo: Sra. Deputada, peço desculpa de interromper. Como está a ver, calha a todos!

(Risos da Câmara)

Apenas para responder à sua pergunta.

Conforme a Sra. Deputada sabe, trata-se de um investimento privado que, não obstante disso, e tendo em conta a situação, tem sido acompanhado pelo Governo Regional, não apenas do ponto de vista daquele que é o seu impacto no turismo, pela Secretaria da Economia, mas também pela Vice-Presidência do Governo, uma vez que este assunto envolve questões bancárias e, desse ponto de vista, a intervenção da Vice-Presidência do Governo afigurou-se como adequada e necessária.

É isto que, neste momento, tenho a transmitir em resposta à sua pergunta.

Muito obrigado.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Pensei que fosse a inclusão.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Apenas para uma última intervenção e dizer o seguinte.

Parece que quem fez a interpelação ao Governo foi, sobretudo, o CDS...

Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Muito bem!

O Orador: ...mais os outros.

O que eu não ouvi interpelar o Governo, como o principal partido da oposição, mas ainda o maior partido da oposição, foi pela parte do Partido Social Democrata, que não apresentou aqui uma única proposta e faz aqui uma interpelação...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma interpelação de balde!

O Orador: ...que nos deixa a todos expetantes sobre qual será o seu programa para o Governo Regional dos Açores, que tanto almeja.

Nesse sentido, Sr. Secretário, fizemos aqui críticas, é verdade, mas também apresentámos propostas e apresentámos propostas que amanhã ou depois não sei se o PSD não dirá que é a sua grande aposta o turismo interno, como o CDS já defende há vários anos nesta Casa.

Defendemos o turismo interno, propusemos o turismo temático, propusemos o turismo religioso, o turismo de vulcanismo, enfim, várias apostas de turismo específicas da Região Autónoma dos Açores, que nós podemos promover e potenciar e é isso que o CDS fará se também os açorianos nos derem força e, com certeza, que vão reconhecer o nosso valor, cada vez mais, como uma alternativa efetivamente existente na Região Autónoma dos Açores e no panorama político regional.

Muito obrigado.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Agora sim, creio que podemos passar para o encerramento do debate.

Para tal, dou a palavra, em primeiro lugar, ao Governo, creio que ao Sr. Secretário Regional da Economia.

Tem a palavra, Sr. Secretário.

(*) **Secretário Regional da Economia (Vasco Cordeiro):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Esta interpelação ao Governo Regional sobre matéria de turismo permitiu salientar alguns aspetos que, na perspetiva do Governo, são importantes.

Em primeiro lugar, o facto de estarmos no início, podemos assim considerar, da afirmação do setor turístico como um setor devidamente consolidado e que pode contribuir para a criação de emprego e para a criação de riqueza aqui na nossa região.

Foi salientado o trajeto que fizemos ao longo dos últimos anos. Foram apresentadas, por parte de alguns partidos políticos, críticas relativamente a alguns aspetos, sugestões relativamente a outros, chamadas de atenção que, do ponto de vista do Governo, agradecemos e mesmo naquelas em que não concordamos, julgo que elas permitem, pelo menos, explicitar melhor as opções estratégicas e a estratégia global que aqui está em curso.

Com um setor turístico que tem aproximadamente 20 anos, se é que podemos considerar este período tão alargado, esta fase que vivemos não é, seguramente, nem é nesta perspetiva que o Governo se apresentou nesta interpelação, o fim desta caminhada. Não é sequer, podemos dizê-lo, o princípio do fim do contributo que o setor turístico pode trazer para a riqueza da nossa região. Será, quando muito, o fim do princípio na construção deste setor.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: Há claramente desafios, aperfeiçoamentos que temos que fazer, sejam eles na oferta hoteleira, na adequação desta oferta ao tipo de turismo que promovemos, seja na consolidação dos Açores como destino turístico, seja na afirmação dos produtos turísticos que melhor podem contribuir para o desenvolvimento deste setor, seja no tratamento de mercados turísticos que nos interessa consolidar e aumentar o seu peso no desempenho deste setor.

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

O Orador: Mas há algo que julgo, Sras. e Srs. Deputados, que me parece claro e que resulta daqui.

Em primeiro lugar, a existência de uma estratégia clara do ponto de vista da abordagem aos mercados turísticos, do ponto de vista do tipo de turismo que nós queremos e da forma e dos passos que temos que dar para alcançar, para construir este setor turístico com sustentabilidade.

Deputados José San-Bento e Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: E este aspeto parece-me essencial, porque discordando, embora num ou noutro aspeto, neste núcleo essencial de que queremos os Açores com a afirmação de um turismo de natureza, que do ponto de vista de mercados turísticos temos que reforçar o potencial que os mercados externos trazem para o nosso setor. Tudo isto, julgo, merece a concordância, pelo menos, da maioria dos partidos políticos aqui representados.

Temos desafios? Claro que temos.

Temos medidas que podem não ter resultado da maneira como nós gostaríamos? Obviamente, mas será talvez o custo da ação, o custo de implementar e desenvolver medidas que leva a que isso possa eventualmente acontecer ou ter acontecido.

Mas há algo que julgo que nesta intervenção de encerramento desta interpelação ao Governo...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Secretário.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

...pode resultar claro. É que, mesmo naquelas situações em que mercados turísticos estão com alguma turbulência (é o caso do mercado nacional), o Governo não desiste.

E não é apenas o Governo. É, no fundo, esta parceria que se estabelece entre o Governo e entidades privadas, que faz avançar o turismo dos Açores.

Com contratempos? Julgo que sim.

Com desafios ainda por vencer? Certamente.

Mas sobretudo com a consciência muito clara do rumo que devemos seguir e dos passos que temos que dar para alcançar o nosso objetivo.

Julgo que da esmagadora maioria, ou da maioria dos partidos políticos aqui representados, os contributos e os alertas que foram recebidos significam muito no aperfeiçoamento deste trabalho.

Certamente, haverá aqueles que entendem que o seu papel não é este, mas o povo avaliará, é a ele que compete avaliar.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Para encerrar o debate, tem a palavra o interpelante.

Sr. Deputado Jorge Macedo tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Foi um debate interessante sobre um setor vital para a economia dos Açores e, se nós verificarmos a série de números dos indicadores do turismo desde 2001 até 2011, medindo a capacidade instalada, medindo os hóspedes, as dormidas e os proveitos,...

Deputado Francisco César (PS): Não há propostas!

O Orador: ...a grande conclusão que se tira dessa série de 10 anos é que o Governo do Partido Socialista conseguiu incentivar e obter resposta positiva dos empresários do setor e, até ao ano de 2006, conseguiu um grande incremento na capacidade oferecida de camas.

Agora, o que acontece é que depois de instalada esta capacidade, a partir de 2007, os empresários que investiram, os empresários que criaram condições de equipamentos para animação, inclusivamente para receber os turistas, não têm turistas.

A realidade é que temos capacidade instalada e não temos turistas e o ano de 2011, pelos números conhecidos recentemente, que justificam esta interpelação, reforçam a ideia de que, neste momento, a política e a estratégia do Governo Regional no setor do turismo não augura nada de bom, sendo certo que, desde 2008 até agora, os proveitos vieram sempre a cair e a queda global é de 14,3%.

Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente.

É que se investiram milhões de euros em todas as ilhas dos Açores, os empresários fizeram um esforço tremendo para responder àquilo que se precisava, que se necessitava, que era massa crítica, capacidade de alojamento e de animação nos Açores. Na restauração, nas *rent-a-cars*, nos equipamentos de animação foram feitos investimentos vultuosíssimos e agora faltam os turistas.

Isto não é brincadeira nenhuma, ...

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: ...porque os empresários do setor têm investimentos para rentabilizar e neste debate o que é que se verificou?

Verificou-se que V. Exa., Sr. Secretário Regional da Economia, começou encostado às tábuas e acabou atrás das tábuas.

Deputados Clélio Meneses (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Os empresários do setor precisavam e precisam de respostas. Aproxima-se a época alta do turismo nos Açores. Está a passar mais um ano, o ano de 2012, e V. Exa. mais uma vez disse que vai continuar a fazer como até agora, sendo certo que, até agora, os resultados são os decréscimos consecutivos desde que V. Exa. tomou conta dos destinos da Secretaria Regional da Economia.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Muito bem!

O Orador: Insiste em manter e fazer da SATA uma agência de publicidade.

Não diz qual é o produto que o Governo privilegia na promoção que nos diferencia. Não venha dizer que é a natureza e a paisagem, porque a natureza e a paisagem são importantíssimos, mas natureza e paisagem existem milhares de destinos por esse mundo fora.

Deputado Francisco César (PS): É lamentável! Não há uma única ideia!

O Orador: Que motivação é que o Governo tem para dar ao turista que nos visita?

Temos excelentes cenários para permitir que o turista vivencie experiências, temos excelentes paisagens para que o turista possa vivenciar experiências, não é para vir espalhar-se aos Açores.

Isso não nos diferencia.

Termino, referindo que aqui neste debate não se trata de verificar quem tosquiou...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Já termino, Sr. Presidente.

...ou foi tosquiado, porque muito mais importante do que avaliar esses trocadilhos,...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, sem uma única ideia não vai lá!

O Orador: ...é perceber que os empresários dos Açores, esses sim, é que estão verdadeiramente tosquiados, porque Vs. Exas., ao longo dos últimos anos, nomeadamente ao longo dos últimos três anos e meio, insistiram numa promoção, cujos resultados são aqueles que se conhece e que só permitem concluir que foi uma promoção que apostou claramente no cavalo errado.

Não se trata de tosquiar, não se trata de ser tosquiado. Trata-se simplesmente de manifestarmos preocupação para com os empresários, preocupação para com os trabalhadores que veem o seu posto de trabalho em perigo e mesmo aqueles que já foram despedidos, sendo certo que ...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Dê atenção às clientelas. Não se meta nas clientelas dos outros!

O Orador: Sr. Presidente, agora a questão que se coloca é nós percebermos como é que motivamos os empresários dos Açores e como é que damos volta à vossa desastrosa tristeza de resultados na política do turismo dos Açores.

Deputado Francisco César (PS): Nós é que não ouvimos uma única solução!

O Orador: As vossas brincadeiras não fazem rir os empresários dos Açores, porque esses, sim, é que são a verdadeira razão da preocupação...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Mas ficámos a saber que o património cultural não é!

O Orador: ... não fazem rir os trabalhadores dos Açores, porque esses, sim, é que são a razão da nossa preocupação.

Deputado Francisco César (PS): Acha normal não dar uma única ideia no debate?

O Orador: Se querem continuar e se querem fazer um debate a ver quem é que bateu mais em quem, pois tenham bom proveito.

Muito obrigado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **continuação da discussão da Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 3/2012 – “Estabelece o regime jurídico de revelação e aproveitamento de bens naturais existentes na crosta terrestre, genericamente designados por recursos geológicos, integrados ou não no domínio público, do território terrestre e marinho da Região Autónoma dos Açores”**.

Pelas informações que tenho, o debate teria terminado. São as informações que tenho, pelo menos não tenho inscrições.

Vamos anunciar os tempos.

Sr. Secretário, faça favor.

Secretário: O Governo Regional dispõe ainda de 14 minutos; o Bloco de Esquerda de 6 minutos e 30 segundos; o PSD de 15 minutos; o PS de 21 minutos e 30 segundos; o PPM de 4 minutos; o PCP de 9 minutos e o CDS/PP de 13 minutos.

Presidente: Muito bem.

Está inscrito o Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

Não sei se há mais inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Ribeiro.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou retomar aqui hoje aquilo que foram as minhas questões na minha intervenção de ontem, com base numa nota que saiu esta manhã no GaCS, a meio da discussão de um diploma, que ainda não foi votado. A nota diz o seguinte: “Açores vão poder concessionar a prospeção, pesquisa e exploração dos recursos geológicos nos mares da região.”

Isto foi uma nota que saiu a meio da discussão, mas na mesma nota diz o seguinte: “esta iniciativa legislativa surge na sequência da criação do Parque

Marinho [tal como o Sr. Secretário disse aqui ontem] e que é necessária e urgente face às manifestações de interesses que, entretanto, foram surgindo sobre a exploração de recursos minerais nos fundos oceânicos em torno do arquipélago.”

O Parque Marinho foi criado em setembro último e o Sr. Secretário, aqui, ontem, disse que os contatos teriam sido iniciados em 2006.

Para terminar esta nota, diz o seguinte: “O Governo propõe ainda que este diploma, entrando em vigor no dia imediato ao da sua publicação, se aplique já aos pedidos de prospeção, pesquisa e exploração de recursos geológicos que se encontrem em tramitação.”

Sr. Secretário, existem ou não existem pedidos? Existem ou não existem contatos? Do que é que estamos aqui a falar, Sr. Secretário?

Deputados Pedro Gomes e Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão tem a palavra.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prescindo.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este diploma, iniciada a discussão ontem, em que foi feito aqui um requerimento de baixa à Comissão, nos parece que teria sido muito útil para podermos perceber toda a dimensão que envolve essa questão que é sensível, que é complexa e que merece, naturalmente, por parte desta Câmara e do Governo Regional, mas também do Governo da República, toda a preocupação e atenção. Mas também parece-me que, manifestando alguns cidadãos a vontade de darem a sua participação, a democracia participativa deve ser cada mais valorizada e isso não está a acontecer.

Também me parece que a urgência pedida pelo Sr. Secretário Regional do Ambiente não está suficientemente justificada, ou seja, não viria mal ao mundo que, em vez de votarmos possivelmente à pressa esse diploma hoje, o pudéssemos votar eventualmente no próximo plenário. Se calhar todos nós e os açorianos estaríamos mais esclarecidos. Sobretudo os açorianos, não ficando

alguns deles com a ideia que lhes querem impor alguma coisa, ou pior do que isso, que lhes querem esconder alguma coisa.

Percebo as preocupações do Sr. Secretário, da vontade de proteger e acautelar fundos para a Região Autónoma dos Açores, mas é essa também a nossa preocupação, é essa a preocupação aqui neste parlamento e é essa a preocupação, presumo, de alguns que se interessam por isso.

Daí que estarmos com esta pressa apressada (perdoem-me o pleonasma) de aprovar este diploma, até com algumas reservas que possam vir a ter doutra índole que não interessa aqui discutir agora, não é benéfico para os Açores e, sobretudo, quando isto também tem implicações internacionais e interesses, como todos nós bem sabemos. Não sei se os interesses regionais também estão devidamente acautelados nesse diploma.

Deputados Luís Silveira (CDS/PP) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação à questão que foi colocada pelo Sr. Deputado Paulo Ribeiro, só lhe posso dizer duas coisas.

Por um lado, não sou eu o redator da nota. Se fosse, dir-lhe-ia que o que está no diploma é aquilo que ontem foi dito. Tanto quanto percebi daquilo que agora me disse (não tinha lido a nota, estava a tentar lê-la aqui à pressa), ela não se desvia em nada daquilo que aqui aconteceu.

Quanto a compromissos (quero voltar a dizer-lhe) assumidos pela Região Autónoma dos Açores nessa matéria, não existem nenhuns. Há sim manifestações de interesse por várias empresas. Uma delas, a Nautilus, que já foi aqui citada, inclusivamente já visitou, creio que por 3 vezes, a região. Na última vez que cá estiveram, vieram acompanhados pelo Secretário de Estado dos Assuntos do Mar e pelo Diretor Geral da Energia e houve um conjunto de contatos que não chegaram a ser formalizados em termos de um pedido formal

na região. Deu, sim, entrada um pedido formal na Direção Geral da Energia e Geologia, pedido esse que, na sequência da última reunião, e em particular na sequência da aprovação por esta câmara e da entrada em vigor do Parque Marinho dos Açores, necessita de ser reformulado. Algumas das áreas que lá estavam incluídas não podem estar, porque coincidem com áreas que foram reservadas no âmbito do Parque Marinho dos Açores.

É essa a situação...

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): O processo já está a decorrer? Já existem contatos?

O Orador: O processo está a decorrer. Existem contatos. Este pelo menos, tanto quanto eu sei, é de 2006. Esses contatos tiveram diversas formas de formalidade, a última das quais envolveu, para se ver realmente o interesse e a importância que essa questão tem atrás de si, a vinda, aqui à Horta, do Sr. Secretário de Estado, de representantes dessa empresa e do Diretor Geral da Energia e Geologia.

Deputado Paulo Ribeiro (PSD): Está tudo consignado no decreto?

O Orador: Acordado com a República com certeza.

Da parte da empresa houve a apresentação, ao Sr. Secretário de Estado, a mim ao mesmo tempo e a um grupo de pessoas que têm conhecimentos na área do mar, que foram convidadas a estar nessa reunião, numa sessão que envolveu, por exemplo, investigadores do DOP e outras pessoas, do tipo de exploração que essa empresa faz. Foi mostrado um conjunto de filmes e de apresentações sobre a exploração que existe na Papua Nova Guiné. Isso foi feito, foi público. Na altura, foi notícia, foi conhecido de todos e, portanto, essa é uma matéria que é tão clara como isto.

Volto a repetir: a região até agora não assumiu nenhum compromisso, nem deu nenhuma resposta ao pedido.

Sim senhor, é muito interessante, vamos analisar. É esse o ponto em que estamos.

Quando aparece essa ressalva que, de facto, consta do diploma de aplicação a algum processo que esteja em tramitação tem a ver com isso. Apenas isso e mais nada.

Quanto a questões, no dia em que for formalizado algum pedido e que houver algum pedido de licenciamento, ele tem que ser sujeito a um processo de impacto ambiental.

Agora passo a responder ao Sr. Deputado Artur Lima.

Qualquer pedido no concreto, quando for iniciado o seu processo de licenciamento, terá que ter previamente o seu estudo de impacto ambiental, que implica a publicitação e a discussão pública, nos termos que estão regulados no decreto legislativo regional que regula os impactos ambientais. Portanto, não haverá aí qualquer perigo de haver qualquer licenciamento que seja feito fora do escrutínio público, porque ele necessariamente tem de passar pelo escrutínio público.

E quero dizer mais em relação a essa matéria e em relação àquilo que é a petição no concreto. No entanto, de ontem para hoje, tive a oportunidade de ler o texto da petição, pois a petição em nada é beliscada por aquilo que aqui se está a discutir. Porque o que lá se diz é que nenhum processo seja licenciado sem que haja uma ampla discussão pública. Nenhum processo pode ser licenciado legalmente sem que haja uma ampla discussão pública, já que o formalismo do impacto ambiental assim o exige. Portanto, não estamos aqui a esquivar-nos em nada à discussão pública. Não há aqui nenhum menosprezo ou menos respeito por quem assinou aquela petição, já que aquilo que a petição pede, com certeza, será garantido, porque a lei assim o diz e não há outra forma. Qualquer licenciamento...

Deputado Hernâni Jorge (PS): Não aprovaram a urgência o plenário passado? Até parece que não!

O Orador: ... que não siga aquele procedimento será inválido.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Isabel Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu gostaria de começar esta minha intervenção por lembrar à Câmara – porque, pelos vistos, muitos dos Srs. Deputados já se esqueceram disso – que o pedido de urgência que o Governo apresentou na altura era um pedido de declaração de urgência desta iniciativa e de exame à comissão em 10 dias, e que esse pedido foi aprovado por unanimidade...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: ... desta Câmara. Nessa altura, e nas reuniões que se realizaram posteriormente na Comissão, nenhum dos Srs. Deputados fez notar que achava que esta iniciativa requeria o amplo debate que agora demandam.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Já expliquei. Houve uma petição que entrou!

A Oradora: E é, no mínimo, estranho que o venham fazer agora! (A petição ontem só foi distribuída depois de nós já termos iniciado essa discussão. Isto é também uma questão importante, formal, mas importante). Mas, independentemente disso, Sr. Deputado, a verdade...

Deputado Clélio Meneses (PSD): A senhora é que sabe tudo. O PS sabe tudo. Eu não sei nada!

A Oradora: ... o que o senhor, então, me está a dizer é que foram pessoas externas ao seu Grupo Parlamentar que lhe vieram lembrar que o assunto era urgente,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Qual é o problema?

A Oradora: ... porque o senhor não deu por isso quando o assunto aqui esteve. Essa é que é a verdade! Nem quando o assunto foi discutido duas vezes na CAPAT!

Deputado Clélio Meneses (PSD): Eu não percebo tudo.

A Oradora: ... (pelo menos o senhor às vezes tenta passar essa ideia). E, portanto, isto relativamente à questão da urgência, não vale a pena os senhores continuarem a bater nela, porque estão comprometidos com ela, porque a votaram favoravelmente. E, na altura, o Sr. Secretário fez a apresentação do pedido...

Deputado Clélio Meneses (PSD): A senhora é que percebeu mal.

A Oradora: ... e justificou-o e, pelos vistos, os senhores acharam que estava muito bem fundamentado.

Quanto à petição,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não achamos!

A Oradora: ... Sr. Deputado, votaram a favor. A urgência foi aprovada por unanimidade.

Quanto à petição, em rigor, ela é dirigida ao Governo Regional, porque o que os peticionários pedem é que esta Assembleia faça uma recomendação ao Governo. A petição não refere, em nenhum momento, que pretende qualquer iniciativa relativamente a esta proposta de Decreto Legislativo Regional, pretende uma recomendação ao Governo. Pelo que não se entende por que é que se haveria de parar o processo deste Decreto Legislativo Regional, quando o que está em causa é uma recomendação ao Governo que se prende, até, com uma fase do processo que está para além daquilo que está neste Decreto Legislativo Regional. É uma fase que é aferida em sede do processo de licenciamento e avaliação do impacto ambiental. É aí que há discussão pública, o mais ampla possível. Se ela será participada como pretendem os peticionários, aí já dependerá dos cidadãos, já não depende de nós.

Gostaria também de voltar a lembrar que esta proposta que, aliás, não faz mais do que dar cumprimento ao que está no artigo 51º do Decreto-Lei 90/90, que regula para a República esta matéria, diz que “o disposto no presente diploma é aplicável às Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, sem prejuízo das competências dos respetivos órgãos de Governo próprio e de Diploma Regional adequado que lhe introduza as necessárias adaptações”. E é isto que este diploma faz: introduz as necessárias adaptações, transferindo para a Região as competências que lhe cabem no âmbito da gestão partilhada destes recursos, como os Srs. Deputados bem sabem.

Queria, por último, lembrar que, quer no âmbito deste diploma, quer no âmbito do conjunto vasto de legislação que a Região tem feito publicar nesta matéria, os interesses protecionistas estão salvaguardados.

Por último, chamava só a vossa atenção, em especial do Sr. Deputado Artur Lima, porque penso que estas disposições vão ao encontro das preocupações pertinentes que manifestou, que o artigo 8º da proposta fala na inclusão de cláusulas que permitam salvaguardar o interesse público subjacente ao contrato e que se fala, ainda, no número 6, do artigo 10º, que diz que “o contrato poderá incluir cláusulas, valorizando as propostas de concessionário, que o obriguem a manter, na Região Autónoma dos Açores, determinadas operações diretamente ligadas à concessão ou aos produtos extraídos”.

Portanto, nós pensamos que as preocupações que manifestou, e que são legítimas, estão aqui salvaguardadas. E as que não estão salvaguardadas neste instrumento, estão salvaguardadas pela demais legislação em vigor.

Obrigado.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Começo por saudar o regresso do Sr. Presidente...

Presidente: Muito obrigado!

O Orador: ...mas também referenciar o excelente trabalho que o Sr. Deputado Ricardo Cabral realizou ao presidir aos nossos trabalhos durante todo o dia de ontem e, também, a manhã de hoje.

Gostava de, nesta oportunidade, referenciar três situações.

Em primeiro lugar, estamos aqui a falar de um assunto de enorme importância. Eu sei que o diploma em causa não se refere à situação dos hidrocarbonetos, mas gostava de transmitir um dado. Por exemplo, em relação àquele que é o consumo da Europa, 40% do petróleo que, neste momento, se está a realizar vem, exatamente, dos fundos marinhos, da exploração dos fundos marinhos, e 60% do gás natural também dos fundos marinhos (40 e 60%). Mais, em relação às matérias-primas, também se prevê que, a dependência da Europa e dos restantes países, em relação à extração que se irá realizar de futuro nos fundos marinhos, irá aumentar muitíssimo. Portanto, isto é num enquadramento futuro

em relação a esta matéria. O enquadramento futuro é que se trata de uma questão absolutamente transcendental.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Sr. Deputado, isso está perfeitamente excluído deste diploma. Não abrange isso!

O Orador: Sra. Deputada, há alguma informação que a esteja a preocupar?

Presidente: Não entrem em diálogo, Srs. Deputados. Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado.

Portanto, a questão é esta.

Eu compreendo que a cidadania queira discutir este assunto de enorme importância e de enorme projeção para o futuro de todos. Só quem não percebe, de facto, é o Partido Socialista que tem, realmente, em relação a esta questão, tiques absolutistas, tiques um pouco totalitários. E, portanto, a abertura que os restantes grupos demonstram em relação a uma petição que é realizada por quem estudou o assunto, por quem se preocupa com o futuro comum de todos, com a exploração de um recurso que é de todos, é absolutamente legítima. E esta questão, os senhores não respeitam. Podem utilizar os truques retóricos que quiserem, mas, neste momento, existe, de facto, uma petição para que exista uma ampla discussão pública.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Foi uma recomendação ao Governo!

O Orador: Dizem-me: “Bom, mas isto depois noutra fase pode-se fazer!”

Não! Porque, neste momento, as questões que lá estão referenciadas, nomeadamente a constituição de um fundo público regional e, também, nomeadamente a inserção de questões de protecção ambiental, têm de ser feitas nesta legislação que as enquadra e não numa fase posterior. Este é, de facto, o primeiro ponto.

O que eu considero fundamental é que este diploma...

Deputada Isabel Rodrigues (PS): A petição faz uma recomendação ao Governo. O senhor assinou a petição e nem sequer sabe o que é que ela faz!

O Orador:...não assegura duas coisas que considero fundamentais. Primeiro, a protecção ambiental, nesta fase da prospeção, não está assegurada. Essa é uma

verdade evidente! Segundo, tendo em conta a nossa história, dos fundos da Índia, dos ouros do Brasil que desapareceram, dos fundos europeus que se evaporaram, é evidente que também partilho com os peticionários a preocupação de se constituir um fundo público regional, porque isto envolve – como o próprio diploma reconhece – enormes verbas. E, portanto, isto significa que nós, ao constituir-se este fundo público regional, deveríamos protegê-lo da sua imediata utilização, do ponto de vista orçamental, protegendo, também, os recursos e, também, esta projeção financeira para o futuro, protegendo, de igual modo, as outras gerações, como faz a Noruega, como faz a Dinamarca, como fazem os outros países que começam a ter rendimentos importantes nesta matéria.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Tanta demagogia!

O Orador: E é no início que nós temos de colocar estas questões! Também o Brasil está a fazer, já criou um fundo público regional que evita que estes dinheiros desta exploração venham a ser utilizados de imediato, sem proteger as próximas gerações, sem proteger um critério de poupança e assegurar o futuro da região e de todos nós. Esta é também uma questão fundamental. Também não está protegida em relação a esta matéria. Esta matéria era uma exigência ética, uma exigência política. Se se conseguisse aqui uma grande convergência em relação a esta matéria, é do maior interesse.

Presidente: Agradecia que terminasse.

O Orador: Sr. Presidente, já termino.

É muito mais exigente que o anterior Presidente, mas eu já termino. Já me perdi.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Aliás, acho que o senhor nunca se encontrou. Não se pode perder o que nunca se encontrou!

O Orador: A questão fundamental, e termino, é que eu considero que nesta política, em relação a esta documentação, em relação a esta legislação, deveríamos conseguir entre todos os partidos políticos – ainda por cima estamos muito próximos de um ato eleitoral – uma grande convergência em relação a

esta matéria. E não é à pressa, impondo um diploma sem discussão, e, realmente, impondo um diploma contra todos os outros grupos políticos, que esta questão se resolve. É um erro político e é, de facto, um comportamento que eu considero pouco aceitável por parte do Partido Socialista e também do Governo.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro, tem a palavra

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu volto aqui a recordar o que disse ontem. Em novembro, havia um esclarecimento que dizia que não havia quaisquer pedidos junto do Governo Regional. A 5 de dezembro, o Secretário de Estado da Energia fala em eventuais prospeções, nos Açores, e diz que está articulado com o Governo Regional. No dia seguinte, a Secretária Regional do Ambiente volta a emitir um esclarecimento e já existem contatos, e diz que o Governo está a analisar várias propostas. Em fevereiro, entra esta urgência. Hoje de manhã, diz-se que o Governo quer que isto se aplique aos pedidos de prospeção que já se encontrem em tramitação.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Não é hoje de manhã, é o que diz no diploma. Essa nota não é do Governo!

Deputado João Costa (PSD): Agora não tem nada a ver com o Governo.

O Orador: Hoje de manhã, sai uma nota a dizer isto, por parte da Secretaria Regional do Ambiente.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Essa nota não é da secretaria, nem nada disso!

O Orador: Minha não é, Sr. Secretário! Esta nota é da Secretaria Regional do Ambiente e do Mar, emitida pelo Gabinete de Apoio à Comunicação Social. Isto é um documento que sai...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Essa nota é daquele senhor que está ali em cima!

Deputado Luís Garcia (PSD): E aquele que está ali em cima trabalha para quem?

O Orador:... volto a insistir, Sr. Secretário! Ontem, chegámos à conclusão que na Secretaria Regional do Ambiente e do Mar o desnorte é total. Hoje, voltamos a ver isto. Mas, Sr. Secretário, como bem disse a Sra. Deputada Isabel Almeida, decorre do próprio diploma nacional a sua regulamentação e aplicação à região. O diploma nacional é de 1990, como bem sabe, e este Governo teve 16 anos para o regulamentar.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Os senhores também tiveram algum tempo. Não seja por isso.

O Orador: Por isso, não é por falta de vazio. E o que eu pergunto, Sr. Secretário, é porquê, então, tanta pressa? Eu só vejo uma justificação: estamos próximos das eleições e isto é só mais uma manobra eleitoralista.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sr. Presidente, muito obrigado. Vejo que vem descansado e cheio de força para nos pôr também aqui ...

Presidente: Temos uma longa agenda a cumprir, Sr. Deputado, como sabe.

O Orador: ... a trabalhar.

Sra. Deputada Isabel Almeida, devo-lhe dizer que são essas as nossas preocupações, como a Sra. Deputada muito bem disse, e que continuamos a ter. Agora, Sra. Deputada Isabel Almeida, devo-lhe dizer também, com toda a franqueza e com toda a humildade que é reconhecida a esta bancada, o seguinte: no início, e quando foi votada essa urgência, votamo-la, com certeza, de boa-fé e aceitando como boas as justificações do Sr. Secretário, que, aliás, foram singelas, muito simples, mas que não criticamos e aceitamos. Ponto final parágrafo. Nesse aspeto, concordo com a Sra. Deputada e votamos, com certeza, favoravelmente a urgência. Agora, compreenderá a Sra. Deputada que não podemos ser insensíveis a alguns apelos da opinião pública. E, pior do que cometer um erro, a Sra. Deputada concordará comigo também, é persistir no erro. E ouvimos a opinião pública. Devo-lhe dizer com sinceridade, que não foi apenas e/ou, sobretudo, por causa de, dessa petição, que nós colocamos algumas dúvidas. Foi de alguns contatos que recebemos, quer a nível regional, quer a nível nacional, que nos fizeram ter aqui outra abertura e ouvir as pessoas. E por

que não? Porque ouvimos! É um dever de qualquer deputado, de qualquer político ouvir os cidadãos, ouvir a sua opinião e considerar a sua opinião.

E, nesse sentido, Sra. Deputada, digo-lhe com toda a franqueza e frontalidade, pese embora tenhamos votado a urgência, percebemos que foi uma precipitação, talvez da nossa parte, mas também não quisemos que o Governo Regional dissesse que não tinha todos os meios para levar este diploma avante. O Governo Regional fez o seu papel, e bem feito, e nós fizemos o nosso e, quanto a nós, bem feito.

Muito obrigado.

Presidente: Secretário Regional do Ambiente e do Mar, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu começaria exatamente pelo fim: a questão de urgência que aparentemente é aquela que agora move os diversos intervenientes.

A questão da urgência, Sr. Deputado, ...

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Não é a urgência, é a oportunidade!

O Orador: ... não é pressa, nem é urgência! Sr. Deputado Paulo Ribeiro, eu vou começar, se calhar, por si. E vou começar por si por lhe dizer muito claramente uma coisa: o Sr. Deputado, por mais voltas...

Deputado Paulo Ribeiro (*PSD*): Nunca o ouvi desmentir o GaCS!

O Orador: ... que dê para trás e para adiante, eu não lhe vou dizer uma coisa diferente. Aquilo que eu lhe disse ontem, e já lhe disse hoje, é o que está dito...

Deputado João Costa (*PSD*): Isso é uma crítica aos jornalistas!

O Orador: ... e está escrito. E, além disso, Sr. Deputado, não vale a pena citar uma nota feita pelo GACS, ...

Deputado Paulo Ribeiro (*PSD*): É ele que dá a notícia!

O Orador: ... que, ainda por cima, não tem nada que esteja errado, apenas se limita, pura e simplesmente, a transcrever um artigo que está na proposta. É isso que está feito, portanto, não há nenhum fato novo, nem invente questões novas. É o que está na proposta. Está fielmente reproduzido, está dito! E não vale a

pena estarmos aqui com voltas e volteios, porque isso não é forma de discutir as coisas.

Vamos discutir as coisas direitas e vamos discuti-las como deve ser. Não é porque o GACS disse, porque em fevereiro disse, porque não sei quem disse. O que foi dito foi dito com toda a clareza e toda a transparência.

E é aí que eu quero voltar a afirmar! Não há contradições, só há contradições da sua parte...

Deputado Luís Garcia (PSD): Há contradições e o senhor não consegue explicar!

O Orador: ... que está aqui às voltinhas a tentar inventar uma história onde ela não existe.

E é isso, Sr. Deputado, o que se passa. Mas agora vamo-nos deixar dessas questões menores (porque, aparentemente, o Sr. Deputado é por aí que para) e vamos às coisas que interessam realmente.

As coisas que interessam realmente são: há, de facto, um potencial interessante no mar dos Açores, potencial esse que, nesta altura, é desconhecido. Estamos numa fase muito inicial do processo, daí que só agora é que começam a surgir propostas mais concretas, só agora é que começam a surgir conhecimentos mais concretos. Aliás, esses conhecimentos, em boa parte, resultam de um esforço que foi feito pela estrutura de missão de extensão da plataforma continental, que permitiu, ao longo dos últimos anos, ter um conhecimento diferente do mar dos Açores. Portanto, só nestes últimos anos é que se gerou um potencial de conhecimento que permite, de alguma maneira, tomar como certas, questões que eram meramente hipóteses. Falar que existia cobre no mar dos Açores, já nos anos 70 se falava e ninguém levou isso a sério na altura. Falou-se que havia outros recursos, mas nunca foi consubstanciado.

Finalmente, nos últimos anos começam a aparecer conhecimentos científicos válidos, devidamente fundamentados, que permitem ter uma visão diferente daquilo que é o potencial do mar. Portanto, a situação entre 1990 (quando foi publicado aquele Decreto-Lei) e agora alterou-se profundamente. Há atualmente um conhecimento do mar e dos seus fundos que não existia, nem de

longe nem de perto, essencialmente graças ao enorme esforço que, nestes últimos 5 anos, foi feito pela estrutura de missão. E, portanto, meus senhores, é essa a razão e é aí que param as coisas. E é também nesse contexto, porque só agora também começam a surgir propostas que têm alguma consistência, que essas propostas surgem. Exatamente porque só agora também é que os potenciais investidores e os potenciais interessados nessa matéria começam a ter informação que permite fazer propostas, já que o conhecimento, que não existia da parte do Governo, também não existia, obviamente, das outras partes. E é essa a evolução deste processo.

Por que é que os hidrocarbonetos são excluídos? Estão excluídos porque nós não temos a liberdade de legislar em novo sobre essa matéria. Apenas podemos fazer uma adaptação. E o Decreto 90/90 também exclui os hidrocarbonetos. Há um outro decreto específico sobre essa matéria. Por outro lado, também não há nenhum conhecimento que existam hidrocarbonetos nos Açores, nem nenhuma suspeita que isso exista. Portanto, provavelmente, isso é uma matéria que não interessa. Mas, mesmo que existissem, nós não tínhamos a liberdade de estender o âmbito daquele decreto a outra área que não aquela. Porque nós estamos aqui a falar apenas de uma adaptação numa matéria em que há uma reserva, uma reserva com potencial, que tem de ser respeitada.

Por isso, Srs. Deputados, com mais discussão pública, com menos discussão pública, nós daqui nunca poderíamos passar.

Quanto a questões que foram levantadas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão sobre a criação de um fundo, nada tem a ver com este licenciamento. A criação de um fundo é outra matéria, até porque estamos a fazer a adaptação de uma legislação nacional, sem liberdade para fazer mais nada do que isso. Portanto, Sr. Deputado, pode fazer outro diploma,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Pode incluir no articulado. No texto brasileiro está!

O Orador: ... poderiam existir outros diplomas, e, além disso, fazer fundos, quando não se sabe se do mar... Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe uma coisa, provavelmente, vão passar muitos anos, talvez uma década, ou talvez mais, sem

que se retire um cêntimo do mar dos Açores. Portanto, fazer um fundo para receber coisa nenhuma, não vale a pena. No dia em que começarem a surgir licenciamentos, no dia em que se comprovar – e espero que isso venha a acontecer – o real valor, no dia em que se saiba quanto dinheiro, ou mesmo se vai realmente produzir algum dinheiro, então, este Parlamento estará em boa altura...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Como sempre. É como os outros!

O Orador: ... para constituir os fundos como lhe bem entender. Agora, constituir um fundo para coisa nenhuma,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é constituir. É prevê-lo.

O Orador: ...isso é que não parece razoável, porque, neste momento, eu garanto-lhe, Sr. Deputado, que vão passar, com certeza, por aqui duas, três, quatro legislaturas sem que haja, de facto, uma concretização desta matéria do ponto de vista de produzir dinheiro. Isto é a minha crença. Eu não sou futurólogo, não posso adivinhar o futuro, mas é uma daquelas questões que, enfim, se Deus nos der vida e saúde, veremos, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Basta estudar o assunto!

O Orador: ... porque, eu não consigo, realmente, prever qual a velocidade que este processo terá e quando é que será possível retirar algum rendimento desta matéria.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Oh Sr. Secretário, está em todos os textos legislativos!

O Orador: Em relação à questão da proteção ambiental, esta é uma questão que não vale a pena misturar. A proteção ambiental está absolutamente garantida por legislação já existente.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Na prospeção não está!

O Orador: O Decreto Legislativo Regional que estabelece a questão do... Sr. Deputado, está lá toda e qualquer intervenção. Não vale a pena, Sr. Deputado, estar a inventar...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não está! É a prospeção!

O Orador: ... questões aqui. Não é possível retirar quaisquer minerais do fundo do mar, fazer qualquer exploração comercial sem o respetivo estudo de impacto ambiental.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é estudo do impacto ambiental. É prospeção!

O Orador: É isso que está dito. Quanto à prospeção e pesquisa, ela está...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Prospeção é uma coisa, estudo é outra!

O Orador: ... Oh Sr. Deputado, prospeção e pesquisa, ou seja, estudos científicos sobre o mar não precisam, com certeza, porque não vão ter impacto ambiental. Não vale a pena estarmos com essas questões. Além disso, quero-lhe dizer, Sr. Deputado, que, em termos de matéria de prospeção e de pesquisa, também há legislação aprovada por esta Câmara. Um diploma sobre essa matéria entrou em vigor ontem ou anteontem, se não me engano. Foi aprovado sobre essa matéria e, mais do que isso, Sr. Deputado, o decreto da biodiversidade é que acautela, por exemplo, a prospeção sísmica. O decreto que está, neste momento, a aguardar publicação do Diário da República já tem as normas que permitem dar resposta às questões que potencialmente se possam colocar em relação à forma mais intrusiva de prospeção que seria a prospeção sísmica.

Essa matéria já foi incluída no decreto que foi aprovado por esta Câmara, exatamente sabendo que ela algum dia podia ter relevância. Ou seja, estas coisas têm vindo a ser preparadas de forma coordenada. Não estamos a falar apenas deste diploma, estamos a falar de um conjunto de normas que vão desde o Parque Natural até ao impacto ambiental, à utilização de materiais para fins científicos e tecnológicos, e proteção de biodiversidade. Em todos esses diplomas estão incluídas normas que têm relevância para esta matéria. Portanto, não são as questões ambientais que estão aqui em discussão. Estão aqui em discussão meramente as questões de licenciamento, mais nada. Os objetivos deste diploma são: questões de licenciamento, quem licencia, e procedimentos de licenciamento, porque é apenas isso e só isso que, nesta matéria, está em

discussão neste momento, isso e só isso que o Decreto-Lei 90/90 nos permite fazer nesta altura.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ontem, fiz uma primeira intervenção, aliás muito breve, até porque tinha sido aprovada a urgência.

Eu julgo que a compreensão da urgência tem a ver com o facto de já ter havido uma abordagem e algum interesse manifestado pela prospeção dos recursos, dos chamados recursos geológicos, e aquilo que me quis parecer é que havia aqui, de facto, até porque o pedido de urgência foi aprovado por unanimidade, essa compreensão. Entretanto, esta discussão está a estender-se de uma forma, para mim, compreensível, a não ser que me escapem aqui alguns dados, e já tenha sido descoberta alguma matéria-prima de interesse relevante e que eu desconheça. É natural.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É normal! É normal!

O Orador: Não sei. Mas, de facto, me parece, até...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Foi dada toda a informação ao PCP!

O Orador: ...pois, é possível é que, de facto,...

Presidente: Não entrem em diálogo! Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: ... haja aqui alguma informação que me escapou. De qualquer forma, eu queria reafirmar aquilo que disse ontem. Mas, antes disso, ainda queria dizer o seguinte: não me parece que estejamos ainda a discutir o requerimento do PSD de baixa à Comissão – eu até votei favoravelmente o requerimento do PSD – mas não me parece que seja isso que está a acontecer, embora, às vezes, por algumas intervenções, enfim, pareça. Por outro lado, também considero que o objeto da petição não fica prejudicado com a aprovação deste diploma.

E, relativamente ao diploma, queria dizer o seguinte. É evidente que ele tem algumas lacunas, é insipiente, podemos considerar, até, que é insipiente em termos da proteção ambiental, das obrigações dos concessionários e, até, dos interesses da Região. Mas há aqui uma questão, e é essa que leva a que o PCP aprove este diploma, até porque sabemos que na próxima legislatura podemos mexer no diploma se considerarmos que é necessário aperfeiçoá-lo e adaptá-lo a uma nova realidade. Aliás, como a criação do próprio fundo a que o Deputado do PPM se referiu. Agora, há uma questão que para o PCP é fundamental. Aliás, num quadro em que o adquirido autonómico e as competências autonómicas estão a ser alvo de algum ataque, compete à Região, desde já, salvaguardar e assumir os direitos e as competências próprias sobre os seus recursos. E isso é que é importante! E isso é que leva o PCP a aprovar esta proposta. Nós temos de assumir isto.

Deputado Berto Messais (PS): Isso não impede o tratamento da petição em comissão!

O Orador: Temos de assumir as competências que temos e os direitos que temos sobre os recursos geológicos. E é isso que nós fazemos, devemos fazer neste momento, até porque, Sr. Deputado Paulo Ribeiro, há já alguém que se interessou por isto. E, portanto, desde já, nós temos de assumir aquilo que é nosso, que são as nossas competências e que são os nossos recursos. E é isso! Depois, vamos aperfeiçoar o diploma. Na próxima legislatura, daqui a meia-dúzia, daqui a oito meses, podemos fazê-lo, podemos fazê-lo, e daqui ...

Deputado Luís Garcia (PSD): Depois de ter a prospeção feita!

O Orador: ... Oh Srs. Deputados, santa paciência! E daqui a oito meses nada se vai passar, até porque estamos a falar em tecnologias...

Deputados Pedro Gomes, Costa Pereira e Luís Garcia (PSD): Depois da renovação feita!

O Orador: ... até porque estamos a falar em tecnologias, em matérias sobre as quais ainda há muito caminho para andar. Portanto, não me parece que daqui a oito meses, se considerarmos que é necessário abrir este diploma e aperfeiçoá-lo, que o façamos. Agora, mais importante do que isso é que a Região assuma,

desde já, aquilo que é seu por direito, e as competências que tem sobre os seus recursos. Isso é que é fundamental, principalmente num quadro em que temos na República um Governo que está a atacar aquilo que tem sido o adquirido autónómico, e que está a destruir aquilo que são as autonomias regionais. Aliás, veja-se o que aconteceu na Madeira, que tem a sua autonomia suspensa, pelo menos, até 1921.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Berto Messais (PS): 1921? 2021!

Presidente: Sra. Deputada Isabel Rodrigues, tem a palavra.

(*) **Deputada Isabel Rodrigues (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis)

Presidente: Srs. Deputados!

A Oradora: Retomava as referências...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados!

A Oradora: ... que o Deputado Aníbal Pires fez na sua intervenção e que são da máxima importância e que, talvez, nos ajudassem a centrar-nos naquilo que é importante neste debate.

Deputado Luís Garcia (PSD): Convém!

A Oradora: É que – eu também acho que convém, Sr. Deputado, e, por isso, é que vou tentar fazê-lo! – a gestão partilhada de recursos não dispensa uma atitude proactiva por parte da Região.

Não podemos ficar sentados à espera que as coisas aconteçam.

(Apartes inaudíveis)

A Oradora: A gestão partilhada, precisamente por ser partilhada, exige que a Região faça o que lhe cabe. Foi o que fizemos, por exemplo, em relação ao Parque Marinho.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Os fins são diferentes!

A Oradora: Foi usando... Oh Sr. Deputado, os fins são diferentes, o território é o mesmo e os interesses são, igualmente, interesses dos Açores.

Deputado Pedro Gomes (PSD): Por acaso não é!

A Oradora: Por acaso é. Pois, tem razão, porque no Parque Marinho até tem zonas que estão fora da jurisdição nacional. Tem toda a razão! Ou seja, no Parque Marinho ainda para mais... Portanto, eu acho que esse argumento saiu um bocadinho ao contrário do que o Sr. Deputado queria, mas tem razão, tem toda a razão.

E a importância desta iniciativa decorre também da afirmação da Região, do seu interesse em defender os recursos que estão nos mares dos Açores e em fazer tudo o que seja possível para que os benefícios daí advenientes venham para a Região. Eu não sei qual é o problema que os senhores veem nisto. Eu acho que isto é não só necessário, mas também urgente que se faça.

Relativamente às questões ambientais, eu penso que tem havido aqui alguma confusão. É que há um diploma que foi aprovado nesta Câmara que regula, prevê o regime de avaliação do impacto e do licenciamento ambiental que, nos seus anexos, tem um conjunto de atividades e projetos que ficam obrigatoriamente sujeitos a estudo de impacto ambiental.

Mas chamava a atenção, pelas preocupações reveladas pelo Sr. Deputado Paulo Estêvão, que há situações em que determinados projetos ou ações, não ficando abrangidos pelo estudo de impacto ambiental, ficam, contudo, obrigatoriamente sujeitos a um estudo de incidências ambientais. E essa matéria não tem que estar nesta iniciativa, porque essa matéria já está prevista no nosso ordenamento jurídico. Contudo, eu lembrava o artigo 5º desta iniciativa, onde se exige um conjunto de obrigações como a apresentação de planos específicos contendo medidas de proteção ambiental e de recuperação paisagística, e lembrava que, nos termos do número 2 do mesmo artigo 5º, não pode haver licenciamento sem que estejam cumpridas estas medidas do ponto de vista ambiental. Não pode haver licenciamento! Está aqui no número 2!

De qualquer modo, por entendermos que poderiam suscitar-se dúvidas, ou que o texto da norma podia não estar suficientemente claro, o Partido Socialista apresentou uma proposta de alteração – peço desculpa, Sr. Presidente. Embora seja da especialidade, creio que tem toda a pertinência aqui – para o número 1 do artigo 5º, onde se diz, claramente, que “as propostas dos interessados nas operações de prospeção, pesquisa e exploração contêm, obrigatoriamente, os seguintes elementos...” (todo este elenco do número 1 do artigo 5º).

Ora, conjugado este regime com o regime jurídico da avaliação do impacto e do licenciamento ambiental, com o regime jurídico da proteção da biodiversidade, que já foi aqui hoje invocado pelo Senhor Secretário Regional, e um conjunto de outros instrumentos, o Parque Marinho, por exemplo, determina que em determinados sítios não se vão poder fazer atividades de prospeção nem de exploração. Portanto, os senhores não podem olhar para as questões ambientais com base apenas nesta proposta, porque ela integra-se num edifício muito mais complexo. E é no contexto desse edifício que o senhor encontra as repostas que procura, mas que existem e já estão dadas.

Obrigada.

Deputado Hernâni Jorge e Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Ribeiro, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Ribeiro (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Deputada Isabel Almeida, a gestão partilhada e a defesa da autonomia exigem responsabilidade da nossa parte e exige legislar em condições, acautelando o futuro. E acautelar os interesses...

Deputado Jorge Macedo (PSD): Onde é que eu já ouvi isso?

O Orador: ... da Região não é só dizer que se tem um diploma, como aliás tem sido prática nesta área. Legislação atrás de legislação que, muitas vezes, a aplicação fica em causa.

Deputada Isabel Rodrigues (PS): Onde é que já ouvi isso!

O Orador: Mas acautelar os interesses da Região, Sr. Deputado Aníbal Pires, não é colocar um diploma à experiência e, depois, mexer mais tarde, porque o

problema é que, quando formos mexer mais tarde, a Região já está presa a um contrato de concessão e o diploma, podemos mexer nele aquilo que nós quisermos, porque o contrato já lá está. Na Papua Nova Guiné as explorações, o mapeamento – ainda não iniciaram a parte de prospeção propriamente dita, devido às condições naturais e climatéricas, pelo que eu pude apurar – iniciaram-se em 2006. Desde essa altura, a Papua está presa a este contrato. Os Açores não são a Papua nem queremos que seja a Papua.

Deputado Jorge Macedo (PSD): Muito bem! Aprendam!

O Orador: Os Açores são uma região da Europa, uma região que pertence a um país do primeiro mundo e que quer ver o seu futuro acautelado, mas com responsabilidade...

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e não com os seus recursos a soldo e vendidos à peça.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Então legislemos, Sr. Deputado!

O Orador: Legislemos, mas com responsabilidade, Sr. Deputado. Já percebemos que “depois logo se vê”! Não! Aqui não é “depois logo se vê”. Aqui vamos legislar em condições para acautelar os nossos interesses, o interesse da Região Autónoma dos Açores.

Deputado Hernâni Jorge (PS): E as suas propostas onde é que estão?

Deputado Luís Garcia (PSD): Isso é cassete!

O Orador: Este é um assunto de extrema importância para a Região, Sr. Deputado. E o que é lamentável é que, durante parte da tarde de ontem e este momento que tivemos agora, o Senhor Secretário Regional não conseguiu justificar a pressa que existe em aprovar este diploma sem vê-lo ao detalhe e com uma discussão ampla, aberta à sociedade civil, aberta à sociedade científica, e não conseguiu justificar as contradições por parte do Governo Regional dos últimos meses.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Srs. Deputados, não tenho mais inscrições. Vamos passar à votação na generalidade deste diploma. Agradecia que ocupassem os seus lugares. Vamos, então, votar na generalidade este diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com vinte e oito votos a favor, do PS, um do PCP, dezassete abstenções do PSD, cinco do CDS-PP, duas do Bloco de Esquerda e uma do PPM.

Presidente: Passamos ao debate e votação na especialidade. Como sabem, há um conjunto de propostas advindas da Comissão que são subscritas pelo Grupo Parlamentar do PS. Há também propostas do PS.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, esclarecimento à Mesa.

Eu votei contra o diploma.

Presidente: Absteve-se.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não, não. Votei contra, e, por isso, peço-lhe, então, que repita a votação.

Presidente: Muito bem! Vamos repetir a votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com trinta votos a favor, do PS, um do PCP, um contra, do PPM, dezassete abstenções do PSD, cinco do CDS-PP e duas do Bloco de Esquerda.

Presidente: Agora sim, vamos entrar no debate e votação na especialidade.

Sr. Deputado?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Uma interpelação para pedir um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado. Regressamos às dezasseis horas e trinta e cinco minutos.

Até já.

(Eram 16 horas e 24 minutos)

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos e vamos reiniciar com votações.

(Eram 16 horas e 44 minutos)

Vamos, então, passar ao debate e votação na especialidade do diploma que vimos analisando. Eu pergunto à Câmara, em primeiro lugar, se posso colocar à votação em conjunto os artigos 1º e 2º?

Não posso. Muito bem.

Então, vamos votar o artigo 1º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta, ou, aliás, o artigo apresentado foi aprovado com vinte e nove votos a favor, do PS, um do PCP, doze abstenções do PSD, três do CDS-PP e duas do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar o artigo 2º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP, um contra, do PPM, quinze abstenções do PSD e três do CDS-PP.

Presidente: Vamos votar, agora, a proposta de alteração advinda da CAPAT para o artigo 3º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com trinta votos a favor, do PS, quinze do PSD, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP, um contra, do PPM, e três abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos votar, agora, o artigo 3º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, quinze do PSD, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP, um contra, do PPM, e quatro abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 4º advinda da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com trinta votos a favor, do PS, quinze do PSD, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP, um contra, do PPM, e quatro abstenções do CDS-PP.

Presidente: Vamos votar, agora, o artigo 4º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções do PSD e quatro do CDS-PP.

Presidente: Vamos votar, agora, a proposta de alteração do PS para o artigo 5º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com trinta votos a favor, do PS, dezasseis do PSD, quatro do CDS-PP, um do PCP, um contra, do PPM, e duas abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar o artigo 5º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções do PSD, quatro do CDS-PP e duas do Bloco de Esquerda.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto os artigos 6º e 7º da proposta? Não posso.

Artigo 6º: as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções do PSD e quatro do CDS-PP.

Presidente: Vamos votar o artigo 7º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções do PSD, quatro do CDS-PP e duas do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração advinda da CAPAT para o artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com trinta votos a favor, do PS, dezasseis do PSD, quatro do CSD-PP, um do PCP, um contra, do PPM, e duas abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar, agora, o artigo 8º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções, do PSD, quatro do CSD-PP e duas abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar, agora, a proposta de alteração da CAPAT para o artigo 9º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com trinta votos a favor, do PS, dezasseis do PSD, um do PCP, um contra, do PPM, quatro abstenções do CSD-PP e duas do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar o artigo 9º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções, do PSD, quatro do CSD-PP e duas do Bloco de Esquerda.

Presidente: Pergunto, agora, à Câmara se posso votar em conjunto do 10º ao 12º inclusive. Assim faremos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com trinta votos a favor, do PS, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções, do PSD, quatro do CSD-PP e duas do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar, agora, o artigo 13º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções, do PSD, e quatro do CSD-PP.

Presidente: Vamos votar, agora, a proposta de alteração para o artigo 14º advinda da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com trinta votos a favor, do PS, dezasseis do PSD, quatro do CDS-PP, um do PCP, um contra, do PPM, e duas abstenções do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar o artigo 14º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções do PSD, quatro do CDS-PP e duas do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar o artigo 15º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções do PSD e quatro do CDS-PP.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração para o artigo 16º advinda da CAPAT.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. O Sr. Deputado que discorda faça favor de se sentar.

Secretário: A alteração apresentada foi aprovada com trinta votos a favor, do PS, dezasseis do PSD, quatro do CDS-PP, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP e um contra, do PPM.

Presidente: Vamos votar, agora, o artigo 16º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções do PSD e quatro do CDS-PP.

Presidente: Vamos votar o artigo 17º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções do PSD, quatro do CDS-PP e duas do Bloco de Esquerda.

Presidente: Vamos votar, agora, a proposta de alteração do PS para o artigo 18º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. Os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com trinta votos a favor, do PS, dezasseis do PSD, quatro do CDS-PP, um do PCP, dois contra, do Bloco de Esquerda, e um do PPM.

Presidente: Vamos votar, agora, o artigo 18º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções do PSD, quatro do CDS-PP e duas do Bloco de Esquerda.

Presidente: Os artigos 19º a 21º não são objeto de qualquer proposta de alteração.

Pergunto à Câmara se posso colocá-los à votação em conjunto? Posso? Assim farei.

19º, 20º e 21º: as Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. A Sra. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com trinta votos a favor, do PS, dois do Bloco de Esquerda, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções do PSD e quatro do CDS-PP.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o Diploma foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, um do PCP, um contra, do PPM, dezasseis abstenções do PSD, quatro do CDS-PP e duas do Bloco de Esquerda.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão sobre a Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 7/2012, “Procede à primeira alteração ao Decreto Legislativo Regional nº 3/2012-A, de 13 de janeiro (aprova o Orçamento da Região Autónoma dos Açores para 2012) ”.**

Não sei se o Governo quer especificar a urgência?

Para tal, dou a palavra ao Senhor Vice-Presidente do Governo.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O pedido de urgência assenta na simplicidade do diploma que visa, de acordo com a sugestão feita pelo Tribunal de Contas, passar a inscrever no Mapa 10 e, conseqüentemente, também, se repercutiu no Mapa 11, aquilo que são os montantes correspondentes a empreitadas de obras públicas adjudicadas este ano no seu correspondente, também, de despesa dos anos futuros, quando a empreitada é plurianual. E, apenas isso. Não altera aquilo que é o conteúdo do ano, não altera o orçamento para o ano, mas, apenas, adiciona informação complementar em relação ao Mapa 10 e ao Mapa 11. O pedido de urgência centra-se, precisamente, porque isso irá permitir cabimentar empreitadas de caráter plurianual e, assim, dar execução a essas obras de forma mais rápida.

Presidente: Não há mais inscrições. Assim sendo, vamos passar à votação deste pedido de urgência.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência e de dispensa de exame em Comissão apresentado foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, dezasseis do PSD, três do CDS-PP, um do PCP, duas abstenções do Bloco de Esquerda e uma do PPM.

Presidente: Aprovado que está o pedido de urgência, passamos, naturalmente, ao diploma substantivo. Para tal, também dou a palavra para uma breve apresentação ao Sr. Vice-Presidente do Governo.

Tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional dos Açores (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu, na abordagem da questão da urgência, penso que expliquei na essência este diploma.

O diploma não altera em nada o orçamento nem o plano para o corrente ano. Apenas adiciona, no âmbito do Mapa 10, o corresponde efeito das obras e empreitadas que, tendo um carácter plurianual, também irão continuar para além deste ano nos montantes correspondentes por projeto e, neste contexto, assim, adicionar alguma informação mais completa, mas também por via de resolver um problema de dúvida sobre a cabimentação plurianual de empreitadas que sejam adjudicadas num determinado ano, mas que tenham, em termos temporais, continuação para além do próprio ano.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, estão abertas as inscrições para o debate na generalidade deste diploma.

Assim sendo, vamos passar, então, à votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada com trinta votos a favor, do PS, dezasseis do PSD, quatro do CDS-PP, um contra, do PCP, duas abstenções do Bloco de Esquerda e uma do PPM.

Presidente: Passamos para a especialidade.

Eu pergunto à Câmara se tem alguma oposição em que coloque os dois artigos do diploma à votação em conjunto? Creio que não. Então, assim faremos.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As propostas apresentadas foram aprovadas com trinta votos a favor, do PS, dezassete do PSD, quatro do CDS-PP, um do PCP, duas abstenções do Bloco de Esquerda e uma do PPM.

Presidente: Passamos à votação... Diga, Sr. Deputado Aníbal Pires. Quer repetir a votação? Muito bem. Vamos repetir a votação na especialidade.

Vamos votar em bloco os artigos 1º e 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com trinta votos a favor, do PS, dezassete do PSD, quatro do CDS-PP, um contra, do PCP, duas abstenções do Bloco de Esquerda e uma do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar. Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o Diploma foi aprovado com trinta votos a favor, do PS, dezassete do PSD, quatro do CDS-PP, um contra, do PCP, duas abstenções do Bloco de Esquerda e uma do PPM.

Presidente: Muito bem. Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos.

Sras. e Srs. Deputados, petição nº 19/2011, “alteração das atuais condições de trânsito na rua da Miragaia, Angra do Heroísmo”, apresentada por Teresa Maria Queiroz Veiga e Mendes, na qualidade de primeira subscritora.

Eu começo por dar a palavra ao Senhor Relator da Comissão de Política Geral para a apresentar o respetivo relatório.

Tem a palavra.

Deputado António Pedro Costa (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relatório e Parecer sobre a Petição nº 19/2011 – “Alteração das atuais condições de trânsito da Rua da Miragaia”

Angra do Heroísmo, 3 fevereiro de 2012

INTRODUÇÃO

No dia 18 de outubro de 2011, um grupo de 315 cidadãos apresentou na Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores uma petição, de que é 1ª subscritora a Senhora Teresa Maria Queirós Veiga e Mendes, com a designação genérica “Alteração das atuais condições de trânsito da Rua da Miragaia”, tendo por objeto solicitar uma alteração de trânsito na Rua da Miragaia, na cidade de Angra do Heroísmo, de modo a que sejam garantidas as condições de segurança e de acessibilidade ao trânsito automóvel e de peões nesta artéria, conciliando as exigências de ordenamento da circulação automóvel e pedonal com a salvaguarda patrimonial de Angra do Heroísmo.

A mencionada petição foi enviada para a Comissão de Política Geral para apreciação, relato e emissão de parecer até ao dia 19 de dezembro de 2011, tendo aquele prazo sido prorrogado por Despacho de Sua Excelência o Senhor Presidente da Assembleia Legislativa, a solicitação desta Comissão.

II

ENQUADRAMENTO JURÍDICO

O direito de Petição exerce-se no âmbito do artigo 52º da Constituição da República Portuguesa (CRP), da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e dos artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

A apreciação na Comissão exerce-se nos termos e para os efeitos do nº 4 do artigo 73º da Lei nº 2/2009, de 12 de Janeiro que aprovou o Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores e dos artigos 189º e 190º do Regimento da Assembleia Legislativa.

Nos termos do disposto no artigo 190º do Regimento, as petições dirigidas à Assembleia Legislativa são remetidas por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa à Comissão competente em razão da matéria, à qual compete proceder à sua admissão, como decorre da interpretação conjugado do disposto nos números 2, 3 e 4 daquele artigo 190º.

III

APRECIACÃO DA PETIÇÃO

A) Da admissibilidade

Recebida a petição, remetida por Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa, a Comissão procedeu à verificação da satisfação dos requisitos estabelecidos no artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa, conjugado com o artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto, a fim de deliberar quanto à sua admissão.

Do exame da petição, verificou-se o cumprimento dos requisitos formais estabelecidos pelo artigo 6º da Lei nº 43/90, de 10 de Agosto e pelo nº 1 do artigo 189º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, pelo que petição foi admitida.

B) Diligências efetuadas

A Comissão deliberou, por unanimidade, ouvir a 1ª subscritora, Teresa Maria Queirós Veiga e Mendes.

AUDIÇÃO DOS PETICIONÁRIOS

A audição da primeira subscritora da Petição nº 19/2011 – “Alteração das atuais condições de trânsito da Rua da Miragaia”, na condição de peticionária, teve lugar no dia 3 de fevereiro, na Delegação da Assembleia Legislativa na cidade de Angra do Heroísmo, com a sua participação através de videoconferência, a partir da cidade do Porto.

O Presidente da Comissão iniciou a audição, explicando à peticionária que a apreciação desta petição obedece ao formalismo legal e regimental, acrescentando que a Assembleia Legislativa se limita, através desta Comissão de Política Geral, a apreciar as petições formuladas pelos cidadãos subscritores, nos seus exatos termos, sem que dela possa resultar, de modo direto uma iniciativa legislativa ou política.

O Presidente da Comissão informou a peticionária que, nos termos do disposto na Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, a matéria objeto da petição é da competência da Câmara Municipal em cujo território se situa a via de

comunicação, considerando que se trata duma via municipal.

A peticionária Teresa Maria Queirós Veiga e Mendes, reafirmou perante a Comissão o objeto da petição apresentada, destacando a pretensão formulada quanto à alteração do sentido de trânsito automóvel e à disciplina da circulação de peões na Rua da Miragaia, na cidade de Angra do Heroísmo, acrescentando que seria desejável a substituição do tipo de piso – hoje de basalto e calcário – por outro mais adequado a uma boa segurança na circulação automóvel.

Referiu que, tal pretensão, não é incompatível com a classificação patrimonial da cidade de Angra do Heroísmo, conferida pela UNESCO, em 1983.

A pretensão surge na sequência de um acidente de que a peticionária foi vítima, em resultado de um atropelamento provocado por uma viatura que rodava em velocidade reduzida num piso que se encontra em más condições, tendo acrescentado que o número de sinistros naquela rua é frequente, em resultado do tipo de pavimento utilizado, o qual, em muitos centros históricos da Europa, já foi abandonado em favor de outro tipo de pavimentos, natureza regular e antiderrapante.

A peticionária disse, ainda, que dirigiu petição de idêntico teor à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, na mesma data em que dirigiu a presente petição à Assembleia Legislativa e que, até à presente data, não obteve qualquer resposta daquela autarquia, muito embora tenha insistido numa resposta, por meio de pedido escrito formulado em Novembro de 2011.

O Deputado José Gaspar Lima, do Grupo Parlamentar do PS congratulou-se pela iniciativa dos subscritores da petição em análise, questionando a peticionária se tinha notificado a Câmara Municipal de Angra do Heroísmo do acidente de que foi alvo, bem como se o teor da presente Petição tinha sido endereçado àquele Município e quais as respostas que obteve.

Concordando que o trânsito naquela artéria é perigoso, alertou no entanto para a existência dum plano de obras de requalificação dos pisos dos arruamentos do centro histórico de Angra, no qual a Rua da Miragaia está incluída.

O Deputado José San-Bento, do mesmo Grupo Parlamentar, saudou a iniciativa, destacando o relato “arrepante do acidente sofrido pela peticionária” e acrescentando ter ficado sensibilizado quanto ao objeto da petição.

Para este Deputado, a solução para a questão em concreto, deve ser encontrada pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, no quadro das suas competências legais quanto ao ordenamento do trânsito e às vias municipais.

A peticionária, em resposta às questões colocadas, informou a Comissão de que as primeiras diligências que efetuou quanto ao acidente foram desenvolvidas junto da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, detalhando todo os esforços que empreendeu para solucionar o problema nos serviços camarários, sem ter recebido qualquer informação sobre o assunto. Do conhecimento que tem, sabe que existe um plano camarário de requalificação do centro histórico, mas que a rua do Miragaia não está incluída. Por último, em jeito de remate disse que entende que segurança e património não podem ser contraditórios, mas convergentes.

IV

SÍNTESE DAS POSIÇÕES DOS DEPUTADOS

Os Grupos Parlamentares do PS, PSD e do CDS/PP, bem como a Representação Parlamentar do PPM, relevam a preocupação de cidadania ativa demonstrada pelos peticionários, quanto a uma específica questão relativa à circulação automóvel e de peões numa artéria de cidade classificada como Património da Humanidade, pela UNESCO, procurando harmonizar tal desiderato com a salvaguarda e garantia do património angrense.

VI

CONCLUSÕES

A Comissão de Política Geral efetuou as audições entendidas como necessárias, dando seguimento aos procedimentos regimentais, tendo em vista a elaboração do presente relatório.

A Comissão de Política Geral concluiu, por unanimidade o seguinte:

- 1. A matéria objeto da presente petição é da competência da Câmara**

Municipal de Angra do Heroísmo, nos termos do disposto na Lei n° 169/99, de 18 de Setembro, que estabelece o regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias, assim como as respetivas competências.

- 2. Os cidadãos peticionários expressam uma legítima preocupação de cidadania quanto a uma específica questão relativa à circulação automóvel e de peões numa artéria de cidade classificada como Património da Humanidade, pela UNESCO, procurando harmonizar tal desiderato com a salvaguarda e garantia do património da cidade de Angra do Heroísmo.**
- 3. O reforço das condições de segurança na circulação do trânsito automóvel e de peões na artéria em causa é compatível com a salvaguarda do valor e dimensão patrimonial da cidade de Angra do Heroísmo, devendo a Câmara Municipal ponderar a melhor solução técnica a adotar para o efeito.**
- 4. Remeter o presente Relatório aos subscritores da petição, bem como à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.**

Em consequência, a **Petição n° 19/2011 – “Alteração das atuais condições de trânsito da Rua da Miragaia”**, foi apreciada nos termos e para os efeitos do disposto do n° 1 do artigo 191° e preenche os requisitos da alínea a) do n° 1, do artigo 192° do Regimento da Assembleia Legislativa, pelo que **está em condições de ser debatida em Plenário.**

Angra do Heroísmo, 3 de fevereiro de 2012

O Relator: António Pedro Costa

O presente relatório foi aprovado por unanimidade.

O Presidente: Pedro Gomes

Presidente: Muito obrigado, Sr. Relator.

Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate. Sabem as regras. Constam do artigo 192 do nosso Regimento. Cada Grupo e Representação Parlamentar pode falar, por uma só vez, até dez ou cinco minutos, respetivamente.

Tem a palavra o Sr. Deputado Abel Moreira.

(*) **Deputado Abel Moreira (CDS/PP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Excelentíssimo Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta petição, quero deixar apenas um ou dois considerandos sobre a matéria.

Em primeiro lugar, sublinhar o dever de cidadania da primeira peticionária que, tendo sido vítima de um pequeno acidente nessa rua, resolveu chamar a atenção e apelar à Câmara Municipal a resolução daquela via municipal.

Questiona-se qual será a melhor solução: se uma alteração do sentido do trânsito automóvel, se uma substituição do piso, solução que a Câmara Municipal e o seu Gabinete Técnico é que têm de encontrar, juntamente com a Direção da Cultura, visto ser, como todos sabem, uma cidade património mundial.

Sendo assim, apela-se à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo que encontre a melhor solução rapidamente.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também, duas considerações. Uma primeira para reconhecer, de facto, e valorizar esse instrumento legítimo de cidadania que estes açorianos utilizaram, mesmo sendo um assunto local, muito local, que teria merecido uma resposta também muito local.

É de recordar que esta petição foi entregue em simultâneo na Câmara Municipal de Angra de Heroísmo, na mesma data. E da mesma data até agora, e pela Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, que é aquele poder de proximidade que devia existir para resolver os problemas das pessoas, os peticionários

receberam uma resposta a 9 de março, ou seja, cinco meses depois de entregarem a petição na Câmara Municipal. E a resposta diz simplesmente que o assunto será remetido à próxima reunião da Comissão de Trânsito. Isto não é uma resposta, cinco meses depois!

Deputado José San-Bento (PS): É uma resposta!

Deputado José Lima (PS): Então não há uma resposta?! Vem fazer política municipal para aqui!

O Orador: Isto é uma não resposta, isto é uma fuga à responsabilidade de resolver os problemas desses angrenses e daquela rua. E, portanto, queria, hoje, também, denunciar a má governação do executivo do PS, em Angra, relativamente a este assunto.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Isto, efetivamente, não é a Assembleia Municipal.

O Orador: E, se não me falha a memória, esta é a segunda petição sobre Angra que vem a este Parlamento.

E por que será que é a segunda petição? É a segunda petição porque Angra e o executivo do PS convivem mal com a crítica, convivem mal com aquilo que os angrenses pretendem e acham que deve existir. E, por isso, ao nível superior, a Assembleia Regional está a manifestar-se. Manifestou-se nesse assunto muito local e manifestou-se, também, num anterior assunto muito local. Isto porque não há resposta local.

Muito obrigado.

Deputado José Lima (PS): Por que é que não exigiu a resposta como vereador? O senhor está lá!

Presidente: Sra. Deputada Nélia Nunes, tem a palavra.

(*) **Deputada Nélia Nunes (PS):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PS congratula-se pelo ato cívico de todos os peticionários dessa iniciativa, salientando a primeira subscritora, a Dra. Teresa Mendes.

É sempre de louvar as iniciativas deste género, que trazem até nós os problemas que os açorianos vivenciam no seu dia-a-dia.

A Comissão de Política Geral reuniu em Angra do Heroísmo, a 3 de fevereiro, sendo um dos pontos de agenda a petição agora em questão.

A peticionária, que falou na Comissão através de videoconferência, reafirmou perante a Comissão o objeto da petição apresentada, destacando a pretensão formulada quanto à modificação das condições de trânsito, quer para peões quer para veículos, que assegure as devidas condições de segurança e de acessibilidade. É importante esclarecer que a matéria de objeto desta petição é da competência da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, nos termos do disposto da Lei nº 169/99, de 18 de setembro, que estabelece o regime jurídico do funcionamento dos órgãos do município e das freguesias, assim como as respetivas competências.

Sendo assim, compete à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo encontrar uma solução no quadro das suas competências legais quanto ao ordenamento do trânsito e às vias municipais.

A Câmara Municipal reconhece a necessidade de intervenção na referida rua e, neste momento, aguarda o parecer junto da Comissão Municipal de Trânsito, ...

Deputado António Ventura (PSD): 5 meses depois!

A Oradora: ... devendo, depois, ponderar a melhor solução técnica a adotar para que a rua da Miragaia passe a ser uma via segura para todos.

Por último, convém deixar aqui claro que o reforço das condições de segurança na circulação do trânsito automóvel e de peões na artéria em causa não é incompatível com a salvaguarda do valor e dimensão patrimonial da cidade de Angra do Heroísmo.

Tenho dito.

Deputados Lizuarte Machado e José Lima e Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Vou começar por saudar a iniciativa deste conjunto alargado de peticionários e fazê-lo, também, na pessoa da sua primeira subscritora, a Dra. Teresa Mendes, e chamar a atenção para duas ou três questões que esta petição a nós, Bloco de Esquerdo, nos suscita.

Primeiro, nós consideramos esta petição endereçada à Assembleia Legislativa dos Açores um verdadeiro ato de desespero. E de desespero porquê? De desespero porque se bateu a uma porta primeira, que era a porta conveniente, legítima e a de maior proximidade, ...

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... e não se obteve a resposta com a celeridade...

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

A Oradora: ... que se pretendia. Portanto, há aqui um ato de desespero que é “vou até às últimas estâncias e uma delas é a Assembleia Legislativa dos Açores”. Ou seja, esta petição provavelmente não teria chegado aqui se, na realidade, no tempo oportuno...

Deputado José Lima (PS): Foi enviado no mesmo dia para a Câmara e para aqui!

A Oradora: ... e no órgão de proximidade, que, no caso é a Câmara Municipal, tivesse obtido resposta, não viria à Assembleia Legislativa. E quando falo em desespero também falo numa outra coisa: é que, sendo certo que a primeira peticionária sofreu um acidente e que, portanto, sentiu, digamos, na sua pele, a perigosidade ou a falta de segurança daquela rua, o certo é que esta petição é assinada por trezentos e tal peticionários que não foram atropelados, mas que reconhecem naquela rua condições de insegurança...

Deputado José Lima (PS): Eu já tive lá um acidente!

A Oradora: ... que devem ser colmatadas e que devem ter solução. Dito de outra maneira, esta petição tem toda a razão de ser, o ato de desespero é compreensível, as conclusões apresentadas em sede de Comissão de Política Geral são inteiramente subscritas pelo Bloco de Esquerda, na expectativa de que, neste segundo bater à porta da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo, agora por via da Assembleia Legislativa, – já não só os peticionários, mas a

Assembleia Legislativa no seu todo – o correspondente executivo e a respetiva Presidente façam favor de ouvir o “noc, noc” destes peticionários na porta.

Muito obrigada.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à petição que estamos a apreciar, de saudar os peticionários e associar-nos à preocupação e à necessidade de requalificação daquela via da cidade de Angra do Heroísmo, uma vez que ela tem estado na origem de alguns acidentes e é conhecida, por quem a utiliza diariamente, mas por quem a utiliza também pontualmente, facilmente a perigosidade daquela via.

Esperemos que a Câmara Municipal de Angra finalmente atenda a esta necessidade absoluta de requalificar a rua da Miragaia, de modo a que se solucione o problema que está associado, certamente, à perigosidade de quem circula naquela via.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu acho que as petições são um ato de cidadania importante. Mas também devo dizer isto – porque se não o disser não fico de consciência tranquila – nós, no âmbito da Assembleia, devemos ter o cuidado de separar as águas e de fazer esta pedagogia, quais são aquelas que são as nossas competências e as que são as competências das autarquias e são competências dos outros órgãos de soberania e as diversas competências dos diversos órgãos, porque, senão...

É evidente que um exercício de cidadania tem de ser um exercício de cidadania informado sobre as competências dos diversos órgãos. Penso que não estamos a servir bem a democracia e o funcionamento regular das instituições, intrometendo-nos nas competências uns dos outros.

Dito isto, considero fundamental – também reconheço que a informação prestada no âmbito da Comissão foi a de que a Câmara Municipal não

respondeu com celeridade necessária... Bom, mas isto tem de ser resolvido no âmbito daquelas que são as competências desse órgão e também é evidente, para quem conhece a rua – e eu conheço – aquela não tem, realmente, as condições de segurança adequadas.

Presidente: Proposta de Decreto Legislativo Regional nº 36/2011, “regula o exercício de atividade de edição, reprodução, distribuição ou troca de videogramas”.

Não sei quem é que apresentou o decreto por parte do Governo.

Sr. Secretário Regional, presumo que é Vossa Excelência que vai apresentar a proposta de Decreto Legislativo Regional nº 36/2011.

Tem a palavra, Senhor Secretário.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Presume muito bem, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Com o devido pedido de desculpas inicial por não estar na sala quando o Sr. Presidente me chamou, o Governo traz a esta Casa o diploma que completa, por assim dizer, o processo de regionalização dos procedimentos relativos à classificação, registo e legalização de videogramas de produção regional que, como se recordam, se iniciou com a aprovação, em novembro último, nesta Casa, do Decreto Legislativo Regional nº 31/2011.

Trata-se, agora, neste mesmo contexto, de assegurar que a classificação, e particularmente o registo de videogramas produzidos nos Açores, seja integralmente feita na Região e não com a envolvência de entidades nacionais e em concorrência com todos os videogramas produzidos no país, como acontecia até este momento, com os ganhos inerentes que isso provoca em termos de celeridade do procedimento – e este é o aspeto mais importante – mas também no que diz respeito à possibilidade de venda e ao aumento das hipóteses e do mercado potencial, uma vez que, como sabem, estamos essencialmente a falar da cobertura vídeo de festas de cariz popular, que tem uma ligação muito direta com a vinda à Região de emigrantes e de turistas que se interessam por este tipo

de produto. E, portanto, quanto mais afastada for a colocação no mercado da vinda desse potencial público-alvo, mais difícil se torna a venda.

Trata-se, por isso, sobretudo, de corresponder a uma necessidade sentida pelos produtores e pelos editores regionais de videogramas em relação ao sistema vigente até agora que, centralizado a nível nacional, constituía, de certo modo, uma barreira administrativa à atividade destes agentes económicos. Transferindo-se este tipo de competência para a Região, o que acontecerá será uma redução desse desfasamento temporal em benefício de quem está no mercado e de quem procura, com esta atividade, gerar algum tipo de riqueza.

Por outro lado, há também – e eu gostava de chamar a atenção para esse aspeto – um procedimento regular e por defeito que é o da classificação administrativa que também permite, de alguma forma, acelerar o processo, uma vez que, se não for vontade do próprio produtor, a classificação atribuída será para maiores de 6 anos e, portanto, todo o procedimento é mais rápido, havendo também, ligado a esse aspeto, uma redução de 20% em relação à taxa aplicada.

O diploma prevê, ainda, uma isenção de taxa na hipótese do produto ser considerado de qualidade, sendo, neste caso, classificado pela Comissão Regional de Classificação de Espetáculos, tal como, aliás, já foi aqui debatido nesta Casa aquando da discussão e apreciação do decreto que já mencionei, o 31/2011.

Nesta matéria em específico, convém também explicitar que as taxas constituirão receita do Fundo Regional das Atividades Culturais e que a DRAC – Direção Regional da Cultura – estima que estas taxas sejam sensivelmente idênticas às praticadas a nível nacional e que, recorde-se, são para a classificação, €10,40, para cada selo de registo, €0,18.

São estes os aspetos principais a salientar em relação ao diploma que agora se coloca à apreciação desta Casa, chamando a atenção também para o facto de não constituírem, propriamente, uma novidade, nem uma alteração das regras em vigor, no que diz respeito ao dia-a-dia da atividade destes agentes económicos. A essência da alteração vai no sentido de agora ser possível tratar de todo esse processo na Região, sem ser em concorrência com toda a produção

nacional e, portanto, de uma forma mais adequada às necessidades de colocação do produto no mercado.

Obrigado.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está aberto o debate.

Tenho inscrito, para já, o Sr. Deputado João Costa. Tem a palavra.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Gostei da expressão que o Sr. Secretário Regional da Presidência utilizou ao dizer que este diploma já foi, de certa forma, aqui debatido quando aqui, há 6 meses, debatemos a criação da Comissão Regional de Classificação de Espetáculos. E é verdade! Foi um debate que, pelo menos, deveria ter servido ao Governo para ter apreendido aquilo que eram os defeitos que permanecem e que agora são reforçados relativamente aos videogramas.

Aquilo que o Governo não conseguiu relativamente à classificação de espetáculos, nomeadamente quanto às festas de cariz popular ou espontâneo, vem agora, através deste diploma para os videogramas, fazer exatamente o mesmo ou pior ainda. Ou seja, a classificação de espetáculos mereceu uma proposta de alteração apresentada, na altura, e que isentou de classificação os espetáculos de cariz popular e espontâneo. O mesmo não acontece nos videogramas desses espetáculos. Ou seja, um promotor de uma festa popular, ou de festa concelhia, que queira, ao mesmo tempo, produzir um vídeo para, por exemplo, distribuir pela sua comunidade espalhada, ou ausente, ou por outro qualquer motivo, vai ter que pagar uma taxa, se bem que reduzida a 20%. Mas o pior de tudo é que os senhores mantêm esta forma censória e absolutamente inaceitável da classificação qualitativa que volta, novamente, a ser imposta na classificação desse videograma através da Comissão de Classificação de Espetáculos que, é bom lembrar, é uma comissão política, nomeada pelo Governo, controlada pelo Governo e orientada pelo Governo. E se a pessoa não estiver satisfeita com a classificação, recorre, imagine-se, para o Sr. Diretor Regional, o membro do governo responsável. Ou seja, a classificação de qualidade volta a ser, para este Governo, uma imposição para poder isentar de

taxas aquelas manifestações populares que queiram ser gravadas em vídeo por qualquer motivo.

E a este respeito, nesta minha primeira intervenção, permito-me, com a licença do Sr. Presidente da Assembleia, citar um artigo de opinião, publicado em outubro último, num jornal da ilha Terceira, no jornal *Diário Insular*, e eu vou passar a citar: “Por muito que escarafunche a memória, nenhuma razão outra encontro que não seja a ideia peregrina, recentemente parida, aprovada e emanada pela nossa Assembleia Legislativa Regional de criar uma Comissão de Classificação de Espetáculos que, de acordo com o texto oficial, tem por missão classificar numa perspetiva etária, e também do ponto de vista de qualidade, os espetáculos apresentados na Região que não tenham sido classificados a nível nacional, nomeadamente cinema, videogramas e peças de teatro”. Continuo a citar: “Fiquei banzado! Que haja classificações etárias, ainda entendo, embora, já uma pura falácia, é aos encarregados de educação e não ao estado que devem caber tais competências, mas classificações qualitativas, ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Eu esclareci o Sr. Deputado disso tudo!

O Orador: ... o que é isso meus senhores? Então os órgãos de Governo próprio da região viraram agora sensores da qualidade artística?! Com o direito...” continuo a citar: “... que me dá a minha história pessoal, em matéria de censura, resta-me dizer uma coisa: ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Se soubesse que o senhor citava rasgava o artigo!

O Orador: ... sou contra!” Este artigo de opinião foi escrito e publicado por um anterior, até há bem pouco tempo, deputado na Assembleia da República, eleito pelo Partido Socialista, o Dr. Fagundes Duarte.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E ex-Diretor Regional da Cultura!

O Orador: E escreveu-o, escreveu-o precisamente...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Se soubesse que era o senhor que o ia citar rasgava-o!

O Orador: ... por causa da classificação qualitativa dos espetáculos por parte de uma comissão exclusivamente nomeada pelo Governo Regional e à qual cabe recurso para o Diretor Regional da Cultura.

Se, de alguma forma, na CRECE, na Comissão Regional de Classificação de Espetáculos, foi retirado o cariz popular e os espetáculos populares de classificação e que obrigam, assim, a que não haja a necessidade de pedir uma classificação qualitativa desses espetáculos, quanto à gravação em vídeo, à distribuição, reprodução ou qualquer outra forma de distribuição de um vídeo que diga respeito a essas mesmas festas de cariz popular ou espontâneo, o Governo, aí, já impõe a sua taxa com um desconto de 20% e já impõe a necessidade de uma classificação política para obter o rótulo de qualidade. Isso, Sr. Presidente do Governo, não é aceitável! Logo Vossa Excelência, que tanto grita pela liberdade.

Disse.

Deputado Luís Garcia (PSD): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Piedade Lalanda, tem a palavra.

(*) Deputada Piedade Lalanda (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Como o Sr. Secretário referiu no início, este DLR aqui em discussão, que visa regular o exercício da atividade de produção, distribuição e troca de videogramas, complementa o que está disposto no DLR que cria a Comissão Regional de Classificação e que foi publicado no Diário da República de 21 de novembro, sob o número 31/2011-A.

O que agora se regula é a classificação de registos videográficos, e esta classificação visa, em primeira instância, a defesa do consumidor, com particular relevância para a população mais jovem, para os menores. É essa também a razão de ser da classificação que é feita a nível nacional, e daí que a principal informação que consta da etiqueta ou do selo que é colocado nesses videogramas é a classificação etária nas categorias 4, 6, 12 a 18 e, tal como a nível nacional, também consta o título, o número de registo e o número de cópias.

O que é que também pretende a classificação de videogramas? Pretende disciplinar o mercado de videogramas e, portanto, dissuadir comportamentos ilícitos. Fico um bocado espantada que o Sr. Deputado João Costa ache normal que alguém comercialize videogramas na sequência de um espetáculo de cariz popular sem qualquer tipo de licenciamento. Esse é um tipo de comportamento que é proibido a nível nacional e que, a nível regional, por esta via, também fica sancionado, porque obriga a um licenciamento.

Ninguém está impedido de gravar um espetáculo para consumo doméstico, o que está aqui em causa é uma utilização pública e de divulgação ou comercialização de videogramas.

A classificação dos filmes ou dos videogramas é apenas um indicador que é construído com base em critérios, mas é evidente que não anula o livre arbítrio do consumidor.

Quanto a esta polémica levantada pelo Sr. Deputado em relação à qualidade, é bom que se refira alguns aspetos aos quais o senhor não fez referência.

Deputado Pedro Gomes (PSD): A qual deputado está a referir-se?

Deputado Luís Garcia (PSD): A qual deputado está a referir-se? Ao Fagundes Duarte?

A Oradora: Ao Sr. Deputado João Costa, que fez a intervenção. Acho que não é difícil de pensar!

O Sr. Deputado João Costa questionou, pôs em dúvida uma classificação de qualidade, e é bom que se diga que a classificação de qualidade é uma classificação suplementar da classificação básica que é a classificação etária. Essa é que é imprescindível para a comercialização e a divulgação de um espetáculo ou de um registo videográfico. A classificação de qualidade é uma classificação suscitada pelos produtores, os donos dos direitos de publicidade ou de publicação dos videogramas, e, portanto, é algo que, com certeza, lhes beneficiará ou poderá beneficiar do ponto de vista comercial. Mas como é que acontece essa classificação de qualidade que o senhor, aparentemente, quer dizer que não é isenta na proposta regional, mas que é muito isenta na proposta

nacional? A nível da Comissão Nacional, que é composta por 23 elementos, existe uma secção que faz a classificação de qualidade.

Deputado João Costa (PSD): A composição da Comissão diz tudo!

A Oradora: E é bom que se diga que todos os elementos da Comissão Nacional são nomeados por membros do Governo. Não há elementos não nomeados por membros de Governo na Comissão Nacional. Ou seja, a secção que classifica de qualidade o videograma também é, a nível nacional, nomeada por membros do Governo. E são-no alguns elementos da comissão de que fazem parte. Por outro lado, ...

Deputado João Costa (PSD): Agora disse bem: alguns!

A Oradora: ... alguns elementos, todos eles nomeados, porque aqueles que o senhor, eventualmente, consideraria pessoas mais isentas, que são as pessoas do setor da produção, não têm assento nessas comissões, nessas secções que avaliam e certificam, só têm assento nas sessões plenárias. Portanto, os elementos das secções da Comissão Nacional são, todos eles, nomeados por membros do Governo. Portanto, esse é o ponto número um.

Depois, há aqui outro aspeto que também é preciso chamar a atenção. O senhor refere que a Comissão de Classificação Regional é uma comissão política, usando as suas palavras. Então, a Comissão Nacional também é uma comissão política.

Deputado João Costa (PSD): Pelos visto não sou o único. A Sra. Piedade também concorda!

A Oradora: O facto de serem nomeados pelo Governo não significa que são políticos. Aliás, porque uma parte significativa na Comissão Nacional, 16 em 23 dos membros, são pessoas que vêm de sectores afetos às matérias que são classificadas nesta comissão, 16 em 23, a nível nacional, são nomeados pelo Governo nacional e são pessoas que vêm dos setores afetos às áreas em causa. Na região, 2 pessoas em 5 têm exatamente as mesmas características. Ou seja, a Comissão é mais pequena, está mais adequada à realidade do número de espetáculos e videogramas que serão produzidos na Região e têm, também, um

peso quase equivalente em termos de pessoas que vêm destas áreas que são objeto de classificação.

Quanto à questão de citar o artigo do Sr. Dr. Fagundes Duarte, realmente, isso só abona a favor do Partido Socialista, porque tenho quase a certeza...

(Risos da bancada do PSD e do Deputado Artur Lima)

A Oradora: ... só abona a favor do Partido Socialista! Tenho quase a certeza que um ex-deputado nacional do PSD nunca se atreveria a escrever um artigo desta natureza, se fosse Governo o PSD.

Portanto, ainda bem que há liberdade, ainda bem que alguém que é próximo do Partido Socialista tem liberdade de expressão para manifestar a sua opinião sobre a existência desta comissão. Ainda bem que existem vozes discordantes. Não nos afeta minimamente que o senhor tenha citado o Sr. Dr. Fagundes Duarte. E, como lhes disse, a Comissão Regional não difere em nada das características da Comissão Nacional. E, em primeiro lugar, o seu objetivo é defender os consumidores, ...

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Se for preciso também escrevo um artigo!

A Oradora: ... os espetadores, e, em segundo lugar, é evitar o comércio ilícito e o mercado paralelo de produções com base em espetáculos, sejam eles de natureza popular, ou não sejam de natureza popular.

Tenho dito.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Rosa (CDS/PP):** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Este diploma o que faz na prática é baseado na legislação nacional, que até já é antiga. Procura ter em conta, segundo o preâmbulo, os condicionalismos específicos da Região.

Quanto a nós, nem tanto os condicionalismos, mas mais propriamente as especificidades, mas isso é um pormenor. E inclui aqui, como já foi dito, ao

contrário do que aconteceu no diploma que criou a CRECE, as realizações espontâneas e as festas concelhias.

O que este diploma nos traz, na prática, é colocar a classificação de videogramas produzidos na Região nas mãos da Comissão Regional de Classificação de Espetáculos, a tal CRECE a que já aludi. A tal comissão que, aquando da sua criação, nós nos opusemos por ser constituída exclusivamente por elementos politicamente nomeados, ao contrário da Comissão Nacional.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Quais são os que não são nomeados?

O Orador: Sra. Deputada Piedade Lalanda, não estamos a falar de secções, estamos a falar da própria comissão em si. A tal comissão que terá, de forma arbitrária e discricionária, como já defendemos na altura da sua criação, a prerrogativa de classificar como sendo de qualidade e isentar de taxa os videogramas que bem entender, inclusive os que versem sobre festas populares e/ou eventos de realização espontânea. E aqui não nos podemos deixar de lembrar das danças e dos bailinhos de Carnaval que trazem uma componente normalmente crítica e isto, obviamente, por ser uma comissão política, traz, no mínimo, sem querer entrar em polémica excessiva, um conflito de interesses.

Além de que, este diploma enferma das mesmas debilidades que aquele que criou a CRECE. Por exemplo, continua a não apontar nenhum critério para a definição de qualidade.

Deputado João Costa (PSD): Apoiado!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Claro que não!

O Orador: Claro que não, diz o Sr. Secretário da Presidência. Isso é prerrogativa da CRECE, ou seja, é inteiramente subjetivo e não pode ser objetivado, o que leva a que o argumento de que comissão é, única e exclusivamente, constituída por membros nomeados politicamente a torne objetiva de uma forma perniciososa.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Institui taxas que, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Acabei de dizer!

O Orador: ... apesar da bondade, da tentativa de introdução de valores pelo Sr. Secretário da Presidência, o facto é que essas taxas são omissas. Na iniciativa, os montantes ficam remetidos para portaria e, obviamente, não estão aqui plasmados, por isso, estão fora do nosso escrutínio.

Institui coimas com valores cuja discrepância leva a que a mínima seja 10% da máxima, sem definir criteriosamente a que corresponde uma e a corresponde outra, que tipo de infração e deixando, obviamente, margens de arbitrariedade que são enormes e preocupantes porque não estão aqui definidas. Portanto, de uma forma geral, mais uma vez, em matéria de cultura, o que o Governo Regional aqui nos traz é um armário vazio para aprovarmos, para que depois possa encher as gavetas como lhe aprouver. E, escusado será dizer que, tal como já aconteceu no passado, para aprovar armários vazios não contarão, certamente, com o voto favorável do CDS/PP.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado João Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado João Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Para a Sra. Deputada Piedade Lalanda, a classificação de qualidade é suplementar, mas não deixa de ser uma previsão do diploma e a única coisa que permite é a isenção de taxas. Não há mais nenhuma forma de isentar de taxas que não seja obter a classificação de qualidade. E é precisamente por isso que este diploma não é aceitável num regime que se quer democrático e em que tudo seja transparente, inclusivamente o pedido de classificação de qualidade por parte dos videogramas que venham a ser produzidos na Região Autónoma dos Açores.

E, quanto às taxas, compreende-se que, de facto, o Governo neste diploma não queira proceder como procedeu, aceitando a alteração, na altura, do Bloco de Esquerda relativamente a isentar de classificação ou, pelo menos, a isentar de taxas todas as manifestações populares espontâneas, e não queira, porque, como diz o Senhor Diretor Regional da Cultura no relatório em audição da comissão, e passo a citar o relatório: “Informou que a grande maioria dos videogramas

realizados e editados por produtores regionais são registos das inúmeras festas populares que decorrem em todas as ilhas”.

Pois bem, para isto ter alguma coisa de sumo em termos de cobrança de taxas, naturalmente que não podia isentar tudo aquilo que é a grande maioria daqueles pedidos que são feitos...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Tem ideia de quantos pedidos são feitos anualmente?

O Orador: ... para a classificação. Mas também cai por terra o argumento de V. Excia. relativamente a dizer que eu sugeri, o que não é verdade, eu não sugeri que não houvesse uma classificação. E tanto não sugeri, que cai por terra esse seu argumento, até porque já pode haver uma classificação administrativa, que é aquela que resulta diretamente quando não há qualquer outra classificação, que é para maiores de 6 anos.

Todos os videogramas são classificados para maiores de 6 anos, e só não são assim se, a pedido do produtor, este queira classificá-los noutra classificação etária ou queira classificá-los de qualidade. E é aqui que as coisas, realmente, não são aceitáveis. E é por isso e não estamos sozinhos! Tanto não estamos sozinhos que eu fiz questão de citar apenas um artigo de opinião, por acaso de uma pessoa que foi Diretor Regional da Cultura de um Governo do Partido Socialista. Tenho a certeza absoluta que é incoerência, o Sr. Dr. Fagundes Duarte...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Quem?

O Orador: ... nunca aprovaria ou nunca deixaria que uma situação destas viesse a ser aprovada ou viesse, sequer, a ser proposta a esta Assembleia porque, de facto, como ele diz, voltou a haver censura quando se quer classificar de qualidade este tipo de videogramas. Porque as manifestações populares das nossas festas concelhias em que haja produção de vídeo e em que peçam um selo para poder distribuir, reproduzir ou difundir, todas elas passam a ter, necessariamente, de pagar uma taxa. E só não pagam a taxa – e lá voltamos nós ao mesmo – se pedirem classificação de qualidade. E se não concordarem

com a não classificação, lá vem o senhor atual Diretor Regional da Cultura com a sua mão...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Essa mão é suspeita!

O Orador: ... de bondade, ou não, classificar, ou não, de qualidade, isentar, ou não, de taxas. E, por isso mesmo, esse diploma é apenas o reforço de uma posição que o Governo Regional tem querido assumir quanto à classificação de espetáculos na Região Autónoma dos Açores e que é, de todo, inaceitável e, por isso mesmo, é que nós, tal como o senhor anterior Deputado à Assembleia da República, podemos afirmar que somos contra.

Presidente: Sra. Deputada Piedade Lalanda, tem a palavra.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Vereadores, Sras. e Srs. Membros do Governo.

Obrigada, Sr. Presidente.

Em primeiro lugar, gostava de retificar o Sr. Deputado Paulo Rosa: as secções de que eu falei a propósito da Comissão Nacional são a subdivisão da Comissão Nacional, não é um aparte, fazem parte, são os membros, os 23 membros são subdivididos em secções.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Eu falei da composição da comissão!

A Oradora: Aliás, é uma das... A Comissão Nacional é subdividida em secções e, depois, a cada secção é atribuída uma área de classificação, nomeadamente a classificação de qualidade. Portanto, não estamos aqui a falar de outras coisas, estamos a falar da mesma.

Outra questão que foi comum às duas intervenções anteriores é: Porque é que não se isenta os videogramas como se isentam os espetáculos de natureza dita popular, ou como se isentou no diploma anterior? É preciso ter em linha de conta que estamos a falar de videogramas que são, aliás, um pedido de licenciamento que é feito por titular dos direitos de exploração destinados à distribuição e à exibição pública. Ou seja, o que está aqui em causa não é a realização de um evento, como se prevê nos espetáculos, mas a comercialização ou a distribuição do registo desse evento. E é aí que é ilícito, não só a nível da região, mas a nível nacional, que se projetem, que se exibem, aliás, é algo que

até veem nos videoclubes quando as pessoas alugam um vídeo. Há um letreiro inicial que diz que é proibida a utilização comercial daquele videograma. É apenas para uso doméstico. Ou seja, sempre que alguém quiser comercializar, vender, distribuir um videograma que produziu, com base num determinado espetáculo, tem que ter um licenciamento, e é esse licenciamento que é solicitado à Comissão Regional de Classificação de Espetáculos. O licenciamento que vai implicar uma apostilha, um selo, uma etiqueta - como lhe quiser chamar - que lhe vai permitir fazer, depois, essa comercialização. Quem não estiver interessado em comercializar, é óbvio que não vai solicitar o licenciamento. Portanto, é uma iniciativa que vem dos produtores, não é uma iniciativa que é imposta e as pessoas é que sabem o que é que querem fazer com o registo, com a gravação que está ali em causa.

A outra questão que foi aqui colocada, é evidente, e volto a citar o Professor Fagundes Duarte, pela única e simples razão, que é assim, se o Sr. Professor Fagundes Duarte, na sua liberdade de expressão,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é liberdade de expressão, é de revolta!

O Orador: ... não concorda que se faça classificação de qualidade de espetáculos ou de videogramas, está no seu direito de pensar, mas essa posição é também contrária à legislação nacional, porque também a nível nacional se faz avaliação de qualidade.

Portanto, ele está no seu direito de não concordar que se faça classificação. Mas não é uma questão regional, é uma questão que também ocorre a nível nacional. E eu queria chamar-vos à atenção que, a propósito da intervenção do Deputado Paulo Rosa, os critérios que estão definidos por portaria a nível nacional para a classificação de qualidade são tão vagos quanto isso: os espetáculos são de qualidade, os espetáculos, pelos seus aspetos artístico, temático, pedagógico e técnico, merecem esse atributo. Mas o que é isso?

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Mas estão lá?

A Oradora: Espetáculos que pelos seus aspetos artístico, temático, pedagógico e técnico mereçam esse atributo.

É evidente...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): É melhor do que nada, Sra. Deputada!

A Oradora: ... que a Comissão Nacional, como a Comissão Regional, irá definir o que entende por aspetos artísticos, temáticos, pedagógicos, que são de qualidade ou não são de qualidade.

Isto não é critério nenhum. Isto são apenas algumas frases, uma categoria – exatamente – são adjetivos vagos que, depois, vão implicar, no regulamento da comissão, uma definição clara e precisa. O mesmo se passa para os próprios critérios etários. Se formos ver a legislação que data de 83, os critérios etários estão completamente desfasados.

Outra coisa que eu também gostava de chamar à atenção ao Sr. Deputado João Costa, se for ver o relatório de atividades da Comissão Nacional, vai verificar que a Secção de Classificação de Qualidade classificou, por exemplo, no ano de 2010, 394 videogramas num total de 3.903 videogramas. Esse seu pensamento peregrino que as pessoas iriam solicitar a classificação de qualidade para não pagar 10 euros de taxa é, realmente, um pensamento peregrino, porque, então, porque é que a nível nacional não há um número mais significativo de produtores que solicita a qualidade, já que isso iria isentar de taxa (porque também a nível nacional é isento de taxa o videograma de qualidade). Portanto, isto é só para dizer...

Deputado João Costa (PSD): Se é assim, por que é que não isenta?

A Oradora: ... que a classificação, o licenciamento que é obrigatório, e que é uma defesa para o espectador, é o licenciamento com base na classificação etária. Esse é que é obrigatório, necessário e, até, útil para qualquer cidadão, consumidor, espetador.

O licenciamento de qualidade é um suplemento, uma mais-valia que o produtor poderá querer para vender, de uma forma diferente, o seu produto.

Portanto, não há qualquer tentativa de minimizar ou de reduzir taxas, ...

Deputado João Costa (PSD): É para isolar!

A Oradora: ... está extremamente isolado e não é coerente.

Obrigada.

Deputado João Costa (PSD): Ainda vou a tempo de comentar o artigo de opinião do Dr. Armando Mendes!

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Membros do Governo:

Em relação a esta iniciativa, a posição do PPM, como noutras circunstâncias semelhantes, é contra. É contra! Isto tem a ver com o nosso amor à liberdade, à liberdade de expressão.

Isto é fundamental! Isto é absolutamente fundamental para nós, para a nossa vida cívica e para a nossa vida política.

Na minha perspetiva, a questão mais relevante tem a ver, de facto, com a arbitrariedade que existe em considerar de qualidade ou de não ser considerada de qualidade determinada obra.

Houve tempos em que a canção *Grândola, Vila Morena* não seria considerada uma canção de qualidade; houve tempos em que os maiores especialistas nacionais destas áreas nacionais não considerariam essa canção, uma canção de qualidade. Isto é arbitrário! E este diploma corre o risco de exercer esta arbitrariedade ao nível da nomeação política, porque esta Comissão Regional de Classificação de Espetáculos é, de facto, integralmente originada por nomeação política. E, por isso, nesse sentido, e porque tem efeitos práticos também a nível até da própria isenção de taxaço, tem um efeito concreto nas empresas e também tem um efeito concreto do ponto de vista prático em relação à própria comercialização destes videogramas.

E, portanto, nesse sentido, o Governo Regional reincide numa prática perigosa para a democracia, numa prática perigosa para a liberdade de expressão, numa prática perigosa para a liberdade do exercício de atos culturais. E, portanto, ao colocar uma mão cheia de sábios nomeados exclusivamente pelo Governo Regional, o Governo Regional está a limitar, de facto, a liberdade de expressão nos Açores e a colocar sob cauço objetiva o exercício de atividades culturais. E, portanto, nesse sentido, a nossa votação é, claramente, negativa, porque o Governo nesta matéria, aliás, é reincidente.

Presidente: Sr. Secretário Regional da Presidência, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Presidência** (*André Bradford*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Volto muito rapidamente ao debate, porque me parece que há, das duas, uma, ou algum desconhecimento ou, então, alguma má vontade e má-fé em relação a este debate, porque, em primeiro lugar, não está em causa...

Deputado João Costa (*PSD*): Está, está! O senhor começa por falar em má-fé e diz uma coisa dessas!

O Orador: ... a Comissão de Classificação de Espetáculos, porque esta faz parte doutro diploma; em segundo lugar, não estamos a classificar espetáculos, estamos a falar da classificação de produtos...

Deputado João Costa (*PSD*): Remete para lá!

O Orador: ... comerciais em formato vídeo feitos a partir dos espetáculos,...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Remete para aqui!

O Orador: ... o que é completamente diferente.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Remete para aqui!

O Orador: Estamos a falar de um mercado, de um negócio, de alguém que não faz o espetáculo, mas aproveita o espetáculo para fazer o negócio...

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Exatamente!

O Orador: ... e, portanto, por isso é que essa atividade é taxada. E essa atividade é taxada não com o intuito de, obviamente, evitar que os espetáculos se efetuem, não com o intuito de evitar que um determinado espetáculo seja levado a cena ou que uma determinada atividade se concretize, mas, antes, com a lógica de mercado, de negócio. E é só com esses propósitos que é feito este diploma.

Depois, quem ouvisse esta discussão a meio pensaria que este Governo exótico, no meio do Atlântico, se lembrou de fazer uma coisa que mais ninguém fez no mundo inteiro. Pois, é um sistema que vigora em Portugal, como disse o Sr. Deputado Paulo Rosa, há décadas!

Deputado João Costa (*PSD*): É verdade! Há décadas de mais!

O Orador: Este sistema vigora em Portugal há décadas! Nunca ninguém de lembrou de dizer no país que isto era uma tentativa de censura.

Deputado João Costa (PSD): Lá chegaremos!

O Orador: Só neste exótico arquipélago, no meio do Atlântico, é que há umas almas que acham que aplicar uma taxa a um produto comercial é censura!

(Risos da bancada)

O que é magnífico, mas não justifica, nunca justificaria, a posição – por isso, eu falei em alguma má vontade. E, depois, é preciso também ter uma noção da dimensão das coisas. Não estamos a falar de um mercado... De facto, é um mercado com alguma dinâmica e um pouco sazonal, dependente de determinado tipo de atividades culturais, que o ano passado significou 70 pedidos. Se multiplicar esses 70 pedidos pela taxa que agora se pretende aplicar, obterá 700 euros.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É dinheiro!

O Orador: Sr. Deputado, não me parece...

Deputado João Costa (PSD): Precisamente!

O Orador: ... que o Sr. Deputado esteja a falar de algo grandioso, de grande dinâmica e que nos permitiria arrecadar uma receita fantástica e que, por essa via, nós estaríamos a taxar, à partida, todo e qualquer espetáculo, porque queríamos era receita.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Então, retire!

O Orador: Não retiro, porque a lógica do diploma é esta!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Retire!

O Orador: É perfeitamente aceitável. Estamos a falar de um negócio, de um mercado, de algo que está a jusante, que é feito depois do próprio espetáculo ser realizado, e não estamos a impedir ninguém nem nenhuma atividade de cariz popular típica que se realiza nestas ilhas. Estamos a falar daqueles que aproveitam essas atividades legitimamente para criar um outro mercado de produtos vídeo. São duas situações completamente diferentes.

Voltar com esta conversa atrás e tentar fazer aqui a segunda parte do debate, que não se conseguiu ganhar da última vez, pois, é uma intenção sua. Eu é que não participo mais nessa sua intenção.

Muito obrigado.

Deputado João Costa (PSD): O Sr. Secretário não ouviu as outras intervenções. Só ouviu a minha. Obrigado pela atenção.

Presidente do Governo Regional dos Açores: Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Piedade Lalanda, tem a palavra.

(*) **Deputada Piedade Lalanda (PS):** Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu pedi a palavra porque fiquei sem resposta por parte do Deputado Paulo Rosa quanto à minha questão. Era importante saber quais os elementos da Comissão Nacional que não são de nomeação política? Quais? O Sr. Deputado que me aponte, da listagem que está publicada no Diário da República, no Decreto Regulamentar 3/2010, ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Isso é do Sócrates!

A Oradora: ... é, mas, já agora, os senhores que estão no poder e são tão alérgicos a essa realidade, já deviam ter modificado. Quer o PSD, quer o CDS, já deviam ter criado uma nova comissão de classificação de espetáculos a nível nacional que não tivesse elementos de nomeação política, porque eu não vejo, no artigo 6º, nº 3, qualquer elemento que não seja de nomeação política, ou seja, nomeado por um membro do Governo da República. Se o senhor descobre algum, era muito interessante saber.

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Não há ninguém do espetáculo?

A Oradora: Mas nomeado por um membro do Governo da República. Como também a entidade ligada à matéria relevante para a comissão, que é por indicação do presidente da Comissão Regional, é do mundo do espetáculo, ou pode ser do mundo do espetáculo, ...

Deputado João Costa (PSD): E o recurso cabe a quem?

A Oradora: ... mas é nomeado por um membro do Governo. É exatamente nos mesmos termos que a Comissão Regional foi criada, à luz do que se faz a nível da Comissão Nacional. A única...

Deputado João Costa (PSD): E o recurso?

A Oradora: ... questão é que é bem mais pequenina do que a Comissão Nacional, mais nada.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, eu não tenho, neste momento, mais inscrições. Assim sendo, vamos passar à votação, na generalidade, deste diploma.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de Decreto Legislativo Regional apresentada foi aprovada, na generalidade, com 30 votos a favor, do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 18 contra, do PSD, 5 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Vamos entrar no debate e votação na especialidade.

Não há qualquer proposta de alteração para este diploma. Eu pergunto à Câmara se posso colocar à votação os artigos de 1 a 10 em conjunto?

Não havendo oposição, assim passo a fazer.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 30 votos a favor, do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 18 contra, do PSD, 5 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e Srs. Deputados que concordam façam favor de se manterem como se encontram. As Sras. e Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 30 votos, do PS, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 18 contra, do PSD, 5 do CDS-PP e 1 do PPM.

Presidente: Creio não haver declarações de voto.

Sras. e Srs. Deputados, nós vamos fazer um intervalo de meia hora, conforme é a prática nesta altura. Eu apelava, apenas, ao vosso sentido de pontualidade para podermos recomeçar às 18h30.

Muito obrigado e até já.

Eram 17 horas e 59 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 18 horas e 39 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos com **a proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 39/2011 – “Regulamento de concurso do pessoal docente da educação pré-escolar e ensinos básico e secundário”**.

Para apresentar o diploma, dou a palavra à Sra. Secretária Regional da Educação e Formação. Tem a palavra, Sra. Secretária.

(*) Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo: Esta proposta de diploma que o Governo Regional traz, hoje, a esta Câmara tem, como se sabe, um histórico, um historial antigo. No ano letivo de 1999/2000, havia escolas na Região, em que o rácio de professores por alunos, ou seja, a flutuação de professores era muito frequente. A população docente permanente era muito residual e foi necessário, mediante diversos normativos, a partir de 99, mas também em 2000 e, mais consistentemente, este decreto que agora estamos a revogar em 2003, produzir legislação que permitisse diversos aspetos.

Por um lado, concentrar num concurso único, coisa que não acontecia até então, tudo o que eram procedimentos concursais de professores. Concentrar permitindo que, independentemente do nível ou ciclo de ensino, os professores tivessem o mesmo momento de candidatura e de fossem opositores ao

concurso. Mesmo aquando da proposta de diploma, em 2003, como se recordarão, todos os normativos referentes ao concurso de pessoal docente estavam dispersos por muita legislação. Havia alguns normativos criados de raiz, na Região, mas havia, também, uma tentativa que era normalmente feita da adaptação da legislação nacional. Daí que o primeiro diploma verdadeiramente regional de concurso é o diploma de 2003. Nesta altura, trouxe novidades importantes, dado que estávamos num quadro semelhante ao que descrevi, em que a flutuação, a oferta de pessoal docente habilitado era escassa e a flutuação do pessoal docente nas escolas era abundante. E, portanto, havia a urgência e a emergência – podemos dizer assim – de estabilizar o corpo docente, coisa que foi uma preocupação do Governo Regional, e continua a ser, no sentido de dotar as escolas, por um lado, de recursos com outra permanência e com outra qualidade, e de permitir aquilo que todos consideramos valioso, que é a continuidade pedagógica, ou seja, que o aluno, pelo menos durante o ciclo de ensino, mantenha a maioria dos seus professores, com os ganhos evidentes.

Da experiência que, entretanto, se alcançou do tempo decorrido, da própria evolução do sistema de ensino, verificou-se que, neste momento, nós temos um quadro de docentes nas escolas praticamente estabilizado. Isto foi conseguido, por um lado, através da unificação do regime de concursos – esse diploma de 2003 – e foi, também, conseguido muito devido à introdução das prioridades regionais que permitiram que os docentes ficassem afetos a uma escola por períodos que podiam ir até aos 3 anos. Inclusivamente, nós temos na Região um quadro docente mais estabilizado do que aquele que é o quadro docente nacional, em proporção, evidentemente, e temos, portanto, neste enquadramento, a possibilidade que não é determinante, já não é essencial, já não é exigível que tenhamos que, anualmente, proceder à abertura de procedimentos concursais, sabendo que as vagas que temos a disponibilizar na Região são diminutas. Isso porque todo esse caminho de estabilização do corpo docente tem também outro fator que aqui influi, que é o fator da diminuição sustentada e, de acordo com estudos que possuímos, se manterá nos próximos anos e terá uma incidência, como é evidente, mais forte naqueles concelhos

menos populosos da Região, mas, no fundo, é um denominador comum à população estudantil da nossa região.

Portanto, essa diminuição sustentada faz com que nós tenhamos também que, ao nível da admissão nos quadros, ter um procedimento cauteloso, um procedimento rigoroso e, também, a possibilidade de se admitir exatamente os docentes que nós precisamos nos nossos quadros.

E, portanto, o princípio que presidiu à feitura deste Decreto Legislativo Regional foi a estabilidade do quadro de pessoal docente e também perceber que o perfil dos candidatos que beneficiam de prioridade está, maioritariamente, traçado e é conhecido. E, portanto, o tempo que decorre, e também o facto de termos no restante território nacional um concurso com outra periodicidade, tem trazido ao concurso regional e à sua periodicidade um forte encargo, digamos assim. Um encargo em termos de recursos humanos, por um lado, e um encargo em termos financeiros, por outro.

Quais são, então, as principais alterações que esta proposta de decreto traz?

A questão da periodicidade quadrienal será a principal delas. Os objetivos são, como disse, a promoção da estabilidade do corpo docente que, durante 4 anos, passará a ser o mesmo. Também aqui consideramos que esta quadranialidade poderá ter ganhos ao nível da melhoria da qualidade pedagógica e da melhoria da continuidade dos mesmos docentes afetos às mesmas turmas. Mantêm-se as prioridades regionais por 3 anos e por 1 ano. A afetação por prioridade por motivo de doença e a afetação por prioridade por aproximação à residência continuam, aliás, como sucedia até aqui, a ter a determinação de abertura de um concurso anual, mantendo-se a contratação a termo resolutivo, também com uma periodicidade anual. Introduzimos uma norma que prevê que os quadros de zona pedagógica possam transitar para os quadros de escola das escolas a que estão afetos. Neste momento, como sabem, existem apenas 2 docentes nessa situação, e foi incluída aqui uma norma que permita resolver, definitivamente, uma situação que não tem outra forma de ser resolvida que não esta.

Também, por outro lado, procurou-se aqui introduzir outros benefícios e outras alterações. Relativamente à transposição das normas fixadas no estatuto

relativas à fórmula de cálculo da graduação profissional, a transposição também de normas que, entretanto, foram inclusas por sucessivas alterações ao estatuto da carreira docente e também a outro tipo de regulamento e de normativos. Também introduzir aqui linguagem que estivesse mais correlacionada com as novas tecnologias de informação, comunicação, nomeadamente no que diz respeito à BEP – Açores e também uma preocupação que nos parece importante que teve a ver com a necessidade de redução de prazos. E essa redução de prazos prende-se com a operacionalidade que é preciso dar a estas questões, por exemplo, na substituição de docentes. Fazê-la no mínimo de tempo possível, para que os alunos não sejam prejudicados. Foi nesse sentido e, em geral, nesse âmbito que aqui foi colocada, em termos gerais, uma tentativa de redução desses prazos.

E, portanto, em termos gerais, são essas as alterações que este decreto traz, sendo que, evidentemente, a esmagadora maioria delas traz, do nosso ponto de vista, mais agilidade, mais eficiência, uma melhoria significativa daquilo que é o sistema educativo regional.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sra. Secretária.

Está aberto o debate, Sras. e Srs. Deputados. Aguardo inscrições.

Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

É sempre importante podermos introduzir alterações, melhorias num instrumento como este que hoje estamos aqui a discutir e que tem a ver com o recrutamento e a mobilidade do pessoal docente.

Esperava-se – pelo menos era expectativa da Representação Parlamentar do PCP – que quando o Governo Regional aqui trouxesse este diploma, trouxesse no sentido de introduzir, de facto, algumas melhorias que, no nosso entender, expurgasse, até, o documento, do seu articulado, de alguns normativos que, enfim, a experiência já deu para constatar que, ou já serviram o intuito para que foram ali colocados e, portanto, deixaram de fazer sentido, ou então para

expurgar do diploma esses normativos, uma vez que eles introduzem perversões que, em devida altura, foram contestadas quer pelos sindicatos, quer pelos professores – e estou a referir-me, designadamente, à questão das preferências regionais e das prioridades dos concursos por 3 anos.

Bem, mas, para surpresa nossa, aquilo que o Governo Regional nos traz aqui são algumas alterações que, incompreensivelmente, em nada vêm beneficiar o regulamento do concurso, nomeadamente a introdução de um período de 4 anos para a realização de concursos, e isto contraria, claramente, aquilo que tem sido o discurso oficial, quer do Partido Socialista, quer do Governo Regional, no que diz respeito ao combate à precariedade e ao desemprego, uma vez que fazer concursos, de 4 em 4 anos, vai levar a que se aumente a precariedade e o desemprego docente. Portanto, não percebo muito bem como é que a Sra. Secretária concilia esta opção que aqui nos traz com este discurso.

Por outro lado, vai também impedir que os docentes – porque os concursos não se destinam apenas ao recrutamento, mas destinam-se também à mobilidade inter quadros – tenham possibilidade de, através daquilo que deve ser a sua mobilidade, que é através de concursos e não através de outros mecanismos acessórios que também constam deste concurso, mas que apenas servem que os quadros de pessoal não estejam dimensionados, e estou a referir-me à questão da afetação....

Portanto, traz-nos uma proposta para que os concursos sejam realizados de 4 em 4 anos, em nome, da estabilidade dos quadros, quando nós sabemos que há uma estabilidade nos quadros do pessoal docente. O que precisa de acontecer é que haja um redimensionamento dos quadros para que se evite que centenas de professores continuem a ser contratados anualmente, e são centenas de professores, não são apenas necessidades residuais, são necessidades efetivas do sistema. E isto porque a Secretaria Regional da Educação e Formação não tem os quadros convenientemente dimensionados às necessidades do sistema.

A Representação Parlamentar do PCP apresenta um conjunto de propostas de alteração, desde logo para expurgar do diploma as perversões que constituem as prioridades regionais e as prioridades estabelecidas a quem concorre por prazo

não inferior a 3 anos, porque consideramos que isso é preferir, e essa preferência leva a que a seleção de candidatos não seja feita pela qualidade, mas sim por critérios espúrios. E, por outro lado, no conjunto de propostas que fazemos, propomos, claramente, que o concurso mantenha a sua periodicidade anual, assim como o referencial, o rácio de alunos por lugar seja de 20 alunos e não de 24, como V. Excia. propõe, uma vez que consideramos que a tendência civilizacional deve ser essa e não a de estar a manter ou a aumentar o número de alunos por professor. Aliás, quem está no ensino percebe perfeitamente as vantagens que daí advêm, isto para além do facto de, e havendo vontade e determinação do Governo Regional - pelo menos assim é dito no discurso político - em criar emprego, então, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, também por esta via podia criar emprego, diminuindo o desemprego docente, dimensionando os quadros convenientemente, diminuir a precariedade do trabalho docente.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Rosa, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu vou começar por fazer uma citação de uma afirmação proferida a 13 de abril de 2010. Dizia, então, a Sra. ex-Secretária Regional da Educação, Lina Mendes, em reunião de Comissão de Assuntos Sociais: “Não vejo razões objetivas para alterar um concurso que é um caso de sucesso por todos reconhecido à escala nacional. Funciona muito bem”.

Portanto, é com alguma surpresa que nos deparamos com esta proposta trazida aqui pelo Governo, que não se limita a introduzir mexidas no mecanismo de concurso, mas que reformula todo o conceito e todo o paradigma do concurso, que, até há um ano e tal, era considerado pela governação como um sucesso ímpar.

E, de uma forma geral, porque estamos na generalidade, há uma injustiça que não podemos deixar de referir neste diploma, bem como uma precipitação, o

que nós consideramos ser uma precipitação - obviamente que aqui as opiniões divergirão - mas que não podemos deixar de aludir nesta primeira intervenção.

A injustiça clara é a norma transitória que coloca administrativamente docentes do quadro de zona pedagógica à revelia dos concursos. É nosso dever lembrar que o concurso anual que, com base numa lista ordenada que assegura equidade, assegura justiça e assegura transparência sem paralelo no acesso à Administração Pública e que esse é um princípio do qual não abrimos mão e que não se compadece com ultrapassagens administrativas, por muito residuais que elas sejam – e neste caso são-no – são apenas dois casos, mas é uma questão de princípio e não podemos abrir mão dela. O que nós consideramos ser uma precipitação de todo inaceitável, neste momento, é que os concursos internos e externos de provimento passem a ser quadrienais.

Nós opomo-nos, claramente, a este princípio, porque resulta da obliteração completa do conhecimento da especificidade da nossa condição insular, em que a geografia, as acessibilidades e os tarifários aéreos são proibitivos e condicionam a mobilidade de uma forma que não tem paralelo no todo nacional. Portanto, não é por outros fazerem, não é por outros tornarem o concurso quadrienal que nós temos que ir a reboque fazê-lo. Nós temos autonomia, temos órgãos próprios, temos legislação própria e só faz sentido termos regulamento próprio, concurso próprio e um estatuto da carreira docente próprio se afirmarmos a nossa especificidade que é uma especificidade insular, é um território fragmentado naturalmente e isso introduz constrangimentos que não têm paralelo na escala nacional.

Além do mais, não se percebe como é que uma região cujo Governo Regional arroga o equilíbrio financeiro e a saúde das suas contas toma uma medida neste sentido, com o intuito que nos parece claramente economicista...

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): É por isso!

O Orador: ... porque, aparentemente, ele não faz sentido. Esta medida de tornar os concursos quadrienais irá trazer enormes constrangimentos a tantos docentes nesta região, a tantas famílias que ficarão separadas, e isso terá, obviamente, impactos na sua prática docente e nos nossos jovens e no futuro

desta Região, que é o que realmente interessa. Obviamente, não podemos pactuar com esta inversão naquilo que, há um ano e tal, era considerado tão bom e que nós, de facto, aceitamos que era bom.

Além do mais, os eventuais ganhos financeiros que podem surgir desta quadrienalidade do concurso também não se vislumbram, uma vez que os meios informáticos, os recursos humanos que estão alocados aos concursos não serão, presumivelmente, alienados. Portanto, não me parece que se venha a ter algum tipo de ganho nesta situação.

Com o devido respeito, a Sra. Secretária também disse que se tratava de um procedimento cauteloso e rigoroso para aferir das necessidades do sistema regional. Ora, Sra. Secretária, para nós o procedimento cauteloso e rigoroso é, precisamente, manter a anualidade dos concursos.

Invocou a estabilização dos quadros docentes como um dos objetivos, quando a própria iniciativa nos diz que essa estabilização já existe. Portanto, aqui não se percebe bem o que é o argumento e o que é o não argumento.

Termino com uma referência que não podia deixar de dizer, um argumento que é vastas vezes invocado aqui, quer pelo Governo Regional, quer pela maioria que o suporta, que tem a ver com o facto do Governo governar com base num programa eleitoral que foi sufragado nesta Casa e que cumpre cumprir o que está nesse programa eleitoral. Eu devo lembrar as Sras. e Srs. Deputados que, lido e relido o programa eleitoral deste Governo, não consigo vislumbrar a necessidade de uma alteração ao concurso do pessoal docente. Portanto, Sras. e Srs. Deputados, também se deve governar com coerência, deve-se fazer política com coerência e é neste sentido que aqui estamos para discutir este diploma.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, tem a palavra.

(*) **Secretária Regional da Educação e Formação** (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Rapidamente para tentar aclarar algumas questões que foram aqui levantadas pelo Deputado Aníbal Pires e pelo Deputado Paulo Rosa.

Por um lado, a questão das prioridades regionais. Nós consideramos que, efetivamente, o grande efeito que as prioridades regionais pretendiam ter quando foram estabelecidas já o temos, já o tivemos. Tanto temos, que temos o quadro estabilizado. Por isso, elas não são já tão necessárias...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mas já foram necessárias e discriminatórias!

A Oradora: ... como foram outrora, mas é, porém, para o Governo, cedo para as eliminar ou para deixar de fazer com que elas contem. Isto porquê? Porque estaríamos aqui a afetar vários docentes que se candidataram ao abrigo das prioridades regionais e que, neste momento, ainda gozam desse benefício, digamos assim.

A questão das prioridades, como o Sr. Deputado disse, foi uma questão que gerou controvérsia, e isso é natural, e parece-me que também não é indesejável. É desejável que assim aconteça, porque o que se pretendeu com as prioridades, e o que se pretende ainda agora, é que elas sejam um meio seguro de fazer com que os professores se mantenham por mais tempo afetos aos quadros de escola. E isso elas conseguiram, e bem, e continuam, julgamos nós, a conseguir. E nada disto impede que coincida com a quadrienalidade do concurso. Aliás, uma coisa não invalida a outra.

O outro argumento que o Sr. Deputado Aníbal Pires invoca, referindo-se às suas propostas, e não querendo entrar na especialidade, mas adiantando aquilo que o Governo pensa sobre essa matéria, aquela alteração que fala dos 20 alunos. Como sabe, essa norma não se refere propriamente ao rácio de alunos por turmas, mas à necessidade de abertura de uma vaga para um docente. É nosso entendimento que, neste momento, a situação que nós temos na Região é uma situação muito estabilizada e muito próxima daquilo que serão as nossas necessidades. E isso porquê? Porque nós temos um quadro devidamente habilitado, na sua esmagadora maioria estabilizado, e vamos ter, coincidentemente com este cenário, uma diminuição sistemática do número de alunos. Não nos podemos e não nos devemos dar ao luxo de termos um número de docentes excedentário nas escolas, que é isso o que os senhores propõem com essa alteração, que a muito breve trecho nós viéssemos a ter nas escolas

um número de docentes acima daquilo que são as reais necessidades das escolas.

(Apartes inaudíveis)

Portanto, do nosso ponto de vista, isto não faz qualquer sentido nem podemos entender que assim seja. Até porque, ao contrário do que disse o Sr. Deputado Aníbal Pires, esta norma não foi introduzida agora, esta norma existe no regulamento atual de concursos, existe no regulamento nacional, existe em toda a legislação produzida a nível nacional sobre esta matéria. Portanto, isto não é uma norma exclusiva da Região. Os 24 alunos por turma é um padrão que é extensivo e vem de há muitos anos a esta parte, existindo nos vários regulamentos. Portanto, não foi introduzido agora nem é, tão pouco, uma novidade.

Por outro lado, e também extrapolando um pedacinho para a questão do rácio por turma, nós temos um excelente rácio por turma na Região, sendo certo que ao nível do pré-escolar é de 20 alunos e nos restantes níveis de ensino é de 25. Em nenhum deles a média se aproxima sequer. O nosso rácio, atualmente, em termos gerais, situa-se nos 18.6, portanto, muito abaixo do número mínimo, por exemplo, no caso do pré-escolar, que nós estimamos.

E há ainda algo que é importante aqui aclarar. Sr. Deputado, não me parece que isto seja, como o Sr. Deputado quis fazer entender, um ganho civilizacional. Aliás, pelo contrário. Os estudos existentes demonstram à sociedade, para quem os quiser ler e conhecer, que o número de alunos por turma não significa nada ou quase nada.

Deputado Costa Pereira (PSD): Está a precisar de regressar à escola!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é de quem não dá aulas há muito tempo!

Deputado João Costa (PSD): Devia apanhar com uma turma de 27 alunos que queria ver!

A Oradora: O número de alunos por turma não significa, do ponto de vista de resultados e do sucesso educativo, nada, Sr. Deputado. Senão, nós teríamos nas

ilhas e nos concelhos mais pequenos do nosso arquipélago um estrondoso sucesso educativo e, infelizmente, nós temos turmas muito pequenas com maus resultados. O Sr. Deputado sabe que isso é verdade. E, portanto, em todo o mundo...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é de quem não dá aulas há muito tempo!

A Oradora: ...os estudos que se fazem demonstram isso mesmo, que isto é um mito, digamos assim, é um mito, que o número de alunos por turma é condição *sine qua non* para o sucesso educativo.

(Apartes inaudíveis)

Não existe, isso não é verdade! Já foram feitos estudos nos Estados Unidos, que têm uma realidade muito diferente da europeia, os próprios estudos da OCDE demonstram. Não há uma correlação direta. Há turmas com 30 alunos que podem ter excelentes resultados e o inverso também pode ser verdade. Mas há um limite, um limiar mínimo a partir do qual o número de alunos por turma pode fazer perigar a qualidade educativa, e os Srs. Deputados, sobretudo os que se interessam por essas questões, sabem que é verdade. E isso é uma coisa que também nós não queremos que venha a acontecer.

Mas, como vos dizia, se dependesse do número de alunos por turma, Sr. Deputado, nós, nas escolas dos concelhos mais pequenos da Região, tínhamos de ter só resultados excelentes e não é isso, infelizmente, o que acontece.

Por outro lado, quanto ao que disse o Sr. Deputado Paulo Rosa, o concurso regional é, de facto, um caso de sucesso desde a sua criação, e continua a sê-lo. É um caso de sucesso. Basta ter a possibilidade de aceder aos comentários que são feitos na nossa página pelas pessoas que usufruem, que conhecem, que lidam com concurso, que são largamente abonatórios sobre a forma como o concurso funciona e sobre tudo o que rodeia o seu contexto. E, portanto, Sr. Deputado...

Mas não é isso que está em causa. O que está em causa é a necessidade ou não de abriremos um concurso anual. Do ponto de vista do Governo, essa

necessidade deixou de existir. Foi necessário durante o tempo em que existiu. Não é por os outros não fazerem que nós não queremos fazer. Entendemos que, na Região, já não se justifica esta abertura anual, entendemos que ela deve passar a ser quadrienal.

Quanto à questão que também levantou, a questão dos QZP, como sabe, mediante a alteração que foi feita ao estatuto da carreira docente, em 2007, foi determinada a sua extinção. Ou seja, os docentes que pertenciam aos quadros de zona pedagógica seriam, progressivamente, extintos, esses mesmos quadros, quando estivessem vagos. Nós chegamos a ter cerca de 300 docentes em quadros de zona pedagógica. Neste momento, como sabe, subsistem apenas 2. Não foi possível ao sistema, apesar da insistência, apesar também dos sacrifícios pessoais desses docentes que se candidataram sistematicamente...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): A professora de biologia concorreu para o Corvo? É passar à frente dos outros, de professores que têm mais de 15 anos de serviço.

A Oradora: ... ao concurso. Mas, infelizmente, só há duas formas de resolver esta situação: ou essa norma transitória, que os passa a incluir nos quadros das escolas a que estão afetos – como sabem, os quadros de zona pedagógica abrangem várias escolas dentro da sua área respetiva; e a outra forma que temos, Sr. Deputado, é abrir um concurso específico para 2 docentes, o que acarreta custos muito elevados e que não faz nenhum sentido.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): No Corvo há uma vaga!

A Oradora: E, portanto, Sr. Deputado, esta foi a forma encontrada. Não será a forma ideal, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): É uma forma injusta!

A Oradora: ... é a forma possível e a que o Governo considera justa neste momento.

Presidente: Sr. Deputado Rui Ramos, tem a palavra.

(*) **Deputado Rui Ramos (PSD):** Muito obrigado, Sr. Presidente. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo e restantes Membros:

Depois de termos um concurso ótimo, que toda a gente falava bem, à semelhança do que aqui foi referido pelo Sr. Deputado Paulo Rosa, vamos, e foi presente a esta Casa, alterar esse mesmo concurso. E a alteração desse concurso pressupõe, Sr. Secretário Regional, uma filosofia, pelo menos um modelo, e pressupõe todo um conjunto de escolhas que vão, de algum modo, ter repercussões em todo o sistema educativo regional.

Nessa matéria, Sras. e Srs. Deputados, a posição do PSD é quase diametralmente oposta. Não comungamos da filosofia nem faríamos semelhantes escolhas.

Deputados Cláudio Almeida e António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Distanciamos desta proposta opções diferentes. Desde logo, a opção da periodicidade dos concursos. Nós não aceitamos nem compreendemos a necessidade que ela tenha de ser feita de 4 em 4 anos.

Deputados Cláudio Almeida e António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Diz a Sra. Secretária que o quadro está estável. Aliás, eu vou citar o relatório proveniente da Comissão dos Assuntos Sociais, que diz o seguinte (e são declarações da Sra. Secretária Regional da Educação e Formação): “No que se reporta às alterações introduzidas no regulamento pela presente iniciativa, a Secretária Regional salientou a alteração na periodicidade dos concursos, que passam de anuais para quadrienais. Segundo a Secretária Regional, deve-se a um conjunto de fatores, dos quais destacou: a estabilidade já alcançada...” e repito “ a estabilidade já alcançada nos quadros docentes na Região; o reduzido número de vagas colocadas a concurso em cada ano; assim como a tendência de redução do número de alunos que se tem verificado nos últimos anos”. Pasmese agora! Na opinião da Sra. Secretária Regional, através dessa alteração, dá-se mais um contributo para a estabilidade dos quadros docentes. Bom, eu pergunto: o que é que vamos estabilizar? Vamos estabilizar aquilo que já está estabilizado, Sra. Secretária? Não percebemos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Boa pergunta!

O Orador: Por outro lado, diz também – e eu acho que há aqui uma confusão entre permanência e estabilidade – que este modelo de concurso permite uma

estabilidade pedagógica e eliminam-se encargos com procedimentos concursais. A minha pergunta, Sra. Secretária Regional, é a de saber se a senhora contrata, eventualmente, trabalhadores para fazerem este trabalho, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... isto é, para verificarem manualmente os concursos?

E, para já, era isso que fazia.

Muito obrigado.

Deputados Cláudio Almeida (PSD) e Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Catarina Furtado, tem a palavra.

(*) **Deputada Catarina Furtado (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu ouvi com atenção as intervenções que me antecederam e tomei nota de algumas contradições dos vários senhores deputados.

O Sr. Deputado Aníbal Pires começou por reconhecer que os quadros estão estabilizados. O Sr. Deputado Paulo Rosa contradiz-se...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade!

A Oradora: ... porque disse que a medida era economicista, mas logo a seguir o Sr. Deputado diz que não vê os eventuais ganhos da medida, o que vem, então, anular a sua teoria de que não é economicista, até porque ninguém falou em teoria economicista.

O Sr. Deputado Rui Ramos, não fosse o Sr. Deputado do PSD e não estaria exatamente diametralmente oposto... Já estavam quando o regulamento...

Deputado Rui Ramos (PSD): Quase!

Deputado João Costa (PSD): Coerência!

A Oradora: ... foi introduzido e quando ele apareceu.

Deputado Rui Ramos (PSD): Quase!

A Oradora: É preciso, e após a intervenção da Sra. Secretária, que já explanou bem a matéria e a necessidade destas alterações, é preciso talvez...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não fosse a Sra. Deputada do PS e não dizia isso!

A Oradora: ... fazer mais um ponto e dizer que a estabilidade...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não fosse a Sra. Deputada do PS!

A Oradora: ... do corpo docente, nos Açores, como todos sabemos, é um capital político dos Governos do PS. Aliás, como toda a reestruturação do nosso sistema educativo regional.

(Apartes inaudíveis)

Isso é importante que se note. Esta estabilidade do quadro docente tem na sua base, como foi referido já há pouco, um concurso que introduziu e organizou vários normativos e introduziu as prioridades regionais já aqui faladas e que se mantêm. Tudo aquilo se mantêm, porque, de facto, mostrou que este concurso, que se criou, foi e é destacado a nível nacional pela sua qualidade e pela sua eficácia. Esta eficiência e esta qualidade funcionam plenamente e, de facto, funcionam há praticamente uma década. E todos reconhecem. No entanto, é chegado o momento de fazer ajustes para torna-lo consentâneo com a nossa realidade, porque, entretanto, a realidade social, e das próprias escolas, é dinâmica e alterou-se, como já foi referido também. Ou seja, já há estabilidade dos quadros docentes das nossas escolas na Região, ao contrário de quando ele começou com a periodicidade que foi estabelecida anualmente. E é graças ao PS...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Ao PS ou ao Governo?

A Oradora: ... e à implementação deste regulamento e das prioridades de ordenação que ele integra, e que se mantêm na proposta hoje em apreço, que as nossas ilhas mais pequenas têm corpos docentes estáveis, sem absentismos relevantes, permitindo que todas as crianças e jovens do nosso sistema educativo regional tenham a mesma qualidade de ensino em iguais circunstâncias. Porque isso, Sr. Deputado, é, por muito que vos custe admitir, um capital dos governos socialistas.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

A Oradora: Importa ainda lembrar que os mesmos que hoje se opõem às alterações deste regulamento e que agora dizem que, de facto, funciona

plenamente, são os mesmos que se opuseram quando ele foi criado na sua génese há uma década.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Não é verdade!

A Oradora: São exatamente os mesmos que também estavam contra...

(Apartes inaudíveis)

Se não é verdade, é porque alguns cá não estavam! Mas os que estavam e alguns...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu apoiei este diploma!

A Oradora: ... pronto. Mas muitos dos que hoje se manifestam contra...

(Apartes inaudíveis)

Sr. Deputado Paulo Estêvão, pode sempre inscrever-se! Se me deixar falar...

E é exatamente a maior parte, uma grande maioria que hoje não quer alterações a este sistema, criticavam, na altura, aquilo que, por muito...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Quem era a maioria?

A Oradora: ... que vos custe, tem pautado, caracteriza e marca os Governos do PS: a ousadia, a coragem, a inovação, a capacidade de voltar, de renovar, de implementar.

Deputado João Costa (PSD): Vem para aqui fazer poesia!

A Oradora: É isso que tem feito com que, ao longo desses 16 anos, e com que fará que, em outubro, os açorianos continuem a confiar no PS para liderar esta Região.

(Apartes inaudíveis)

E aos que, e agora se me permitem, ...

Deputado João Costa (PSD): Ainda vão descobrir que o Secretário Vasco Cordeiro já foi Secretário da Educação!

A Oradora: ... a estes, que já estavam contra no início, e que estão contra agora, eu aproveitaria para deixar um mimo, atendendo a que hoje é o Dia Mundial da Poesia, e acabava a intervenção citando António Ramos Rosa, com, penso que, *Os Cardeais*.

“Não, eu não creio na inocência imaculada dos cardeais...”

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Eu também não!

A Oradora: “...dos solenes cardeais.

Mas eu sei que os cardeais não gritam,
nem levantam a voz,

nem atravessam a fronteira do pudor
e adormecem ao rumor das orações.

É esta imagem que eu quero conservar
na religiosa monotonia do meu sono.”

Eu vou acreditar que agis de boa-fé.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos deputados da bancada do PS e Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Pode crer, Sra. Deputada Catarina Furtado que, não sendo cardeal nem coisa que se pareça, estou aqui de boa-fé e aquilo que pretendo é contribuir para que o regulamento dos concursos possa vir a ser melhorado.

Sra. Secretária Regional da Educação, permita-me o seguinte. A questão dos 20 alunos, eu não vou, sequer, contra argumentar, apenas dizer o seguinte: encontrar-se-á a mesma quantidade de estudos que comprovam à saciedade a vantagem de um número reduzido de alunos por turma. E é preciso atender aos contextos, as coisas não podem ser, efetivamente, generalizadas.

Mas não vamos...

Secretária Regional da Educação e Formação (*Cláudia Cardoso*): Temos um número inferior a esse!

O Orador: ...discutir essa questão, porque, de facto, não é que seja acessório. Isso corresponderia a mais postos de trabalho para os docentes, mas não vamos discutir isso. Há, no entanto, aqui o seguinte, Sra. Secretária, e que eu gostaria de voltar a referir. A questão das prioridades regionais e a questão da ordenação dos candidatos que aceitassem provimento por períodos não inferiores a 3 anos foram estruturadas e aparecem porque estão ligadas. Uma coisa depende da outra e a finalidade era a estabilidade dos quadros. Os quadros têm estabilidade, ...

(Apartes inaudíveis)

... e, portanto, é chegada a altura de retirarmos de lá as prioridades regionais. É evidente que a proposta do PCP atende a quem está a usufruir das prioridades regionais, e propõe uma norma transitória para que ninguém saia prejudicado. Com certeza que, tendo sido frontalmente contra a introdução de prioridades regionais, compreendo e aceito que agora não pode haver um grupo de docentes que tem estado a usufruir das prioridades regionais e que agora viesse, abruptamente, ser prejudicado com, digamos, a retirada das prioridades regionais.

Relativamente à questão dos 3 anos, nós julgamos que deve ser retirada, partindo do princípio que a Sra. Secretária até reconsidera que os concursos devem ser anuais e não quadrienais, porque senão, Sra. Secretária, eu gostaria – porque eu não percebi e, sinceramente, eu não percebi, Sra. Secretária, e peço a sua ajuda – que me explicasse. Por exemplo, no artigo 9º, para a ordenação dos candidatos, a Sra. Secretária propõe um concurso a realizar de 4 em 4 anos. É assim? Penso que sim. E depois diz assim na ordenação do ponto 4: “Para os docentes dos quadros de escola, são critérios de prioridade não cumulativos por ordem decrescente:

- a) Ser titular de quadro de escola com nomeação definitiva e aceitar provimento em outro quadro de escola por um período não inferior a 3 anos.”

Então, mas se eu concorrer, estou provido num quadro de escola, concorro para outro. Se só tenho concurso daqui a 4 anos, qual é a vantagem de eu aceitar? Como é que depois, em termos do mecanismo do concurso, eu benefício desta prioridade, que é por um período inferior aos 4 anos de duração do concurso? Sra. Secretária, sinceramente, eu não percebo e agradeço que a Sra. Secretária me possa explicar, porque, então, se, relativamente à anualidade dos concursos, eu considero que isto devia ser expurgado do regulamento dos concursos. Relativamente à quadrenalidade dos concursos, eu não percebo porque é que isto lá está. Sinceramente, Sra. Secretária, eu posso até estar a ver mal...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente, termino já e espero que a Sra. Secretária nos dê essa explicação.

Presidente: Como deve ter percebido, a Representação Parlamentar do PCP terminou o seu tempo neste diploma. Vamos continuar.

Tem a palavra a Sra. Secretária Regional da Educação e Formação.

(*) **Secretária Regional da Educação e Formação** (*Cláudia Cardoso*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Rui Ramos, ...

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Estava distraído!

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Desatento!

A Oradora: ... ainda bem que as nossas opções são diversas. Aliás, em nunca tinha ouvido o PSD falar do concurso de pessoal docente, a não ser quando nós propusemos a alteração. Mas isso também já é comum! Também só ouvi o PSD começar a falar do estatuto do aluno quando nós aqui o trouxemos! E, portanto, vai sendo uma prática, vai sendo um hábito.

Deputado Costa Pereira (*PSD*): Está distraída!

A Oradora: Mas se o Sr. Deputado pensa assim, pensa que a quadrenalidade não faz sentido, tem uma boa hipótese, que é propor, no seu Governo da República, que passe a fazer concursos anuais, não é, Sr. Deputado?

(Apartes inaudíveis)

E mais! Eu bem sei que o Sr. Deputado é também, cumulativamente, como eu, com orgulho, professor, no seu caso de filosofia, mas não percebi o alcance do sufismo que procurou fazer com a minha linguagem na comissão. Eu, sinceramente, mantenho o que disse. Efetivamente, a estabilidade existe nos quadros da Região, como é reconhecido, aliás, por todos. O que nós pretendemos fazer, como o senhor sabe, é que, durante um período de 4 anos, o quadro daquela unidade orgânica seja o mesmo, quer ao nível de professores de quadro que não podem, através do concurso interno, deslocar-se, quer ao nível das admissões por via de concurso externo. E, portanto, Sr. Deputado, discorreu longamente, mas eu, sinceramente, não percebi o alcance, onde queria chegar. Depois, a questão da última pergunta que me faz, que me pareceu não fazer absolutamente sentido nenhum, não é, Sr. Deputado? Porque, efetivamente, o senhor devia saber, por maioria de razão, porque conhece o sistema, os custos que um concurso anual desta natureza acarreta. E não tem nada a ver com contratação de funcionários para fazer esse serviço.

(Apartes inaudíveis)

Tem sim a ver com aqueles recursos que estão, em exclusividade, afetos a um concurso e com as horas a mais que tem que fazer, os dias, os fins-de-semana, e, muitas vezes, Sr. Deputado, porque nós já chegamos a ter na Região 10 mil candidaturas!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Tanto trabalho!

A Oradora: Não acontece atualmente. Temos menos. Mas já chegamos a ter 10 mil candidaturas, Sr. Deputado. Portanto, estamos aqui a falar, obviamente, de

um custo que o Sr. Deputado poderá, eventualmente, conseguir contabilizar, julgo eu, se se der a este trabalho. Não é um resultado, trata-se, sim, de uma consequência óbvia, do meu ponto de vista, daquilo que estamos a falar.

Como tive oportunidade de dizer em comissão, nós, na Região, para além da candidatura ser, como sabem, feita pela internet, e validada, é sempre retificada e conferida, coisa que não existe, por exemplo, no concurso nacional. Eu expliquei isso na comissão. E isso exige, obviamente, um trabalho muito aturado por parte de uma equipa grande, muito grande.

Deputado Costa Pereira (PSD): E essa equipa o que é que vai fazer de 4 em 4 anos?

A Oradora: E, portanto, Srs. Deputados, é disso que estamos a falar. É escusado vir com essa ironia.

(Apartes inaudíveis)

Para além disso, e em termos dos Srs. Deputados que levantaram a questão das prioridades, eu relembro - e muitos dos Srs. Deputados são contemporâneos, porque isso parece que foi há muito tempo, mas não foi - nos anos 2000, 2001, existiu uma flutuação de docentes, dou o exemplo da ilha das Flores, que o Sr. Deputado Paulo Rosa conhecerá bem, que era na ordem dos 70%. E foi por via das prioridades regionais que se conseguiu estabilizar essa flutuação. E é por isso que hoje...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Já admiti isso!

A Oradora: ... nós não temos nada que se pareça e estamos com uma flutuação de docentes muito residual nas escolas. Os contratados que nós temos estão lá, Sr. Deputado Aníbal Pires, porque, obviamente, satisfazem necessidades transitórias.

Nós temos diversos docentes – como o senhor sabe, esses números já foram aqui discutidos – que estão, neste momento, ou por requisição ou por destacamento ou no exercício de outras funções fora do sistema. Quando esses docentes voltarem, terá, obrigatoriamente - porque a lei também assim o prevê -

de haver lugar para eles. Não é possível, não é que nós não o desejássemos, mas não é possível, indefinidamente, colocar docentes no ensino, no sistema educativo regional, que depois inviabilizariam o regresso dessas pessoas e criaríamos um número de docentes excedentário sem necessidade de o ter, ainda para mais quando nós temos projeções como as que temos, de diminuição acentuada do número de alunos. Eu recordo algo que os senhores já sabem: do ano anterior para este ano letivo, houve uma diminuição de 2.600 alunos na Região. Só na ilha de S. Miguel foi superior a 1.000 alunos. O que significa, se isto fosse possível fazer de régua e esquadro, que seria cerca de 100 turmas e, portanto, estamos a falar de números que nos devem fazer a todos - quem está a governar e quem não está - pensar com responsabilidade e equacionar no sentido de conseguirmos manter a sustentabilidade do sistema, que é algo que nos deve, e julgo que nos interessa a todos.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Sra. Secretária, não respondeu à minha pergunta. É que eu não tenho mais tempo!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, tem a palavra.

(*) Deputada Zuraida Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, pondo de lado a poesia e os cardeais - ainda que venham sempre a propósito, quer um quer outros serão sempre muito bem-vindos, mesmo num espaço como este, quer os cardeais quer a poesia - fará o favor de reconhecer que, da parte da bancada do Bloco de Esquerda, não tem tido nenhum tipo de atitude nem de preconceito nem de oposição sistemática - já lhe vou explicar porque é que o estou a dizer. Pelo contrário, tem tido a nossa concordância, quando entendemos concordar, e a nossa discordância, quando entendemos discordar. Porque não fica bem reduzir qualquer crítica e qualquer tipo de oposição a uma mera atitude de preconceito ou de oposição sistemática. Não fica bem. Porque isso é o mesmo que dizer que a oposição é acéfala, acrítica e preconceituosa. Isso, desculpem, mas nós, esta bancada, não aceitamos! E penso que nenhum Sr. Deputado nem Deputada nesta Casa aceitará para cima de si.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Dito isto, Sra. Secretária, a pergunta principal, e que, no fundo, sintetiza tudo o mais que lhe vou perguntar, a pergunta que lhe faço é esta: Porquê? Porquê, neste momento, fazer uma alteração ao regulamento concursal dos docentes da Região Autónoma dos Açores? Porquê mexer num diploma e num regulamento que, unanimemente, é considerado exemplar, funcional e consensual, dentro e fora da Região, por classe docente e não docente? É um diploma que não tinha praticamente, até agora, qualquer tipo de oposição visível e audível. Eu pergunto-lhe: Porquê?

Levantemos algumas hipóteses. Para estabilizar o corpo docente? A Sra. Secretária é a primeira a admitir e a afirmar e a reiterar que o corpo docente está mais do que estabilizado. Então, não é para estabilizar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Para dar segurança aos professores? Uma maior segurança na sua integração e na sua estabilização profissional? Também não é, porque este regulamento, com algumas das suas normas, vem aumentar, alongar e perpetuar a precariedade da classe docente na nossa Região. Aliás, uma precariedade que se já não tinha fim, a partir de agora não tem fim nenhum à vista.

Será para melhorar a relação pedagógica entre alunos e professores? - Outra hipótese. Não. Também não me parece. E porquê? Porque, em vez de diminuir ou de manter o número de alunos por turma, este regulamento vem aumentar o número de alunos por turma, ou melhor, por docente. Diz a Sra. Secretária – e tem razão – que está provado que a relação número de alunos/ docente não é uma situação ou uma causa *sine qua non* para o sucesso educativo. É verdade! *Sine qua non*, Sra. Secretária. O que não quer dizer que esta relação não seja absolutamente determinante no sucesso dos alunos e no sucesso da aprendizagem, quando a ela...

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): Não é!

A Oradora: ... se juntam outras condicionantes e, portanto, ela não é, de facto, a causa ou a relação *sine qua non*.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Mas eu também posso fazer-lhe a pergunta ao contrário: Se não é *sine qua non* e se não tem importância nenhuma, porque é que lhe mexe? Se está bom, então, é deixar estar neste regulamento...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: ... aquilo que já estava no regulamento anterior, porque se mexe? Então, “não bate a bota com a perdigota”!

Continuo...

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): É o que já lá está!

A Oradora: ... a fazer-lhe, a levantar...

Secretária Regional da Educação e Formação (Cláudia Cardoso): É o que lá está. Já está no regulamento atual.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

A Oradora: ... outras questões para perceber porquê. A pergunta inicial é: Porquê?

Outra possibilidade. Introduzir qualquer tipo de justiça relativa na colocação de professores e na sua periodização. E nós dizemos: não, não é! Basta olhar para a norma transitória do artigo 2º para percebermos que, em termos de justiça relativa, não é também esse o objetivo.

Será para cumprir um compromisso do programa de Governo? Não, também não é. E eu não quero trazer aqui, novamente, a esta Câmara, a rábula do Sr. Deputado Paulo Estêvão, na situação de que não é possível propor o que não está no programa do Governo, ...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

A Oradora: ... mas também não é possível propor aquilo que lá está. Portanto, também não é para cumprir um compromisso, é ao contrário! É exatamente cumprir um descompromisso, porque nada disto está no programa do Governo, nada do que consta desta alteração que agora vem a esta Casa em forma de proposta de Decreto Legislativo Regional.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: E, depois, voltamos sempre a uma das questões permanentes quando falamos aqui de educação, que é a dos professores precários, as centenas de professores precários na nossa Região, que nunca se sabe bem se correspondem ou se respondem as relações permanentes ou transitórias do sistema, porque ninguém sabe dizer - e a Sra. Secretária, até hoje, também não o disse, embora o Bloco de Esquerda lhe tenha perguntado variadíssimas vezes - qual é o levantamento das necessidades permanentes e transitórias do sistema educativo na Região Autónoma dos Açores?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

A Oradora: Para depois percebermos, dessas centenas de professoras, quais é que, de facto, estão a responder às tais necessidades permanentes e quais às transitórias. E quanto a estes professores, esta era uma oportunidade de outro, Sra. Secretária, já que se vai mexer no concurso e no respetivo regulamento. Era a oportunidade de ouro para dar uma esperança a estas centenas de professores de que o sacrifício pela sua sobrevivência terá um fim à vista, porque, paulatinamente, progressivamente, serão integrados dentro do sistema. Não! Nada disso é feito e continuam completamente à margem. Não havendo, apesar disso, nenhum rebuço em, administrativamente, garantir a colocação a 2 professores, exatamente na escola onde estão, neste momento, a lecionar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Mais uma vez, justiça, Sra. Secretária, não existe.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

A Oradora: Apesar de tudo, os termos numéricos, também é uma coisa que a Sra. Secretária costuma usar. Ter um significado numérico ou não, bom, falamos de 2 professores contra centenas de outros que ficam exatamente na mesma.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Exatamente!

A Oradora: E, portanto, Sra. Secretária Regional da Educação e Formação, com toda a boa-fé, com toda a vontade de estar ao lado do Governo e apoiar as iniciativas do Governo, quando elas são apoiáveis, do nosso ponto de vista, eu

continuo a perguntar-me, e esta bancada continua a perguntar-se, porquê?
Porque é que a Sra. Secretária Regional, não é por razões economicistas, ...

Deputado Paulo Rosa (CDS/PP): Mas depois disse que sim!

A Oradora: ... disse ao Sr. Paulo Rosa.

Mas qual é o mistério? Isto parece um mistério! Não é *Onde está o Wally?*, ...

Deputado José San-Bento (PS): A senhora vê esses filmes da parte da manhã!

A Oradora: ... mas é porque é que se mexe neste regulamento deste concurso, neste momento.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Pede a palavra para?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, para um intervalo regimental.

Presidente: Bom, o intervalo regimental de 15 minutos atirar-nos-ia para as dez para as oito. Creio que não vale a pena voltarmos cá por 10 minutos.

Assim sendo, Sr. Deputado Paulo Estêvão, damos os nossos trabalhos por encerrados. Retomamos os nossos trabalhos amanhã, às dez horas da manhã, com o PTAP.

Boa noite. Bom jantar e até amanhã.

(Eram 19 horas e 36 minutos)

Deputados que entraram durante a sessão:

Partido Socialista (PS)

Francisco Manuel Coelho Lopes Cabral

Hernâni Hélio Jorge

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Partido Social Democrata (PSD)

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

(*) Texto não revisto pelo/a orador/a

Documento entrado

Listagem da correspondência

1 – Projeto de Proposta de Lei:

Assunto: Cria a Bolsa nacional de terras para utilização agrícola florestal ou silvo pastoril – PCM (MAMAOT) – REG PL 109/2012 – n.º 200/2012

Autor: Presidência do Conselho de Ministros

Data de Entrada: 2012 – 03 – 19

Comissão: Economia

Data limite do parecer: 2012 – 04 – 09.

2 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: Redução do valor da caução prestada no âmbito do regime jurídico da revelação e aproveitamento de massas minerais na Região Autónoma dos Açores - n.º 6/2012

Autor: PS

Data de Entrada: 2012 – 03 – 20

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

3 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Pronúncia por iniciativa própria, sobre o processo negocial em curso a respeito das condições, contrapartidas e âmbito da presença militar norte-americana na Base das Lajes – n.º 14/2012](#)

Autor: PPM

Data de Entrada: 2012 – 03 – 20

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão;

Assunto: Pronúncia, por iniciativa própria, da ALRAA sobre os pressupostos em que deve assentar qualquer negociação, entre o Governo da República e os Estados Unidos da América, no âmbito das relações de Cooperação e Defesa entre os dois Estados e da presença Norte-Americana na Base das Lajes. - n.º 15/2012

Autor: PS

Data de Entrada: 2012 – 03 – 20

Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão.

4 – Petições:

Assunto: Sorte de Varas - n.º 7/2012

Autor: Rui Manuel Avila de Simas

Data de Entrada: 2012 – 03 – 12

Comissão: Assuntos Sociais – Aguarda admissibilidade

Data limite do parecer: 2012 – 05 – 18;

Assunto: Assinatura de contratos relacionados com a exploração e prospeção dos fundos marinhos do mar dos Açores só possa ser concretizada após um amplo e participado debate público em que sejam equacionadas e dadas garantias sólidas em temáticas com a segurança ambiental, a negociação de contrapartidas justas para a Região e a constituição prévia de um fundo público que garanta a preservação e futura aplicação racional do conjunto de receitas que se vierem a obter por esta via - n.º 8/2012

Autor: Luís Pinho

Data de Entrada: 2012 – 03 – 19

Comissão: Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho – Aguarda admissibilidade

Data limite do parecer: 2012 – 05 – 18.

5 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 14/2012 - Pronúncia por iniciativa própria, sobre o processo negocial em curso a respeito das condições, contrapartidas e âmbito da presença militar norte-americana na Base das Lajes

Autor: PPM

Data de Entrada: 2012 – 03 – 20.

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Resolução n.º 15/2012 - Pronúncia, por iniciativa própria, da ALRAA sobre os pressupostos em que deve assentar qualquer negociação, entre o Governo da República e os Estados Unidos da América, no âmbito das relações de Cooperação e Defesa entre os dois Estados e da presença Norte-Americana na Base das Lajes

Autor: PS

Data de Entrada: 2012 – 03 – 20;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão do Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 6/2012 - Redução do valor da caução prestada no âmbito do regime jurídico da revelação e aproveitamento de massas minerais na Região Autónoma dos Açores

Autor: PS

Data de Entrada: 2012 – 03 – 20.

6 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Relatório de atividades elaborado ao abrigo do artigo 103.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 03 – 20;

Assunto: [Proposta de Lei n.º 46/XII – “Procede à terceira alteração ao Código do Trabalho, aprovado pela lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 03– 20;

Assunto: [Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 10/2011 – “Alteração ao Decreto Legislativo Regional n.º 47/2008/A, de 7 de Novembro \(Parque Natural de Santa Maria\) ”](#)

Proveniência: Comissão de Assuntos Parlamentares, Ambiente e Trabalho

Entrada: 2012 – 03– 20.

As redatoras: Ana Sofia Machado e Sónia Duque